

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E  
PRÁTICAS SOCIAIS  
NÍVEL: MESTRADO

**MARCUS VINÍCIUS COSTA DA CONCEIÇÃO**

**A INTERNACIONAL SITUACIONISTA EM CENA (1957 - 1972): uma leitura histórica  
da teoria e da práxis situacionista**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
MARÇO DE 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM HISTÓRIA, PODER E  
PRÁTICAS SOCIAIS  
NÍVEL: MESTRADO

**MARCUS VINÍCIUS COSTA DA CONCEIÇÃO**

**A INTERNACIONAL SITUACIONISTA EM CENA (1957 - 1972): uma leitura histórica  
da teoria e da práxis situacionista**

Dissertação apresentada à Banca de defesa do Mestrado em História como requerimento parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Poder e Práticas Sociais. Linha de Pesquisa: Estado e Poder. Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Luciana Silva

MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
MARÇO DE 2012

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)**

Conceição, Marcus Vinícius Costa da

C744i      A Internacional Situacionista em cena (1957 - 1972): uma  
leitura histórica da teoria e da práxis situacionista /  
Marcus Vinícius Costa da Conceição. - Marechal Cândido  
Rondon, 2012.

163 p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Luciana Silva

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade  
Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido  
Rondon, 2012.

1. Internacional Situacionista. 2. Conselhos operários.  
3. Movimento de Maio de 1968. I. Universidade Estadual do  
Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 21.ed. 981.063

981

CIP-NBR 12899

## AGRADECIMENTOS

O fim desta jornada é o momento mais esperado, pois é a conclusão de dois anos de intenso trabalho e que não poderia ser realizado da mesma maneira se não houvesse a ajuda de muitos amigos ao longo desse período.

Muitas pessoas foram fundamentais como incentivo durante esta jornada e a todas elas, agradeço imensamente:

Patrícia Simone, meu amor, minha companheira, amiga, por ter acreditado em mim em momentos que nem eu mesmo acreditava, ter me incentivado e me apoiado em todos os períodos, mesmo quando a distância não permitia que estivéssemos juntos. Esta dissertação foi construída pensando em nosso futuro. Te Amo!

Meus pais, Marcos e Beth, que sempre me apoiaram em todo o meu desenvolvimento e acreditaram que a minha formação é o maior bem que eles podem me deixar.

Nayara, minha irmã, que me apoiou em tudo.

Noêmia, minha avó, que sempre viu no estudo um meio de vencer.

Minha orientadora, Prof<sup>ª</sup>. Carla Silva, a qual, mesmo conhecendo pouco de mim e eu possuir um objeto de pesquisa considerado tão incomum, aceitou me orientar. Suas sugestões de leituras, questionamentos e críticas foram fundamentais para que esta dissertação tomasse corpo e se desenvolvesse de uma maneira profícua. Obrigado por tudo!

Os professores Gilberto Calil, Antonio Bosi, Robson Laverdi e Paulo Koling que muito contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, através das matérias ministradas. Grande parte das inquietações desta pesquisa saiu dessas aulas.

Os membros da banca de qualificação Prof<sup>º</sup>. Muniz Ferreira e Márcio Both pelas críticas e sugestões a respeito deste trabalho, as quais foram importantes para observar o crescimento e as imperfeições da pesquisa, de modo a corrigi-las para que a dissertação caminhasse mais tranquilamente.

Iraci que sempre, no possível e impossível, fez de tudo para me ajudar, sempre quando os prazos e solicitações eram exíguos e pelos bons papos nos intervalos de aula.

Os amigos que fiz em Marechal: Zen, obrigado pelo companheirismo, pelo apoio, por todo esse tempo de Marechal, não há palavras para agradecê-lo. A Patrícia Leão que compartilhou as tardes de papo e bolos para distrair a distância da minha terra.

Marquinhos, Cintia e Carol que me proporcionaram ver a constituição de uma família tão bela.

Os amigos e colegas da turma de mestrado: Suzane, com sua imensa força neste período; Karen que compartilhou as angústias dos momentos finais da dissertação no *facebook*; Daniel e Senaide que foram meus companheiros no primeiro ano de mestrado, saudades daqueles lanches; Lucas com os debates muitas vezes conflitantes, mas sempre respeitosos; Emeson, Simone, Isabel e Cátia, que contribuíram de um modo especial neste tempo tão importante para mim; os companheiros da linha de pesquisa através das discussões e sugestões para o desenvolvimento da pesquisa, em reuniões formais ou informais.

E, todos aqueles que fizeram deste período, especialmente em Marechal, um momento de eterna lembrança: Fago, Sandra, Márcio e todos aqueles que, apesar de não estarem citados aqui, contribuíram para esta minha realização.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – AS LEITURAS SOBRE O PAPEL DO ESTADO A PARTIR DE MARX. 20	
1.1 – O desenvolvimento do conceito de ditadura do conceito de ditadura do proletariado em Karl Marx e Friedrich Engels.....	21
1.2 – A polarização em torno do conceito de ditadura do proletariado durante as revoluções russa, alemã e italiana: a síntese entre o partido e os conselhos operários .....	28
1.2.1 – O debate sobre a ditadura do proletariado durante a Revolução Alemã .....	34
1.2.2 – Antonio Gramsci e os conselhos operários na Revolução Italiana .....	37
1.3 – O reordenamento do Estado capitalista no pós-segunda guerra mundial .....	39
CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES DA INTERNACIONAL SITUACIONISTA COM AS QUESTÕES DO SEU TEMPO.....	63
2.1 – A formação do pensamento político na Internacional Situacionista .....	63
2.2 – Sartre: o intelectual modelo .....	66
2.3 – Henri Lefebvre: de parceiro intelectual a burocrata stalinista .....	72
2.4 – Não bastava à libertação nacional, foi preciso ir além: O processo de independência argelino na visão situacionista .....	85
2.5 – O papel da organização revolucionária.....	96
CAPÍTULO III – A PRÁXIS SITUACIONISTA.....	109
3.1 – A influência de Marx e dos marxismos na formação do pensamento situacionista..	109
3.2 – Os conselhos operários e a revolução .....	129
CONCLUSÃO.....	153
FONTES .....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	159

## RESUMO

Esta dissertação busca analisar a atuação da Internacional Situacionista no seu período histórico, destacando o modo como ela envolveu-se com pessoas, organizações e eventos históricos para construir o seu pensamento e a sua práxis. Para isso, foram trabalhadas as bases teóricas e históricas através das quais as formulações situacionistas estão assentadas, sendo que, os principais enfoques são: a discussão sobre a ditadura do proletariado partindo das formulações de Marx e Engels e o reordenamento do Estado no Pós-segunda Guerra Mundial. No que se refere às relações da Internacional Situacionista com outros intelectuais e organizações sociais e políticas procurou-se analisar a forma como processava-se o posicionamento dos situacionista, ou seja, através de debates intensos de ideias e de posições que foram de extrema importância para demonstrar como eles se posicionavam sobre temas significativos da vida francesa daquele momento. O último foco de análise pautou-se em dissecar a maneira como os situacionistas construíram o seu pensamento, em relação à sociedade, ao processo revolucionário e os conselhos operários, tentando perceber as influências que lhe foram assimiladas e o avanço deles em relação a essas ideias e de como esse avanço serviu para eles demarcarem uma posição clara em um evento tão polarizado como o Maio de 1968.

**Palavras-chave:** Internacional Situacionista, crítica social, espetáculo, conselhos operários, revolução.

## RÉSUMÉ

L'Internationale Situationniste à la Scène (1957 - 1972): une lecture historique de la théorie et praxis situationniste

Cette dissertation analyse la performance de l'Internationale situationniste dans sa période historique, mettant en évidence la façon dont elle s'est impliquée avec des personnes, des organisations et des événements historiques pour construire sa pensée et de la praxis. Pour cela, nous avons travaillé les formulations théoriques et historiques à travers laquelle les situationnistes sont installés, et les principales approches sont: une discussion de la dictature du prolétariat en laissant les formulations de Marx et d'Engels et de la réorganisation de l'Etat dans l'après-guerre monde. En ce qui concerne les relations de l'Internationale situationniste avec d'autres intellectuels et des organisations sociales et politiques ont cherché à analyser comment traiter le placement de situationniste, c'est à dire par le biais d'intenses discussions d'idées et de positions qui étaient extrêmement importante pour démontrer comment ils sont positionnés sur des thèmes importants de la vie française ce moment-là. L'objectif final de l'analyse a été basée sur la dissection comment les situationnistes ont construit leur réflexion par rapport à la société, le processus révolutionnaire et les conseils ouvriers, en essayant de comprendre les influences qui ont été assimilées et les faire progresser par rapport à ces idées et comment cela a servi à faire avancer elles délimitent une position claire sur un événement aussi polarisé mai 1968.

**Mots-clés:** Internationale situationniste, critique sociale, spectacle, conseils ouvriers, révolution.

## INTRODUÇÃO

A escolha da temática do projeto de pesquisa se baseou, sobretudo, em experiência anterior, no trabalho de conclusão de curso de graduação, sobre a Internacional Situacionista (IS). Durante a escrita da monografia, foi observado como a IS se pautava perante a sociedade capitalista e, principalmente, a sua visão sobre a sociedade capitalista e a sua visão de contrapoder para a construção de uma nova sociedade.

Abordar a visão que a IS construiu sobre a sociedade, ajuda-nos a não somente perceber como a sua posição crítica em relação a esta é fundamentada, mas também, como ela conseguiu delimitar os pontos concernentes a áreas em que as lutas de classes deveriam ser travadas.

O projeto, desde o ingresso no programa, não passou por grandes modificações essenciais, somente algumas adequações nos objetivos foram realizadas. Em relação ao objetivo geral, o ponto de vista antes dado à constituição da sociedade espetacular foi repensado enfocando a forma como ocorreu o desenvolvimento da teoria e da práxis situacionista em relação a outros grupos e pessoas, com os quais os situacionistas tiveram contato na sua época histórica<sup>1</sup>, e como este contato foi importante para as suas próprias formulações em relação ao mundo. Dos objetivos específicos, é possível destacar estes: compreender como as influências teóricas foram recebidas e assimiladas pela Internacional Situacionista e de que modo elas influenciaram a concepção que foi desenvolvida pelo movimento; identificar e analisar a proposta contra-hegemônica de combate a sociedade capitalista pela Internacional Situacionista e como esta foi posta em prática através do movimento de Ocupações durante o Maio de 1968 na França.

Para isso, compreendemos que o problema fundamental a ser desenvolvido na dissertação se apresenta como: De que maneira os situacionistas se portavam perante a sociedade capitalista e quais as suas propostas para superá-la? No nosso entender, a hipótese para este problema é que a IS se portava como um grupo revolucionário autônomo, que pretendia fazer uma releitura do marxismo com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de uma revolução social pelos trabalhadores.

---

<sup>1</sup> Estes grupos e pessoas estarão abordados no capítulo 2.

A abordagem não sofreu mudanças significativas. O recorte temporal se manteve o mesmo (1957- 1972), no entanto, o enfoque será mais estrito (1963 – 1972), devido ao fato deste ser o período em que as discussões que nos interessam ocorrem na IS. A problemática que será aqui discutida foi reelaborada a partir de questões levantadas pelas matérias cursadas (Teoria e Metodologia da História e Poder e Hegemonia no primeiro semestre; Seminário de Pesquisa, História e Movimentos Sociais, e Instituições e Relações de Poder no segundo semestre), ao longo do programa, em que as leituras destas matérias nos deram novas visões a respeito de abordagens e de questionamentos sobre o modo de se tratar o objeto.

As diferentes abordagens sobre o Estado realizadas por Marx<sup>2</sup> em seus diferentes trabalhos fez com que se criassem distintas interpretações baseadas nos seus estudos. Desta forma, entendemos que a melhor maneira de tratar o assunto seria discutir duas posições destoantes defendidas por marxistas, como forma de entender a concepção de Estado desenvolvida pela IS. Não queremos com isso esgotar ou acabar o debate sobre Estado, até mesmo porque, isso seria impossível. Nosso objetivo é perceber de que maneira essas posições, a concepção leninista e a concepção esquerdista, defendidas para o Estado no âmbito do marxismo mesmo que contrárias, não só trouxeram contribuições de Marx, mas revelaram a pluralidade de perspectivas desenvolvidas nestes estudos.

Antes de tudo, é necessário explicar o que foi a Internacional Situacionista e em que contexto histórico nasceu o grupo que foi objeto de análise nesta dissertação.

A IS surgiu em 1957, no momento em que a Europa passava por um período de intenso debate político, marcado, sobretudo, pelas declarações de Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no qual Krushev levantou uma série de acusações ao secretário-geral do PCUS, Joseph Stálin. Estas denúncias causaram rachas nos partidos de todo o mundo e, principalmente, na França, onde vários intelectuais se desligaram do Partido Comunista Francês, sobretudo por dois motivos: 1) por não aceitarem as denúncias feitas a Stálin e acharem que a aceitação destas denúncias pelo partido ocasionaria uma traição dos ideais socialistas; 2) por não apoiarem atitudes que consideravam contraditórias e falsas

---

<sup>2</sup> CARNOY (2006) cita três fundamentos básicos do Estado para Marx que dão respaldo as diferentes interpretações realizadas posteriormente por outros marxistas. O primeiro que vê o Estado moldado pelo modo de produção dominante; o segundo que coloca o Estado não como representante do bem-comum, mas sim como uma expressão política da classe dominante, e desta maneira ela tem a função de dominação de classe e de mediação dos conflitos resultantes dessa dominação; O terceiro e último fundamento colocado por Carnoy se refere ao papel do Estado enquanto braço repressivo da burguesia, que é usado para conter os embates referentes aos antagonismos de classe.

dentro do partido, como a tentativa de liberdade ao denunciar os crimes de Stálin, mas, ao mesmo tempo, continuavam com as atitudes repressoras, como a invasão da Hungria em 1956 e, com isso, levaram ao abortamento da Revolução naquele país. Resultante da união de três grupos artísticos europeus daquela época – o Movimento por uma Bauhaus Imaginista, a Internacional Letrista e o Comitê Psicogeográfico de Londres – a IS se assumiu como uma herdeira direta das vanguardas artísticas, sobretudo do dadaísmo e do surrealismo. No entanto, as condições materiais e históricas do período em que ela surgiu são completamente diferentes e até mesmo antagônicas ao momento da emergência e do auge das vanguardas artísticas, o que ocasionou é que, naquele momento, estas não tinham a mesma importância de suas antecessoras.

O dadaísmo e o surrealismo se desenvolveram como as duas últimas vanguardas artísticas realmente fortes e que tinham as suas noções de arte muito próximas e de certa forma complementares, conceitos que mais tarde foram utilizados pelos situacionistas em sua primeira fase, como por exemplo: o conceito derivado dos dadaístas e dos surrealistas, que se expressou da supressão da arte enquanto algo desvinculado dos demais aspectos do cotidiano e sua realização na vida. Debord, procurando esclarecer porque esses grupos não conseguiam realizar o que eles tinham como proposta dessa integração da arte, demonstrou a sua opinião:

O dadaísmo e o surrealismo são as duas correntes que marcaram o fim da arte moderna. Elas são, ainda que só de um modo relativamente consciente, contemporâneas do último grande assalto do movimento revolucionário proletário; e o revés deste movimento, que as deixava encerradas no próprio campo artístico de que elas tinham proclamado a caducidade, é a razão fundamental da sua imobilização. O dadaísmo e o surrealismo estão, ao mesmo tempo, historicamente ligados e em oposição. Nesta oposição, que constitui também para cada um a parte mais consequente e radical da sua contribuição, aparece a insuficiência interna da sua crítica, desenvolvida unilateralmente tanto por uma como por outra. O dadaísmo quis suprimir a arte sem a realizar; e o surrealismo quis realizar a arte sem a suprimir. A posição crítica elaborada posteriormente pelos situacionistas mostrou que a supressão e a realização da arte são os aspectos inseparáveis de uma mesma superação da arte. (DEBORD, 2006, 125).

Os situacionistas levaram esta proposta ao extremo, sendo essa uma questão fundamental, que ocasionou a “cisão” da IS entre 1961 e 62 e o seu deslocamento de uma posição de vanguarda artística “revolucionária” para a de um grupo revolucionário. Além disso, foi o surrealismo e o dadaísmo que começaram a esboçar, no início do século, as primeiras críticas ao urbanismo como elemento de dominação e da importância deste para a revolução na vida. (FELICIO, 2007, p.6).

Para compreender esta posição assumida pela IS (de se considerarem como vanguardas artísticas, quando estas já não tinham nenhuma razão de ser, nem histórica ou estética) foi preciso fazer, num primeiro momento, uma breve discussão dos principais conceitos e teses para entendermos os seus posteriores desdobramentos e as consequências que estas teses assumiram no grupo. Desta forma, foi feita uma abordagem das técnicas e teorias a respeito das artes e das cidades, como abaixo é exposto.

O método conhecido como *Détournement* (nome dado pelo letrista Isidore Isou) foi uma das principais formas que os situacionistas utilizaram para subverter as artes e a linguagem e dar-lhes um novo sentido revolucionário. Esse método, já empregado anteriormente pelos surrealistas (conhecido por estes, como colagem), consistia em utilizar textos, quadros, filmes ou qualquer criação artística e fazer com que este se voltasse para a sua própria crítica (técnica muito usada pelos situacionistas em suas revistas com a utilização dos HQ's e, posteriormente, o emprego dessa técnica por parte de Debord em suas obras *A Sociedade do Espetáculo* – o livro e o filme).

Neste período (até 1962) também, a IS fez uma grande contribuição aos estudos sobre urbanismo e arquitetura, e sua importância na revolução a partir do cotidiano. Os situacionistas compreendiam a cidade como um espaço fundamental para a construção de novas situações. A análise do estudo situacionista sobre a cidade passou por três pontos fundamentais: a Psicogeografia, o Urbanismo Unitário e a Teoria da Deriva.

A psicogeografia é definida como “o estudo das leis exatas e dos efeitos precisos do meio geográfico, planejado conscientemente ou não, que agem diretamente sobre o comportamento afetivo dos indivíduos” (DEBORD in JACQUES, 2003, 39). Este é o único procedimento que não se originará dos situacionistas, entretanto, eles foram responsáveis pelo seu desenvolvimento. Esta técnica estava intimamente interligada com a Deriva (principal procedimento situacionista) a qual consistia em andar apressadamente por vários lugares deixando-se levar pelas paisagens e aspectos daquela determinada área com o intuito de construir um mapa particular da cidade quebrando a estrutura dominante desta sobre o homem. O Urbanismo Unitário se constituiu como um elemento fundamental da crítica ao urbanismo que foi realizado naquele momento na Europa. Um dos seus principais pontos de contestação foi a separação moderna que as cidades atingiram em todo o mundo.

Contudo, a principal discussão que se deu dentro da IS nesse período foi a respeito do conceito de arte e de como ela deveria ser executada. Nesse momento, a IS tinha duas posturas diferentes: a) a primeira representada pela facção francesa que contava com nomes como Guy Debord e Michele Bernestein, que acreditava que a arte deveria ser abolida e integrada à vida cotidiana como um meio de se processar a revolução através da participação efetiva de todos os indivíduos; b) a segunda, representada pelo grupo Spur e mais alguns integrantes como Asger Jorn, que acreditavam em uma realização coletiva da arte.

A primeira, pautada, sobretudo, numa visão revolucionária, que via a sociedade a partir da luta de classes e que compreendia o processo artístico como burguês e queria a abolição da arte, juntamente com a destruição do capitalismo. Para esta tendência, a partir da supressão da sociedade capitalista, e a implantação da sociedade comunista, o indivíduo seria livre para desenvolver todas as suas habilidades e a arte se desenvolveria livre, e não como uma especialidade causada pela divisão social do trabalho. A segunda, pautada numa visão mais reformista, não previa a supressão da sociedade capitalista e, desta forma, compreendia que a arte deveria continuar existindo nos parâmetros da sociedade burguesa, ou seja, no bojo da divisão social do trabalho, mas defendia que ela fosse feita de forma coletiva e não individualizada.

Até 1960, estas duas tendências conseguiram conviver em sintonia. Esse foi o período em que a IS desenvolveu uma série de exposições artísticas e de intervenções urbanas. Destaca-se aqui uma técnica de pintura conhecida como industrial, desenvolvida por Gallizio e Malanotte, que consistia em pintar enormes rolos de tela e depois vender os seus pedaços. Esta técnica servia como uma crítica à forma mercadológica que a arte tinha tomado com as galerias em que quadros eram vendidos a preços exorbitantes e também como uma maneira de financiar a IS, uma vez que, era preciso dinheiro para a manutenção da revista. Esses rolos também serviam como processos de intervenção urbana, uma vez que, esses não eram expostos nas galerias, mas sim, nas ruas e prédios das cidades.

Os desentendimentos começaram a se mostrar mais acirrados principalmente nas conferências realizadas com todas as facções. Entre 1960-61, ocorreu a expulsão de vários artistas como Gallizio e Melanotte e a retirada de Constant e a entrada de outros membros como Raoul Vaneigem e Attila Kotanyi. Essa reconfiguração que ocorreu na IS nesse período, foi de fundamental importância para compreender o posterior posicionamento do grupo.

Podemos entender essas expulsões como uma maneira de tirar da IS o seu caráter de vanguarda artística, já que ela se auto-intitulava e agia como tal até esse momento. Observamos que todos os seus posteriores atos e textos seguiram uma posição de negação da tradição, de se afirmar como um grupo político e também de afirmar o grupo enquanto pertencente a uma tradição marxista, elemento que eles procuraram ressaltar nesta nova fase do grupo

O movimento situacionista não pode de maneira alguma ser qualificado como anarquista e menos ainda como pós-surrealista. As posições desenvolvidas aqui são notadamente marxistas: na verdade, as únicas posições realmente marxistas de que temos conhecimento. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2002, p. 20).

Para compreender o processo de produção das teses da Internacional Situacionista foi necessária uma elucidação sobre o período histórico em que ela formulou as suas teses, pois foi a partir do embate com outras correntes teóricas, além da sua crítica ao tipo de capitalismo instalado naquele momento, que fez com que tivesse a singularidade das suas teses. A começar pelo conceito de *Espetáculo*.

O conceito surgiu praticamente junto com o movimento e, apesar de não ter ponto central no primeiro período, a partir 1962, este foi a sua principal teorização. Foi no primeiro capítulo de *A sociedade do espetáculo* que Debord apresentou várias características do que vinha a ser esta - "O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens"(14), "O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem" (25), apesar disso não encontramos na obra situacionista uma definição integral para o que venha a ser o espetáculo, apenas algumas de suas características e definições sempre parciais, caracterizada pela escolha de Debord, em determinados capítulos de sua obra, dar predomínio a determinadas características que não a outras.

Outro elemento foi o caráter de definição da IS. Isso porque este grupo se apresentou como um coletivo que tinha uma inserção em determinados movimentos específicos, como o artístico e o estudantil, além de ter diferentes objetivos quando atuava em cada um desses movimentos. Deste modo, para compreender a própria maneira de organização da IS e compreender as diversas influências que ela recebeu e também os motivos pelos quais alguns coletivos sentiam a necessidade histórica de reescreverem a sua história .

O foco aqui será colocado sobre os dois principais tipos de fontes que servirão de base para a dissertação: a revista e os livros. Por se tratarem de dois tipos diferentes de fontes,

mesmo que o assunto de seus textos sejam semelhantes e complementares a suas respectivas análises serão realizadas aqui de forma separadas.

O primeiro foco é a análise da revista *Internationale Situationniste*<sup>3</sup>. Antes de entrar na discussão do papel de uma revista como fonte, e mais especificamente desta, é preciso levar em consideração as características materiais e históricas sobre as quais a publicação da revista estava assentada.

A *rIS* publicada de junho de 1958 a setembro de 1969, teve um total de 12 números e 158 artigos. A escolha dos artigos a serem analisados se pautou pelo tema geral da problemática da pesquisa que foi sendo desenvolvida (a questão do Estado nos escritos da IS) – em geral, eram os artigos que constavam na revista número 8 a 12 – e também por artigos que trouxessem informações importantes sobre a constituição e as mudanças de posicionamento interno do grupo - artigos da revista número 1 até ao número 7.

A *rIS* era herdeira de uma tendência que se consolidou entre grupos políticos e artísticos na Europa após a Segunda Guerra Mundial que era de fazer com que estes se tornassem conhecidos, nem tanto pelas suas atuações sociais mas sim através de suas publicações, fazendo com que estas se tornassem, muitas das vezes, o real motivo de existência do grupo<sup>4</sup>. Compreendemos, entretanto, que a posição assumida por estas revistas denota uma ação prática, uma vez que o processo de análise e teorização da realidade é um dos elementos fundamentais para a crítica e a construção de trincheiras dentro do capitalismo. Apesar de surgir nestes termos, ela avança em direção à práxis, elemento que se mostra importante para a pesquisa e porque a *rIS* se caracteriza como a fonte e não como o objeto.

Devido a forma organizativa da IS (divisão através de sessões nacionais ou regionais) a *rIS* foi fundada com o intuito de ser um “boletim central editado por todas as sessões da Internacional Situacionista”<sup>5</sup>, sendo que, a sua função foi definida como sendo de difusora das principais deliberações tomadas nas conferências do movimento, assim como de publicação de textos pessoais ou do movimento (textos não assinados que, desta forma, deixavam claro aquela como uma posição geral). No entanto, houve uma pluralidade de revistas editadas

---

<sup>3</sup> Será utilizada a abreviação *rIS* para se reportar a revista. Ver anexo.

<sup>4</sup> Destes grupos cabe aqui destacar o papel do grupo francês Socialismo ou Barbárie, que possuía uma revista de mesmo nome, e tinha como entre seus principais nomes Cornelius Castoriadis e Claude Lefort.

<sup>5</sup> Este é na verdade o subtítulo da revista.

pelas sessões nacionais, mas que não tiveram uma ressonância internacional como a revista central.

Editada em Paris – na língua francesa – e tendo como editor geral, durante seus 12 números, Guy Debord, não era de se estranhar que a IS tenha sido colocada como um movimento quase que exclusivamente francês. Isso pode ser visto através de suas ligações com movimentos organizados, principalmente as que ocorreram depois de 1962, que foram feitas dentro do território francês. Os mecanismos de financiamento e distribuição da revista ainda se encontram parcialmente obscuros. Têm-se alguns indícios<sup>6</sup> sobre o processo de financiamento da revista feita, em partes, com doações de dinheiro de Asger Jorn que contribuiu até mesmo depois da sua saída do movimento. Já, sobre o processo de distribuição da revista não se tem um norte claro de como este processo era realizado. Só algumas indicações feitas na própria *rIS* de bancas na cidade de Paris que vendiam a revista, além do reembolso postal, no entanto, este sistema não seria suficiente para atender à demanda, uma vez que a revista chegou a ter 4 mil exemplares e não possuía uma periodicidade.

Apesar de se dizer internacional, a partir de 1962, a IS teve a quase totalidade de suas ações voltadas para dentro do território francês. Sendo que, até mesmo as revistas das seções nacionais (como a italiana, a francesa e a alemã) precisavam ter alguém ligado à secção francesa para que pudessem ser publicadas.

A historiadora Tânia Regina de Luca (2006) demonstrou como a utilização da imprensa como fonte para a pesquisa histórica é extremamente recente, por volta da década de 1960, e resultado das transformações pelas quais a historiografia daqueles anos passou (a história nova, a nova historiografia marxista britânica). Porém, a *rIS* se diferiu, de uma maneira especial, do aporte de imprensa que era destacado por Luca. O tipo de imprensa enfocado<sup>7</sup> por ela era, em geral, o de grande divulgação pública, de tipo “informativo” que, em geral, trouxe a questão da “objetividade” e da “neutralidade”, como destacou Hernandes (2006)<sup>8</sup> como seus principais elementos constitutivos.

---

<sup>6</sup> Esses indícios foram apontados por HOME (2004)

<sup>7</sup> A autora traz outros somente exemplos de contrapontos de alguns jornais

<sup>8</sup> Hernandes (2006) demonstrou que até mesmo jornais sindicais, que têm uma caracterização diferenciada do jornal comercial, caem no conto da “objetividade” e da “neutralidade” jornalista, construindo suas reportagens em terceira pessoa, não aparecendo suas opiniões e colocando depoimentos entre aspas.

A *rIS*, no entanto, teve um outro caráter constitutivo. Longe de querer passar uma “neutralidade” e uma “objetividade”, a revista tinha como principal característica artigos de opinião e análises, em que procurava fazer a análise partindo das posições situacionistas, tomadas anteriormente nas conferências ou expostas na própria revista através de artigos, como o artigo escrito por Raul Vaneigem<sup>9</sup> em que expos, mais de 50 temas que deveriam ser prioritários para a análise, devido a sua importância naquele período (1966) ou pelo fato de que os estudos realizados até aquele momento não tinham conseguido trabalhá-los de forma decente. Os textos sobre a independência e sobre o Maio de 1968 demonstravam claramente este posicionamento dos situacionistas.

É necessário deixar claro que a *rIS* nunca teve a pretensão de ser um veículo jornalístico de fato ou um período (tanto é que ela só era publicada quando os integrantes da IS achavam necessário), mas sim, a revista que expressasse a visão do movimento. O fato de a sua comercialização ocorrer em bancas de jornal deve-se muito ao tipo cultural francês de comercializar esse tipo de revista em locais populares, para que o grande público tivesse um acesso facilitado a este item.

Através deste tipo de construção, foi possível observar, que a *rIS* era uma revista de caráter político, que visava o posicionamento, o debate e a luta ideológica. Desta maneira, a sua análise se diferenciava, de muitas maneiras, das análises de periódicos informativos da grande imprensa. Sobre essa diferença entre a imprensa de opinião (como a *rIS*) e a imprensa de informação, a elucidação de Lincoln Penna (2007) foi expressiva para demonstrar como o discurso da grande mídia é enganoso ao que se refere a uma suposta neutralidade nos seus veículos e, como foram eles que criaram esta dicotomia, uma vez Penna demonstra que, do início da imprensa e até o início do século XX, todo jornal era inevitavelmente de opinião.

A preocupação de alguns grupos empresariais de qualificar seus produtos jornalísticos, distanciando-se dos jornais a guardarem ainda formas panfletárias, fez surgir uma falsa diferenciação: “imprensa de informação” e “imprensa de opinião”. O objetivo dos ideólogos da imprensa industrializada e a serviço de interesses econômicos e financeiros empresariais foi o de separar os jornais que representavam esses interesses, como se estes fossem exclusivamente voltados para informar o leitor, dos “outros”, os panfletários, que estariam tão somente interessados em difundir seus conteúdos opinativos. Difunde-se, assim, a ideia errônea de que a opinião distorce necessariamente a informação. (PENNA, 2007, 9-10)

---

<sup>9</sup> *INTERNATIONALE SITUATIONNISTE* 1958 – 1969. Paris: Arthème Fayard 1997, pg.454.

A explicitação desse caráter ideológico da *rIS*, por um lado facilita compreender as posições e as questões levantadas em seus textos, uma vez que, elas foram colocadas de maneira clara e não nas entrelinhas, por outro lado, para desconstruir esse discurso, é necessário não somente ter clareza dos temas levantados, mas saber com quem e contra quem a luta ideológica estava sendo travada, perceber as contradições não somente nos textos (uma vez que ali elas quase não apareciam, pois a revista era um lugar para passar a imagem de um grupo coeso e harmônico) mas para além deles, uma vez que este era apenas o balizador da sua prática.

No que se refere aos livros que utilizamos como fontes – *A sociedade do espetáculo*, *A arte de viver para as novas gerações* e *Enragés e Situacionistas nos comitês de ocupações*<sup>10</sup> – eles se inserem numa perspectiva diferente da lógica de produção e circulação da *rIS*. Enquanto a revista era baseada num projeto independente de divulgação das ideias do grupo, os livros do primeiro grupo foram lançados por grandes grupos editoriais franceses<sup>11</sup>, apesar de seu caráter aberto de contestação da sociedade capitalista e da proposta de uma saída revolucionária para esta. Como demonstrado por Raoul Vaneigem<sup>12</sup>, no segundo prefácio da edição francesa do seu livro, o interesse pela publicação das obras só ocorreu devido ao fato da repercussão que a *IS* teve na sociedade francesa a partir de 1967<sup>13</sup> com a imprensa alegando a sua influência no *Provos*<sup>14</sup> holandês e com o escândalo da Universidade de Estrasburgo.

Apesar da revista já ter uma influência significativa foram os livros dos integrantes da *IS* que efetivamente impactaram a sociedade francesa. Isso ocorreu devido à distribuição feita pelas grandes editoras e também pelo fato da sua inserção entre os estudantes, como pode ser

---

<sup>10</sup> Estes livros podem ser divididos em dois grupos: O primeiro grupo são os que são publicados em 1967 – *A sociedade do espetáculo* de Guy Debord e *A arte de viver para as novas gerações* de Raoul Vaneigem – e não levam em si o nome do movimento, apesar de esboçarem suas teses centrais e serem considerados seus livros teóricos da *IS*. Já o segundo grupo abrange o livro *Enragés e Situacionistas nos comitês de ocupações* de René Vignet e é vinculado diretamente ao movimento, pois segundo Perniola (2009) ele foi escrito de maneira coletiva, para ser uma visão do grupo sobre os acontecimentos de Maio de 1968, porém por fatos não explicados Vignet acaba assinando o livro. Aqui abordaremos as ligações entre a revista e os livros do primeiro grupo.

<sup>11</sup> O livro *A sociedade do espetáculo* foi lançado pela Buhet-Chastel e *A arte de viver para as novas gerações*, pela Gallimard.

<sup>12</sup> VANEIGEM, Raoul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002.

<sup>13</sup> Vaneigem colocava que escreveu seu livro entre 1963 e 1965 e até 1967 ele tinha sido recusado por 13 editores.

<sup>14</sup> Movimento de contracultura que surge na Holanda em meados da década de 1960 e que tem a participação de ex-situacionistas como Constant.

demonstrado pelas tão famosas frases dos muros franceses durante as manifestações do Maio de 1968, na sua grande maioria, inspiradas nos textos situacionistas.

Em relação à análise desses livros, o processo é basicamente o mesmo que discutimos para a *rIS*, uma vez que eles podem ser considerados também como documentos desse grupo, não de forma oficial como a revista, mas sim, a partir de uma questão de princípios, sendo que a própria IS reconheceu essa ligação (*Internationale Situationniste* nº11, 522).

O próprio Debord (2006) reconheceu que o que o levou a escrever este livro foi a necessidade da IS ter um livro teórico sobre as suas formulações, algo até então inexistente. Para o autor, a importância de ter um livro teoria do movimento se dava por que

Era fácil perceber que esse grupo já havia imposto sua vitória no terreno da crítica teórica e a havia prosseguido com habilidade na agitação prática, aproximava-se do ponto culminante de sua ação histórica. Era pois importante que tal livro estivesse presente nos acontecimentos que logo sobreviriam, e que os transmitisse depois à vasta sequência subversiva a que estavam dando início. (DEBORD, 2006, 149-50).

Este texto de Debord, escrito em 1979 para a 4ª edição italiana de *A sociedade do Espetáculo*, foi o primeiro texto mais profundo através do qual o seu autor fez o balanço do impacto da sua obra e de como os situacionistas se comportaram perante o peso que lhes foi atribuído e que eles próprios lhes atribuíram para os eventos franceses e europeus. Essa análise, como se observa pelo texto, foi supervalorizada por Debord, uma vez que, ele procurou sempre demonstrar que a IS teve um papel superdestacado nos movimentos daquele período, algo que não era totalmente da forma como por ele vislumbrado.

Depois de definidos todos estes pontos, procurou-se definir as temáticas que seriam abordadas nos três capítulos para que a articulação entre eles se tornasse harmônica e transmitisse de maneira clara nossos objetivos de trabalho.

Decidiu-se abordar no primeiro capítulo, os pontos considerados basilares para a formação do pensamento situacionista e a conjuntura histórica do seu período. A discussão fundamental que articula o primeiro capítulo é a do conceito de ditadura do proletariado, que posteriormente foi reapropriado pela IS. Assim, analisamos o surgimento do conceito nos seus primeiros desenvolvedores, que foram Marx e Engels e, posteriormente, como esse conceito foi utilizado por diferentes grupos marxistas (abordamos Lênin, Rosa e Gramsci principalmente) expressando posições, de certa forma conflitantes, a respeito deste conceito.

No terceiro e último tópico do primeiro capítulo, foi abordada a conjuntura histórica na qual a IS se organizou, em especial, o Estado francês e as suas peculiaridades em relação ao resto da Europa.

No segundo capítulo, buscou-se trazer as discussões realizadas pelos situacionistas e que foram importantes para a sua formação política. As discussões realizadas sobre o papel intelectual de Sartre e as relações estabelecidas entre a IS e Henri Lefebvre se mostraram importantes, pois nos remeteram a forma como os situacionistas se relacionavam com os intelectuais do seu período. Já a análise sobre a Argélia nos remeteu diretamente a uma visão situacionista de um evento que se caracterizou como um dos maiores esforços da esquerda francesa entre o final da década de 1950 e o início de 1960. O último ponto deste capítulo nos remeteu às discussões sobre o papel da organização situacionistas, tentando perceber as ambiguidades referentes ao seu discurso e à sua prática, tendo como pano de fundo as análises de Gramsci sobre o papel dos intelectuais.

No terceiro e último capítulo, a abordagem se assentou na percepção de como ocorreu à práxis situacionistas. O primeiro tópico se pautou na análise das influências de Marx e dos Marxismos na formulação das análises situacionistas para compreender como os situacionistas assimilavam essas heranças. O outro tópico buscou analisar as visões situacionistas sobre a revolução e sobre os conselhos operários e como este movimento enxergava o papel de destaque destas organizações na condução de uma revolução social.

A escolha destas abordagens para serem realizadas nesta dissertação, além de levarem em consideração os pontos considerados importantes para compreender todo o processo de produção e ação dos situacionistas. Essas escolhas foram importantes, pois não consideramos os escritos da IS como textos fechados, mas sim, textos que demonstraram ter erros e acertos em suas análises. A escolha destes pontos foi importante, porque serviu para desmistificar a reapropriação da obra situacionista como um libelo do descompromisso pós-moderno, uma vez que muitos estudos reduzem a visão situacionista a uma observação fatalista e culturalista do mundo e dos acontecimentos.

## **CAPÍTULO I – AS LEITURAS SOBRE O PAPEL DO ESTADO A PARTIR DE MARX**

Para realizar a análise do Estado nos escritos da Internacional Situacionista é preciso levar em consideração as influências teóricas sofridas por este movimento e como ele lida com os diversos desenvolvimentos e posturas a respeito das análises sobre o Estado, realizadas até aquele momento dentro de uma perspectiva marxista.

O objetivo deste capítulo é desenvolver três linhas de raciocínio que permitam avançar em direção a uma compreensão das influências teóricas sobre o Estado que foram incorporadas pela Internacional Situacionista a partir da década de 1950.

No primeiro ponto a ser abordado, está o desenvolvimento do Estado em Karl Marx e Friedrich Engels a partir do conceito de ditadura do proletariado. A escolha do conceito de ditadura do proletariado, de Marx e Engels, para analisar o Estado ocorreu pelo fato dos situacionistas terem se utilizado deste conceito para expandir a sua visão do processo de transição da sociedade capitalista para uma sociedade autogerida, onde os conselhos desempenhariam um papel fundamental neste processo. Ao privilegiar esta visão, não há de maneira nenhuma, a exclusão ou a não percepção das outras análises que Marx e Engels empreendem sobre o Estado, em especial o capitalista, mas apenas a escolha da análise que converge para a visão desenvolvida pelos situacionistas. O conceito de ditadura do proletariado foi criado por Blanqui, depois da revolução de 1848, como modo de compreender o processo de implementação de um Estado transitório, que seria marcado pela utilização do Estado burguês em um primeiro momento para servir ao interesse operário. Apoiados, em um primeiro momento, nesta definição de Blanqui, mas posteriormente, seguindo um percurso próprio, compreende-se que, nos escritos de Marx e Engels, eles partiram para uma formulação do que viria a ser e como se estruturaria um Estado operário gestado após um período revolucionário. Esta formulação não é única e acabada, ela percorreu uma série de caminhos, sendo possível observar diferenças entre seus primeiros escritos comunistas, como o Manifesto do Partido Comunista, até os escritos que compreenderam os processos revolucionários na França (como O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte), percebendo as mudanças de pensamento desses autores conforme as percepções que absorviam da realidade.

O segundo ponto é o desenvolvimento do conceito de ditadura do proletariado nos marxistas da década de 1910, especialmente no período que compreendeu o processo da Revolução Russa. O conceito de ditadura do proletariado, neste contexto, foi desenvolvido tendo por base os diferentes momentos que foram apresentados na obra de Marx e Engels, fazendo com que apresentasse posições distintas entre várias correntes marxistas do período. Para esta análise, o conceito foi analisado, mais precisamente, em duas vertentes do período: a leninista e a comunista de esquerda, uma vez que o debate entre essas duas vertentes é fundamental para compreender o posicionamento da Internacional Situacionista em relação a outros grupos políticos e sociais franceses da sua época.

O terceiro e último ponto se refere ao reordenamento do Estado capitalista no período do pós-Segunda Guerra Mundial. O objetivo foi analisar como o Estado e governos, principalmente o francês, através de medidas de contenção do movimento operário, sobretudo com o apoio dos Partidos Comunistas, e de concessão de benefícios para estes partidos, conseguiu um relativo tempo de “paz e prosperidade”, chegando inclusive a impedir o nascimento de processos revolucionários no final do período da guerra e também demonstrando como essa realidade se desenvolve de uma maneira mais específica na França, principal palco das atuações da Internacional Situacionista.

## 1.1 – O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE DITADURA DO PROLETARIADO EM KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Analisar o desenvolvimento do conceito de ditadura do proletariado em Karl Marx e Friedrich Engels é, acima de tudo, perceber que as mudanças pelas quais o conceito passou não são resultados de abstrações teóricas, mas sim, correspondem às respectivas mudanças pelas quais o próprio movimento operário europeu passou durante aquele momento, resultando assim em uma dialética entre teoria e prática do movimento operário.

O caminho percorrido pelos autores até a proposição de um Estado operário passou, necessariamente, pela tomada de consciência da necessidade de uma emancipação humana e não somente uma emancipação política como pregava a burguesia. Esse primeiro desenvolvimento foi realizado fundamentalmente na obra *Sobre a questão judaica [1843]*, em que Karl Marx (2010) ao realizar a crítica da luta dos judeus por sua emancipação política

reforçou e perpetuou o preconceito e a discriminação que eles sofriam perante um Estado cristão.

Ao problematizar a emancipação judaica, e não somente aceitá-la como uma ação a ser realizada, Marx perpassou outros problemas que estavam envolvidos diretamente com a posição defendida pelos judeus<sup>15</sup>. O mais importante foi o papel que coube ao Estado nesse processo de emancipação política, como a defendida pelos judeus, e a emancipação humana, como defendida por Marx. Porém, Marx sabia que o máximo que era possível na sociedade burguesa era a emancipação política e que ela constituiu um passo importante na emancipação humana, não devendo ser, no entanto, enxergada como o fim último das lutas.

O fato dos judeus e Bruno Bauer defenderem o papel do Estado como o responsável pela emancipação, só demonstra que eles buscavam que o Estado permitisse que todos os cidadãos tivessem direitos iguais na sociedade. Porém, para Bauer, era necessário ir além, uma vez que, o próprio judeu deveria se emancipar da religião. Como Marx demonstrou, o papel que Bauer defendia, não era um posicionamento real, uma vez que, ele pedia que tanto os judeus quanto o Estado abrissem mão da religião, só assim conseguiriam a sua verdadeira emancipação. O Estado, como afirma Marx, poderia se separar da religião, mas ele não poderia exigir que a população viesse a deixar sua religião no âmbito privado, isso contrariaria o próprio princípio da emancipação política.

A cisão homem em *público e privado*, o *deslocamento* da religião do Estado para a sociedade burguesa, não constitui um estágio, e sim a *realização plena* da emancipação política, a qual, portanto, não anula nem busca anular a religiosidade *real* do homem. (MARX, 2010, 42).

A abordagem de Marx para compreender o papel do Estado no processo de emancipação política passou pela crítica que se realizava da divisão entre *Estado político* e *sociedade burguesa* - como em Bauer, que enxergava os dois como antagônicos. Assim como exposto na citação acima, essa divisão do homem público e do homem privado, do Estado e da sociedade burguesa foi somente uma maneira de como se expressa, no capitalismo, a divisão entre as esferas de poder, sendo que, na realidade, esses dois elementos eram

---

<sup>15</sup> Os judeus são entendidos por Marx não somente como o povo, mas sim como os detentores do capital financeiro, uma vez que, na Alemanha, a maioria dos bancos estava em suas mãos.

interconectados organicamente uns aos outros, não sendo possível avançar na discussão de um sem entender as implicações causadas ao outro.

É o avanço deste debate aqui, que interessa mais particularmente, principalmente a compreensão do que verdadeiramente representa a emancipação humana. Este debate levou Marx a se aprofundar nos estudos sobre o papel do sentido da emancipação durante os levantes revolucionários na França entre 1848 e 1871. Destes desdobramentos, tem-se aquilo que é o ponto chave para a discussão sobre a ditadura do proletariado. Isso se refere ao ponto de apreender que a emancipação política foi a emancipação que a sociedade burguesa conseguiu atingir, pois a sua defesa da liberdade dos seres humanos nada mais foi do que a defesa do ser humano ao direito à propriedade privada. Esse ponto foi reforçado pela ideia do autor de que a burguesia não fez uma revolução social, mas sim uma revolução política sendo que, desta forma, a emancipação política foi o maior degrau de liberdade que a burguesia pode defender, isso porque, a revolução política “decompõe a vida burguesa e de seus componentes sem revolucionar esses mesmos componentes nem submetê-los à crítica.” (MARX, 2010, 53).

Este posicionamento de Marx é uma constatação de que não é possível se amparar no Estado político burguês para que possa ocorrer a emancipação humana, uma vez que para que ela ocorra é essencial que seja quebrado o direito burguês da propriedade privada. Porém, ainda não é possível visualizar, aqui, o que Marx define como sendo o “sucessor” e o responsável pela emancipação humana, algo que só ficará claro nos seus próximos textos.

Após a escrita de *Sobre a questão judaica* foi que começou a ocorrer uma evolução do pensamento dos autores em relação à percepção da propriedade privada e do proletariado enquanto elemento central de combate ao capitalismo. Mais precisamente, após a sua entrada na Liga dos Comunistas, organização que se pautava pelos princípios do comunismo como meio de organização do proletariado. Neste período, já foi possível visualizar a posição adotada por Marx e Engels de que somente o princípio do comunismo é a abolição das classes

La condición de la emancipación de la clase obrera es la abolición de todas las clases, del mismo modo que la condición de la emancipación del tercer estado, del orden burgués, fue la abolición de todos los estados y de todos los ordenes. [...] Sólo en un orden de cosas en el que ya no existan clases y antagonismo de clases, las *evoluciones sociales* dejarán de ser *revoluciones políticas*. (MARX, 1979, 142-143)

Porém, foi no *Manifesto do Partido Comunista* que Marx e Engels articularam pela primeira vez, de forma mais acabada, o conceito de ditadura do proletariado, resolvendo, em partes, as questões deixadas sem resposta em *Sobre a questão judaica*. Pelo tipo de texto que é característico do *Manifesto*, um programa da Liga dos Comunistas, ele expos, de maneira concisa e didática, os principais pontos de discussão que eram necessários para se posicionar perante as outras forças políticas.

Foi no *Manifesto* que se encontrou, de modo mais explícito até então, a diferenciação entre a burguesia e o proletariado e, conseqüentemente, a diferença entre os projetos de sociedade desses dois grupos. Essa diferenciação foi demonstrada ao longo do *Manifesto*, através do processo que o operariado teve que percorrer e que deveria combater com o intuito de que o proletariado se constituísse em partido político, algo que até então não havia ocorrido.

Ao demonstrar, através da análise do processo de produção, que o proletariado era enxergado pela burguesia apenas como um instrumento responsável pela fabricação de mercadorias e que na verdade era ela que detinha o poder do Estado e o utilizava como forma de perpetuação da dominação e da exploração, sendo que ainda esta fazia de tudo para aplacar a luta de classes, demonstrando-a como uma coisa ultrapassada, pois o verdadeiro inimigo – o antigo regime – tinha sido derrotado com a ação conjunta das duas classes que naquele momento começavam a se opor. Porém, essa visão romântica da burguesia foi desarticulada de maneira contundente no *Manifesto*, cabendo a Marx e Engels desfazerem a leitura enviesada da burguesia e demonstrarem como deveria se portar o proletariado e quais os objetivos a serem alcançados. O primeiro objetivo foi demonstrar como o proletariado era, na verdade, a classe responsável por sustentar a economia capitalista, pois ele era o responsável por produzir a riqueza da sociedade e, por ser a classe subordinada, foi a única capaz de, ao se libertar, também libertar as outras classes, inclusive a própria burguesia. O segundo objetivo foi concretizar a burguesia como o verdadeiro inimigo do proletariado, descartando as antigas lutas que estes realizaram em conjunto e classificando as classes do antigo regime como inimigos da burguesia. Ao recorrer a essa exposição, os autores quiseram demonstrar que a experiência até ali acumulada contra as antigas classes – em especial a nobreza – deveriam se voltar contra a burguesia e o seu modo de vida.

No entanto, ao demonstrar a diferença entre a sociedade comunista e a sociedade burguesa em relação à cultura, aos valores e à economia e de como se estruturaria a sociedade comunista após a revolução, Marx e Engels deram destaque excessivo à importância da tomada de poder do Estado. Em nenhum momento no texto, os autores citaram de fato o conceito de *ditadura do proletariado*, porém se entende que o próprio programa comunista foi expresso no livro e perpassado por esse conceito, como neste trecho:

A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações tradicionais de propriedade; não é de espantar que no curso de seu desenvolvimento ela rompa da maneira mais radical com as ideias tradicionais.

Vimos acima que o primeiro passo na revolução operária é a *elevação do proletariado à classe dominante* [grifo meu], a conquista da democracia. (MARX, 2004, 66).

A citação acima, em especial a parte destacada, compreende bem o conceito de *ditadura do proletariado*, porque este conceito nada mais é do que a elevação do proletariado ao nível superior da estrutura de dominação do Estado, entendida até neste momento como a própria tomada do Estado pelo operariado como os autores deixam claro nas medidas citadas para a implementação do Estado comunista, em que, de 10 medidas, 5 se referem à concentração de poderes nas mãos do Estado.

Porém, é somente com os eventos de 1848 na França que Marx falou pela primeira vez de uma ditadura do proletariado de fato. Isso ocorreu porque o operariado reconheceu que a sua ligação revolucionária com a burguesia se constituiu em um erro, pois, como em todas as revoluções anteriores que haviam ocorrido, com essa junção de forças, o proletariado saiu perdendo, uma vez que seu acesso à participação no governo era restrito a cargos sem um peso relevante em que suas ações pudessem surtir algum efeito e as suas reivindicações, apesar de serem consideradas legítimas, eram sempre postergadas. Com essas lições, o proletariado percebeu que era necessário haver uma ruptura com essa prática, algo que já ocorreu em 1848 e expressou-se de modo mais drástico em 1871.

A revolução de 1848 foi classificada como a primeira revolução em que o operariado saiu como protagonista, mesmo que, num primeiro momento, isso não tivesse ocorrido. A mudança de posicionamento do proletariado frente aos acontecimentos – destituição da aristocracia financeira da sua estrutura de poder dentro do Estado francês (que eles acreditavam ser a verdadeira burguesia, a ponto de proclamarem o fim desta com a revolução), a proclamação da república que vinha a atender aos interesses da configuração do

capital na França e o afastamento dos trabalhadores do centro de decisão do novo Estado instituído.

Para Marx, o real problema que os operários passavam naquele momento era ainda não terem maturidade suficiente para tocarem uma revolução própria, por isso, em um primeiro momento, a sua palavra de ordem não foi a ditadura do proletariado, mas sim, república democrática. O autor atribuiu essa falha, em grande parte, ao pouco desenvolvimento que o operariado francês tinha naquele momento, pois para ele a falta de um operariado industrial (a vanguarda dentre os trabalhadores) foi fundamental para a não radicalização da revolução no primeiro momento de 1848.

O processo que se segue foi de uma tomada de consciência propiciada pelas condições de descaso pela fração da burguesia que ascendeu ao poder em fevereiro de 1848. A burguesia acreditava que, ao deixar o ministério do trabalho para os Louis Blanc e Albert, representantes dos trabalhadores, estes conseguiriam contornar as reivindicações e acalmar o furor que se sentia nas classes mais baixas. Porém, a falta de estrutura para o trabalho, o desemprego, as *workhouses* francesas e a fome, que se seguiu a fevereiro, eram demais para o proletariado, uma vez que, ainda eram obrigados a assistir ao pagamento das dívidas do Estado à aristocracia financeira, a mesma a quem eles haviam decretado a morte. A partir deste momento, o proletariado foi capaz de caminhar com as suas próprias pernas e não mais se sustentar em promessas e acordos com a burguesia, pois não cabia mais a luta pela república democrática como fim, mas sim à ditadura do proletariado.

O proletariado de Paris foi *obrigado* pela burguesia à insurreição de Junho. Já nisto havia a sentença que o condenava. Nem a sua necessidade imediata e confessada o levava a querer derrubar violentamente a burguesia, nem estava à altura de tal tarefa. O *Moniteur* teve de fazer-lhe saber oficialmente que o tempo em que a república se vira obrigada a prestar homenagem às suas ilusões já tinha passado, e só a sua derrota o convenceu desta verdade: que, *no seio* da república burguesa, a mais pequena melhoria da sua situação é uma *utopia*, uma utopia que passa a ser crime logo que queira realizar-se. Em vez das reivindicações exaltadas na forma, mas mesquinhas no conteúdo e mesmo ainda burguesas, cuja satisfação ele queria forçar a república de Fevereiro a conceder, surgia agora a audaciosa palavra de ordem revolucionária: *Derrube da burguesia! Ditadura da classe operária!* (MARX, 2008, 93-94).

A revolução de Junho de 1848, apesar de estar ainda incompleta na sua maturidade, deu subsídios para aquele que foi o responsável por constituir o primeiro governo operário da

história do mundo, a Comuna de Paris. A experiência que os operários demonstraram através da Comuna fez até mesmo Marx revisar alguns de seus posicionamentos em relação ao papel do Estado.

O maior feito da Comuna foi estabelecer, durante os dois meses da sua real existência, um governo de cunho popular e operário, com o desmantelamento do Estado burguês (através de instituições como exército, a instituição do registro civil em separação à Igreja entre outros) e a construção de uma estrutura de poder baseada em comissões que eram responsáveis por atenderem a todos os setores da sociedade.

A Comuna era composta por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser, não um organismo parlamentar, mas um corpo activo, ao mesmo tempo executivo e legislativo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e revogável a todo o momento. O mesmo se deu com os outros funcionários de todos os ramos da administração. Desde os membros da Comuna até ao fundo da escala, a função pública devia ser assegurada com salários de operários. Os benefícios habituais e os emolumentos de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram ao mesmo tempo que os altos dignatários. Os serviços públicos deixaram de ser propriedade privada das criaturas do governo central. Não só a administração municipal, mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado, foi posta nas mãos da Comuna. (MARX, 2008, 402-403).

Esta estruturação da Comuna em comissões foi a maior herança da Comuna, que foi repetida significativamente em todas as principais revoluções do século XX (Revolução Russa de 1905 e 1917, Revolução Alemã de 1919, Guerra Civil Espanhola, Revolução Húngara de 1956 e o Maio de 1968 parisiense). Ela foi responsável também por colocar em Marx a dúvida: basta realmente a tomada do poder do Estado? No prefácio de 1872 do *Manifesto*, Marx trouxe a sua visão da mudança de pensamento em relação ao conteúdo do que havia escrito, uma vez que, a Comuna, ao se estabelecer, não procurou usurpar o Estado, mas aboli-lo imediatamente, pois compreendeu que não era possível construir uma nova sociedade baseada na usurpação de um Estado de essência burguesa, pois a sua estrutura era de repressão.

A aplicação prática destes princípios — o próprio *Manifesto* o declara — dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias historicamente existentes, e por isso não se atribui de modo nenhum qualquer peso particular às medidas revolucionárias propostas no fim da secção II. Este passo teria sido hoje, em muitos aspectos, redigido de modo diferente. Face

ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária, face às experiências práticas, primeiro da revolução de Fevereiro, e muito mais ainda da Comuna de Paris — na qual pela primeira vez o proletariado deteve o poder político durante dois meses —, este programa está hoje, num passo ou noutro, antiquado. A Comuna, nomeadamente, forneceu a prova de que "a classe operária não pode simplesmente tomar posse da máquina de Estado [que encontra] montada e pô-la em movimento para os seus objetivos próprios". (MARX, 2004, 26-27).

Todo esse percurso percorrido por Marx e Engels para compreender o que era a ditadura do operariado e qual o seu objetivo ao ser instalada, gerou um série de leituras desconexas e até mesmo opostas pelos marxistas posteriormente. A posição defendida era que não havia uma única interpretação correta, mas sim realidades diferentes em que algumas condições se sobrepunham às outras. A tentativa de historicizar essas posições foi o modo encontrado de trazer as referências sobre a ditadura do proletariado, demonstrando a sua posição como uma sociedade sem classes, para o debate sobre a direção que a revolução social deveria seguir, em especial no período compreendido entre 1917 – 1920 quando vários países europeus experimentaram um levante revolucionário por parte do operariado e também como forma de compreender o que a Internacional Situacionista absorveu do marxismo e qual releitura de Marx era realizada pelo grupo.

## 1.2 – A POLARIZAÇÃO EM TORNO DO CONCEITO DE DITADURA DO PROLETARIADO DURANTE AS REVOLUÇÕES RUSSA, ALEMÃ E ITALIANA: A SÍNTESE ENTRE O PARTIDO E CONSELHOS OPERÁRIOS.

Depois de ser criado por Karl Marx e Friedrich Engels, o conceito de ditadura do proletariado encontrou uma série de desenvolvimentos diferentes por parte dos diversos partidos e grupos políticos marxistas que surgiram após a sua configuração inicial. Estas divergências surgiram já no final do século XIX com o nascimento da II Internacional e a perspectiva reformadora da nascente social-democracia alemã que, primeiramente, com Eduard Bernstein e posteriormente, com Karl Kautsky, começou a priorizar a perspectiva de que era possível fazer a passagem ao comunismo através da inserção no sistema capitalista, abdicando da revolução para atingir os seus objetivos.

As primeiras críticas a esta posição da social-democracia alemã partiram da própria ala mais a esquerda do partido que tinha entre seus principais nomes Rosa Luxemburgo e Karl

Liebkecht. Rosa Luxemburgo em *Reforma ou revolução* já expunha os traços característicos desse que seria um dos primeiros debates no seio revolucionário sobre o destino da ditadura do proletariado e o desvirtuamento que o partido socialdemocrata alemão começava a esboçar.

A Revolução Russa de 1905 expos um novo traço que fez com que a revolução desencadeada naquele momento, mesmo com o baixo nível de industrialização presente na Rússia, tomasse uma proporção capaz de pôr em risco o Estado czarista e que a revolução proletária se tornou uma possibilidade concreta naquele momento, através dos conselhos operários.

A emergência dos conselhos operários traduziu uma forma de auto-organização proletária que era resultado de mobilizações anteriores e de formas de lutas que os operários russos já vinham travando contra o governo e surgiram num momento em que ocorria o acirramento da luta de classes, no período de fevereiro de 1905 durante uma deflagração de greve. Esses conselhos representavam

o fundamento dos conselhos operários é um conjunto de organizações de base que surgem no processo da luta operária, especialmente os conselhos de fábrica, também chamados “comissões operárias” ou “comissões de fábrica”. Os conselhos de fábrica geralmente são produtos da luta operária e é um desdobramento de outras organizações operárias gestadas na luta cotidiana. Estas organizações que precedem os conselhos de fábrica, e às vezes, convivem com elas, são comitês de greve, uniões de ajuda mútua, comissões internas de prevenção de acidentes, etc. No caso da Revolução Russa de 1905, os predecessores foram principalmente os comitês de greve, as juntas de ajuda mútua e as comissões operárias. (VIANA, 2010, 10)

No entanto, a derrota da Revolução Russa de 1905 e a violenta repressão do governo czarista contra o operariado e os soviets, fizeram com que estes se dissolvessem e só voltassem a serem recriados no próximo período revolucionário que o país conheceu em 1917.

O contexto de nascimento do período revolucionário russo de 1917 remete ao momento em que o operariado russo já se encontrava em maior número do que na Revolução de 1905 (apesar de não ser ainda a maioria da população); as mazelas da Primeira Guerra Mundial assolavam de maneira alarmante a população russa, causando fome e uma série de greves que exigiam a saída da Rússia da Guerra e a normalização do abastecimento; e o renascimento dos soviets, como instrumento de luta do movimento operário, decorrente

especialmente do grave processo de crise social que atingia a Rússia durante a Primeira Guerra.

Baseado na relação entre o papel que os conselhos operários e o partido bolchevique desempenhavam na Revolução Russa de 1917, para a construção da ditadura do proletariado, que foi observado como se desenvolveu a discussão a respeito da forma como a Revolução deveria ser conduzida (pela vanguarda do partido ou pelos conselhos operários) e realizada (com a tomada ou a destruição do Estado).

Lênin era o revolucionário russo que melhor sintetizava o que deveria ser e como deveria ser conduzida a implementação da ditadura do proletariado durante a Revolução Russa, buscando nos escritos de Marx e Engels a fundamentação necessária para combater os revisionismo e também construir um modelo russo deste processo. É, principalmente nos escritos do período em que a revolução está em curso – aqui cabe destaque ao *livro O Estado e a Revolução* – que se conseguiu ver com maior clareza os desdobramentos das suas propostas.

Em *O Estado e a Revolução*, Lênin teve principal objetivo compreender o papel do Estado e a sua posterior função dentro de uma sociedade comunista era a de que o Estado era um produto desenvolvido para mediar os conflitos de classes, sempre pendendo as suas resoluções para o lado da classe dominante, compreendendo, deste jeito, que era impossível uma transformação da sociedade capitalista baseada no processo de conciliação entre a burguesia e operariado em um governo conjunto. Processo que estava ocorrendo na Rússia no momento em que Lênin escrevia o referido livro – entre a revolução de fevereiro e a de outubro – uma vez que as práticas repressivas e de esmagamento da Revolução realizadas pelos mencheviques e socialistas revolucionários, que haviam ascendido ao governo em fevereiro, eram comparáveis as que o governo czarista tinha colocado em prática.

O papel de todo governo que age dentro de um Estado capitalista é defender a ordem vigente a todo o custo não importando os meios empregados, visto que ele deve assegurar os interesses de uma minoria sobre uma maioria explorada, sendo que esta maioria é que é a responsável por realmente produzir a riqueza com que se sustentam as bases sociais desse Estado. Desta forma, para Lênin, induzir uma tentativa de transição para uma sociedade comunista que não fosse através de uma revolução violenta em que os agentes desse Estado

burguês fossem destituídos e que se iniciasse um processo de “definhamento” do Estado, não levaria a lugar algum e só repetiria as forma da burguesia no poder.

Apesar da crítica de Lênin ao papel do Estado e de compreender seu caráter repressivo, mesmo na ditadura do proletariado, pois compreendia que era necessária, após a vitória do proletariado, a manutenção de um Estado que servisse como processo de transição para as derrotas das antigas classes dominantes que ainda subsistiam contra o proletariado enquanto classe dominante, sendo, desta maneira, necessário ainda ter um Estado com caráter repressivo.

Os trabalhadores só têm necessidade do Estado para quebrar a resistência dos exploradores, e só o proletariado tem envergadura para quebrá-la, porque o proletariado é a única classe revolucionária até o fim e capaz de unir todos os trabalhadores e todos os explorados na luta contra a burguesia, a fim de a suplantar definitivamente. (LÊNIN, 2007, 43)

Porém, o Estado que o proletariado teria em mãos se diferenciaria do antigo Estado capitalista por não buscar uma permanência, mas sim, estar em situação de “definhamento”, ou seja, em processo de extinção sobre o qual, no final, estaria implantada a sociedade comunista. A diferença principal entre estes dois tipos de Estado ocorreria sobre o modo de lidar com os principais aparelhos de dominação: a burocracia e o exército. Cabe ao Estado proletário, que era definido pelo autor como a primeira fase do comunismo, combater esses dois elementos, levando em consideração a substituição de todos os burocratas por membros eleitos e remunerados de acordo ao salário de um operário, sendo que poderiam ser substituídos do cargo a qualquer momento; e, a troca do exército formal pelo povo em armas, que seria responsável pela defesa da Revolução. Com estas medidas tomadas, o Estado “definharia” e desapareceria. Estas propostas de Lênin sobre a burocracia e o exército eram pautadas nas ações da Comuna de Paris, descritas por Marx, e responsáveis por erguer pela primeira vez o proletariado ao papel de classe dominante. Porém, esta formulação que Lênin criou que seria a correta, sofreu um forte desvio quando colocada em prática, demonstrando que os embates que a transição enfrentava, na prática, eram mais complicados do que o líder previa.

Isto pode ser observado nos debates entre Lênin e a Oposição Operária sobre os rumos do processo de produção e de condução do processo revolucionário na Rússia pós-1917. Para

Alexandra Kollontai<sup>16</sup> a necessidade de ter outras classes em apoio ao operariado e ao campesinato, como a baixa burguesia ou intelectuais, por exemplo, era necessária para ter a vitória no decurso do processo revolucionário, mas a sua postura se diferenciou da de Lênin ao não concordar que esses grupos assumissem o papel de protagonistas no desenvolvimento do Estado operário. Kollontai, no livro *A oposição operária de 1921*, apontou que ao colocar antigos gerentes de fábricas nas mesmas funções após a Revolução e não operários para comandar o processo de reformulação nas fábricas, o Partido estava perdendo a oportunidade de revolucionar o método de produção e apenas compactuava com o desenvolvimento do trabalho nos moldes do capitalismo.

A proposição de Lênin sobre o “definhamento” do Estado era, sem sombra de dúvidas, um dos principais argumentos para a defesa da necessidade de se manter um Estado proletário “formal” após a conquista do poder através da revolução. A sua argumentação se baseava no desenvolvimento das ideias de Engels de que a Revolução destruíra somente o Estado burguês, e que o modelo implantado posteriormente – que Lênin chamava de “plena democracia” – só tendia a diminuir e suas intromissões, na vida social, tornaram-se desnecessárias e então, ele “morreu”. De certo modo, essas visões e prognósticos do autor sobre o desenvolvimento do Estado operário eram mais idealizações do que ele previa como seria o desenvolvimento do que realmente se via na prática, apesar das suas visões se basearem nas revoluções do século XIX.

Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, “por esse meio, abole o Estado como Estado”. [...] De fato, Engels fala em “abolição” do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e “morte” do Estado se referem aos vestígios do Estado proletário que substituem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não “morre”; é “aniquilado” pelo proletariado na revolução. O que morre “depois” dessa revolução é o Estado proletário ou semiestado. (LÊNIN, 2007, 35)

Esta demarcação de posição era feita, sobretudo, para se demarcar a posição sobre a questão da “abolição” do Estado perante as correntes anarquistas, que propugnavam uma abolição imediata do Estado depois da tomada do poder pelas classes oprimidas. Para Lênin, isso não era só impossível como também demonstrava as falhas na concepção dos anarquistas

---

<sup>16</sup> Alexandra Kollontai foi um dos principais nomes da oposição operário, grupo formado no interior do Partido Bolchevique é que defendia uma maior participação dos operários nas decisões do rumo do país e, sobretudo do controle dos meios de produção. Foi a primeira mulher no mundo a exercer a função de embaixadora.

para definirem o que eles entendiam como revolução e de como ocorreria este processo, uma vez que, as suas posições se mostravam contraditórias ao pregarem uma revolução e serem antiautoritários. Porém, essas posições anarquistas eram mais linhas gerais para uma ação do que necessariamente um programa fixo que deveria ser seguido.

Uma questão que Lênin abordava indiretamente neste livro, mas que é de fundamental importância para compreender a sua definição de ditadura do proletariado é quem ou quais organismos são responsáveis por conduzir a ditadura do proletariado. Como exposto anteriormente, ele previa que a presença de membros eleitos para cargos burocráticos no governo era um ponto importante, mas não explicitava de onde e a quem esses membros deveriam responder.

Através de outros escritos é possível perceber quem era o condutor para Lênin da ditadura do proletariado, este era o partido. Esta defesa preponderante do partido era feita desde 1902 em seu livro *O que fazer?*, e também, com a Revolução de 1905, uma vez que os soviets tinham uma influência muito grande dos mencheviques.

Tornou-se agora. Nós, o partido bolchevique, *convencemos* a Rússia. *Conquistámos* a Rússia — dos ricos para os pobres, dos exploradores para os trabalhadores. Agora devemos administrar a Rússia. E toda a peculiaridade do momento que vivemos, toda a dificuldade consiste em compreender as *particularidades da transição* da tarefa principal de convencer o povo e esmagar militarmente os exploradores para a tarefa principal de *administrar*.

Pela primeira vez na história mundial, um partido socialista conseguiu concluir, nos seus traços principais, a obra da conquista do poder e de esmagamento dos exploradores, conseguiu *abordar* a tarefa da *administração*. (LÊNIN, 2011, s/pg)

Mesmo com todo o desenvolvimento que ocorreu com os soviets e a as suas ações revolucionárias em 1905 e 1917, Lênin não acreditava nos conselhos como o elemento central para o desenvolvimento deste Estado proletariado que estava sendo construído na Rússia. Para ele, os soviets eram um apêndice do partido e, como tal, deveriam estar subordinados as suas diretrizes, somente assim, seria possível não retornarem para as reivindicações economicistas, uma vez que, naquele estágio em que a revolução se encontrava, esta barreira já havia sido transposta, mas, com o desenvolvimento da guerra civil e as dificuldades pelas quais o país passaria, essas reivindicações poderiam retornar e acabar sabotando o curso da revolução.

A visão de Lênin sobre o papel dos sovietes no desenvolvimento da ditadura do proletariado, relegando esses instrumentos da classe trabalhadora a um papel secundário, foi exposto por Brinton (1975) como o início do processo de incorporação dos sovietes a estrutura do partido. Este processo desembocou em algumas restrições que acabaram imobilizando os sovietes, uma vez que, sua autonomia era cortada, como por exemplo, os fatos dos delegados de sovietes só poderem assumir este posto se fossem membros do partido bolchevique.

Remetendo às posições de Marx e Engels e às de Lênin que foram analisadas até neste momento, a melhor definição para a diferenciação do conceito de ditadura do proletariado entre ambos era produzida por Maurício Tragtenberg (2011): “Marx caracteriza como “ditadura do proletariado” uma forma de *sociedade*, enquanto Lênin caracteriza-a como uma forma de *governo*”. Esta definição traduz muito do que foi apresentado nas discussões acima realizadas e que pautam, de certa forma, a própria definição posterior de uma *ditadura anti-estatal do proletariado* defendida pela Internacional Situacionista.

#### 1.2.1 – O debate sobre a ditadura do proletariado durante a Revolução Alemã

Diferentemente dos russos que dividiram, em 1912, o Partido Social Democrata Russo em Bolchevique e Mencheviques, o Partido Social Democrata Alemão permaneceu uno até o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial rompendo e transformando-se em dois partidos – com a criação do Partido Social Democrata Independente Alemão – em 1917.

Era a ala a esquerda do Partido Social Democrata Independente Alemão que participou efetivamente do processo revolucionário que ocorreu na Alemanha entre 1918 e 1919 e que, diferentemente do processo russo, não teve à frente o partido, mas sim, os conselhos operários e de soldados.

A Revolução Alemã teve seu início muito semelhante à Revolução Russa, com a formação dos conselhos operários contra as condições de vida pelas quais passava a população por causa da guerra, formando assim, uma corrente de manifestações que ocasionou, no final de 1918, a queda do Império Germânico e a instauração de uma república que acabou nas mãos do Partido Social Democrata alemão.

Para entender a Revolução Alemã é preciso compreender que os conselhos de operários e soldados detinham de fato o poder entre o final de 1918 e o início de 1919, isso se expressava principalmente porque “os conselhos controlavam, nos primeiros meses, a produção e limitavam fortemente o poder dos capitalistas nas empresas” (HÁJEK, 1985, 170). Desta forma, a constituição de um Partido Comunista na Alemanha, diferentemente do Russo, não teria função de uma tomada de poder, mas sim, de auxiliar as massas na conquista do seu objetivo, da instauração do socialismo, como deixava claro Rosa Luxemburgo no panfleto de apresentação da Liga Spartakus que, alguns meses mais tarde, se transformaria no Partido Comunista Alemão

A Liga Spartakus não é um partido que queira chegar ao poder passando por cima da massa operária ou servindo-se da massa operária. A Liga Spartakus é apenas a parte mais consciente do proletariado que indica a cada passo às grandes massas do operariado suas tarefas históricas, que, a cada estágio particular da revolução, representa o objetivo final socialista e que, em todas as questões nacionais, defende os interesses da revolução proletária mundial. (LUXEMBURGO, 2009, 128)

Para entender o que Rosa Luxemburgo compreendia por ditadura do proletariado é necessário entender que a sua noção de partido, que se baseava em um partido de massas, em que a direção serviria somente como um meio de encaminhamento das propostas decididas na base, e não um partido de vanguarda, como no caso russo, em que a direção decidia os caminhos e a base tinha de acatar os comandos. Desta forma, a noção de ditadura do proletariado baseada nos conselhos operários denota outra forma de construção do poder e da sociedade comunista.

É interessante notar a defesa dos conselhos operários por parte de Rosa Luxemburgo entre os períodos de novembro e dezembro de 1918, quando estes ainda não tinham entre os seus principais objetivos a construção de uma sociedade socialista, mas sim buscavam elementos de estabilização da sociedade alemã, que se encontrava em caos desde a proclamação da guerra, como: “declaração do governo por uma paz sem anexações; supressão do estado de sítio e da censura; libertação dos prisioneiros políticos; abolição da lei do trabalho obrigatório; sufrágio universal igual e direito em todos os níveis.” (LOUREIRO, 2005, 48). Mesmo não tendo uma forte inserção dentro dos conselhos operários e mesmo os conselhos assumindo propostas para a construção de uma democracia social (isso no final de 1918), os integrantes da Liga Spartakus acreditam que esses instrumentos eram os novos

meios de construção do poder socialista, uma vez que eram construídos a partir da base, de forma independente e expressando a auto-organização do movimento que estava em curso.

Em 1919, a proclamação da República dos Conselhos da Baviera demonstra o processo de amadurecimento e de radicalização pelo qual os conselhos operários alemães passaram no período, sobretudo pela instauração de medidas que tentavam dar uma dinâmica operária no governo, visando o apelo popular como a declaração da greve geral e da formação de um exército vermelho.

Max Adler (1976) é outro militante que enfatiza a questão da ditadura do proletariado partindo da perspectiva dos conselhos operários ao ter como parâmetro as Revoluções Russas e a Revolução Alemã. Para ele, o que ocorreu com Lênin é que a sua teoria do partido queria se tornar uma teoria universal do comunismo, fazendo com que ocorresse uma bolchevização dos processos revolucionários em curso, quando na verdade esta era só mais uma tática, que se mostrou apropriada para este país.

Pelo fato de Lênin ter associado a ditadura do proletariado a um período de extrema repressão não compatível com a democracia – uma vez que Adler entendia a ditadura do proletariado como a realização da verdadeira democracia – e pelo fato de sua análise ter se tornado dominante, isto passou a ser compreendido como a ditadura do proletariado. Mas, na verdade, isso representou o “espírito do despotismo iluminado que tão evidentemente se opõe à democracia e que é uma autêntica caricatura do *Manifesto Comunista*.” (ADLER, 1976, 52).

Contra essa visão de Lênin, Adler propôs uma ditadura do proletariado baseado nos conselhos operários e na democracia, caracterizando assim, a verdadeira essência do comunismo, uma vez que, sendo os conselhos operários expressão do movimento operário real, traziam nas suas práticas os elementos capazes de construir a sociedade comunista.

[...] é necessário que a educação revolucionária dos conselhos operários no espírito marxista da luta de classes e do socialismo seja considerada como uma segunda tarefa capital e permanente, juntamente com o trabalho de administração<sup>17</sup>. Só assim se poderá impedir que os conselhos se limitem a um simples trabalho de reformas e percam de vista o seu fim supremo: serem os principais instrumentos da transformação social, da supressão da sociedade capitalista. (ADLER, 1976, 120)

---

<sup>17</sup> Que Max Adler coloca como a primeira tarefa.

Baseados na junção de questões como a de Rosa Luxemburgo e Marx Adler, e agregando com as discussões dos comunistas de esquerda – sobretudo, os alemães como Anton Pannekoek e Otho Rühle<sup>18</sup> – foi que se desenvolveu, na década de 1920, uma corrente, dentro do movimento comunista internacionalista, denominada comunismo de conselhos que trouxe as teses da função contrarrevolucionária do partido e a essência da revolução nos conselhos operários. Recuperar este debate inicial sobre a ditadura do proletariado e suas diferentes interpretações, tanto no leninismo quanto na corrente alemã, serve como uma introdução às questões e posições defendidas pela Internacional Situacionista na década de 1960.

### 1.2.2 – Antonio Gramsci e os conselhos operários na Revolução Italiana

Do período revolucionário do final da década de 1910, Antonio Gramsci foi quem conseguiu fazer uma melhor síntese entre o papel do partido e dos conselhos operários no período revolucionário. Gramsci participou ativamente do levante revolucionário em Turim durante 1919-1920, participando das ocupações de fábricas, dos conselhos operários e das Assembleias que decidiam o rumo das ações.

Para Gramsci, o Estado Operário já existia nas instituições da classe trabalhadora, como o Partido Socialista, os Sindicatos, os Comitês de Fábricas e os Comitês de Bairro. Era necessário, durante o processo revolucionário, saber articular estes elementos para fazer com que a composição do poder fosse distribuída de acordo com as suas competências e as suas designações. Ao Partido e ao Sindicato caberia a função de educador, guarda moral e disciplinador; os Comitês de Fábricas cuidariam das instituições e da democracia operária, sendo que, neles, Gramsci reconhecia o verdadeiro embrião do poder operário; e, os Comitês de Bairro que seriam responsáveis pela organização da classe na sua área de habitação. Estes elementos destacados por Gramsci estão presentes em todo o desenvolvimento da noção de ditadura do proletariado que este revolucionário quis construir.

---

<sup>18</sup> Otho Rühle era membro da Liga Spartakus e foi um dos fundadores do Partido Comunista Alemão (K.P.D) no final de 1918. Expulso em 1919 entra no Partido Comunista Operário Alemão (K.A.P.D), cisão conselhisto do K.P.D. Após sua passagem pelos dois partidos, adquire uma posição crítica em relação a essas organizações pois considera que “A revolução não é uma tarefa de partido. Os três partidos social-democratas têm a loucura de considerar a revolução como tarefa sua, própria de partido e de proclamar como seu objectivo partidário a vitória da revolução. A revolução é tarefa política e económica da totalidade da classe proletária. Só o proletariado enquanto classe pode levar a revolução à vitória.” (RÜHLE, 2011, s/pg.)

Assim como Lênin, Gramsci compreendia a ditadura do proletariado como um Estado de transição, em que ainda não se atingiu plenamente a instalação de um Estado socialista, em que era necessário haver uma repressão contra a burguesia para que se conseguisse chegar ao objetivo da Revolução. Um ponto destacado por Gramsci, que Lênin não chegou a adentrar, era o fato de reconhecer que a ditadura do proletariado ainda se constituiria como um Estado nacional, mas que buscava a sua superação através da aliança internacionalista, pois entendia que era nela que ocorreria a vitória final da Revolução.

Sobre o papel dos conselhos operários na Revolução, Gramsci enxergava que eles eram o principal elemento do Estado proletário, desta forma, teve que se desenvolver, no curso da Revolução, como forma e meio de expressar essa posição. Gramsci analisou o papel destacado do conselho operário em relação ao sindicato, isso ocorreu porque “O conselho,..., realiza a unidade da classe trabalhadora, dá às massas uma coesão e uma forma que são da mesma natureza que a coesão e a forma que a massa assume na organização geral da sociedade.” (GRAMSCI [1919], 2004, 288). Essa diferença entre o sindicato e o conselho ocorreu, pois o autor enxergava o sindicato como algo voltado a reivindicações das condições de trabalho e vida na sociedade capitalista, mesmo reconhecendo a importância desses na luta de classes e nos momentos de embates revolucionários, porém, o sindicato era visto como uma construção “positiva”, que trouxe no seu cerne o poder libertador do capitalismo. Apesar desta visão, é interessante notar como Gramsci compreendia que os conselhos não eram órgãos perfeitos, mas sim estavam perpassados pelas contradições que acarretavam a noção de Estado operário e que estas contradições só seriam resolvidas no decorrer da ditadura do proletariado.

Com o surgimento dos conselhos operários e a fundação da III Internacional, Gramsci observou que o Partido Socialista não conseguia atender mais às demandas revolucionárias daquele período. Para isto, era necessário uma reformulação do Partido (esta reformulação se baseava na mudança de programa e de nome, sendo que agora deveria se chamar Partido Comunista) que para Gramsci era a necessidade de se tornar efetivamente uma instituição capaz de caminhar na construção da Revolução junto aos trabalhadores. Este Partido não deveria se portar como o detentor da verdade revolucionária, pois era preciso compreender que

A revolução proletária não é ato arbitrário de uma organização que se diz revolucionária ou de um sistema de organizações que se dizem

revolucionárias. A revolução proletária é um longuíssimo processo histórico que tem lugar quando surgem e se desenvolvem determinadas forças produtivas (que resumimos na expressão “proletariado”) num determinado ambiente histórico (que resumimos nas expressões “modo de propriedade individual”, “modo de propriedade capitalista”, “sistema de fábrica” e “modo de organização da sociedade no Estado democrático-parlamentar”). [...] O processo real da revolução proletária não pode ser identificado com o desenvolvimento e a ação das organizações revolucionárias de tipo voluntário e contratualista, como são o partido político e os sindicatos profissionais” (GRAMSCI [1920], 2004, 361-362).

Era por este motivo que Gramsci defendia a reestruturação do Partido, uma vez que o Partido Socialista ainda estava muito preso ao jogo parlamentar e não conseguia acompanhar as novas mudanças que o movimento operário trazia. Nesta citação, é o ponto onde é possível observar de modo mais claro o porquê da defesa de Gramsci do papel dos conselhos. Estes não eram frutos do jogo parlamentar-institucional, mas nasceram do seio do operariado como forma de autogerir as suas lutas e a produção.

Apesar desta visão de Gramsci sobre os conselhos operários, ele não pode ser considerado um conselhistas, como o Otto Rühle por exemplo. Isso ocorre pelo fato de Gramsci, em nenhum momento, negar que o Partido era importante no processo revolucionário, além de não ter caído no que Osvaldo Coggiola (1996) chamou de fetichização dos conselhos, ou seja, perceber o conselho como um órgão permanente de luta do proletariado e não um órgão que só é possível existir em momentos revolucionários.

### 1.3 – O REORDENAMENTO DO ESTADO CAPITALISTA NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O período que foi da década de 1920 até a Segunda Guerra Mundial é de extrema importância para se compreender a mudança de postura em relação às lutas travadas pelos trabalhadores. Com as derrotas da Revolução Alemã e Italiana no início da década de 1920, a ascensão do fascismo e a consolidação do poder de Stálin na URSS, o movimento operário passou a sofrer um refluxo nas suas lutas e uma enorme dificuldade de organização – em parte devido à repressão e à uma esperada ajuda da Rússia que nunca ocorria, em especial pela implementação da política de Stálin do socialismo, em um só país.

O fim da Segunda Guerra reabriu um período revolucionário na Europa, mas que foi logo abafado. E, foi a partir deste abafamento e da política de aliança dos partidos comunistas para participarem dos governos de frente nacional que começou a ocorrer uma virada no eixo

dos objetivos dos movimentos que tinham esses partidos a frente, abandonando totalmente a perspectiva de um processo revolucionário e focando estritamente no papel do Estado e na sua participação, partindo da perspectiva das políticas de Estado e governo tomadas pelos países europeus naquele período, em especial na França.

Desde a Grande Depressão de 1929, foi intensificado o pensamento de novas estratégias dentro do capitalismo para que este se tornasse mais “humano” e “social”, como um modo de apaziguar o descontentamento dos operários e afastar de vez o perigo trazido pela Revolução Russa de 1917. No entanto, a Segunda Guerra Mundial abriu novas possibilidades revolucionárias no continente europeu – sobretudo na França, Itália e Grécia – resultando em um avanço da esquerda que realmente ameaçava o poder da burguesia. Lançados de um novo ímpeto para conter estas novas ondas revolucionárias, a burguesia fez um série de reformulações nas suas políticas estatais como forma de incorporar novos elementos das teorias econômicas capazes de atender às novas demandas colocadas pelo avanço do capital.

O objetivo aqui é discutir as bases pelas quais nasceu o Estado de bem-estar social e o papel que ele teve no desenvolvimento do reordenamento do Estado no pós-Segunda Guerra Mundial, como um fator de aplacamento do movimento operário e, a maneira como ocorreu a influência dos Estados Unidos na formação do Estado de bem-estar social. Também é abordado o papel de alguns Partidos Comunistas europeus, sobretudo na França e na Itália, de colaboração a esta política como forma do operariado não perder as conquistas obtidas com estas novas políticas e seu processo de reformulação interna que deu origem a uma nova forma de encarar a passagem ao socialismo: o eurocomunismo.

Não é possível tratar o Estado de bem-estar social sem tratar a influência de Keynes no processo de renovação do pensamento econômico capitalista ocorrido na década de 1930, através do qual foi possível organizar a saída dos EUA da depressão que ocorreu a partir de 1929.

A nova abordagem da teoria econômica de Keynes foi um marco na política econômica dos EUA, pois alterou de vez o pensamento de que o *laissez-faire* exercia sobre as economias capitalistas. Esta teoria econômica apregoava que o modelo correto de combate à crise a ser utilizado era o da deflação, pois assim, os preços seriam assentados a um patamar

abaixo do mercado, propiciariam um maior consumo, e o mercado se autorregularia e entraria em equilíbrio.

Este plano de combate à crise foi posto em prática por Hebert Hoover, presidente dos EUA de 1929 a 1933, causando um agravamento da crise como nunca antes tinha sido observado neste país – segundo Néré (1988) os EUA possuíam, em 1932, cerca de 15 milhões de desempregados, 2 milhões de fazendeiros foram obrigados a deixar suas terras por causa de dívidas e o Estado não detinha um sistema nacional de assistência – uma vez que não adiantava implementar uma deflação se os trabalhadores não tinham empregos e, conseqüentemente, não tinham como consumir.

Roosevelt foi eleito em 1932 com um plano ousado para retirar os EUA da crise. Seu plano se baseava, principalmente, nas ideias defendidas pelo economista Keynes que contrariavam as ideias neoclássicas e apregoavam a intervenção do Estado na economia. Chamado de *New Deal*, este plano causou, em princípio, um choque nos conservadores americanos que taxaram as principais medidas de comunistas e as compararam aos planos quinquenais de Stálin, na URSS. No entanto, a própria visão de Keynes – que foi dada após a Segunda Guerra Mundial, no momento em que se discutia a política monetária que se adotaria no período do pós-guerra – afastava a hipótese levantada por esses críticos e demarcava a sua posição, como colocou Dillard como sendo antimarxista.

Pelo lado econômico não me dou conta de que o comunismo russo tenha trazido qualquer contribuição de interesse intelectual ou valor científico a nossos problemas econômicos. Não creio que encerre, nem na possibilidade de que encerre, sequer um fragmento de técnica econômica útil que não pudéssemos aplicar, se o quisermos, com igual ou maior êxito, numa sociedade que se conservasse em toda a linha .... os ideais burgueses britânicos. (KEYNES *apud* DILLARD, 1982, pg. 295).

O *New Deal* não se baseou em um programa único, sendo que para NÉRÉ (1988) ele foi dividido em três partes: a primeira (1933 – 1934) que se baseou em incentivos à indústria e agricultura; a segunda (1935 – 1936) que priorizou a política do pleno emprego, a criação de previdência social e que foi responsável pela base do Estado de bem-estar social do pós-Segunda Guerra mundial e uma terceira (1936 – 1939) que foi o período de contestação do *New Deal*.

O interesse aqui remete à segunda fase deste plano, pois foi a que teve um maior impacto posteriormente. Esta foi a fase que trouxe as mais profundas transformações e a adoção de um capitalismo que, para alguns, encarava seu lado social, mas que, na verdade,

nada mais era do que um meio de conseguir se salvar em meio à crise e de impedir que o descontentamento acabasse se tornando insatisfação popular e uma revolução.

A política do pleno emprego, adotada por Roosevelt, era parte da Teoria Geral de Keynes. Essa teoria apregoava que, em épocas de crise, deveria ocorrer a transferência de renda para a população, para que esta pudesse voltar a consumir e, deste modo, retirar o país da crise. Diferentemente das outras políticas econômicas adotadas até então, a de Keynes não apregoava a simples transferência de renda, mas sim, que essa transferência devesse ocorrer através do emprego desses trabalhadores pelo Estado por um período determinado para cumprir certas tarefas, no caso norte-americano a mão de obra contratada foi utilizada, sobretudo em obras de infraestrutura, deste modo esse mecanismo possibilitaria que:

À medida que a renda aumentasse, as necessidades não são satisfeitas tornam-se menos prementes e a margem sobre o nível de vida estabelecido aumenta; quando a renda real diminui, verifica-se o contrário. É, portanto, natural – ao menos para o tecido médio da comunidade – que, em caso de aumento do emprego, o consumo corrente se amplie, porém em menor proporção que o incremento absoluto da renda real, e que, em caso de diminuição do emprego, ela decline, embora não tanto quanto a baixa absoluta do rendimento real. (KEYNES, 1982, 195)

A política do pleno emprego veio acrescida de outra política social que foi motivo de luta constante do operariado desde o século XIX: a previdência social pública. O que existia até então de assistência social para os operários era, em geral, caixas de pensões formados nas empresas, clubes de ajuda mútua que não conseguiam atender toda a demanda existente<sup>19</sup>. A previdência privada já era uma realidade incipiente, porém, esta era praticamente inacessível aos trabalhadores, levando em consideração o seu valor e os salários recebidos. O governo norte-americano criou, de uma só vez, uma grande previdência social (a *Social Security Act*), sendo responsável não somente pelo seguro-desemprego, mas também, pelo seguro contra doenças, aposentadoria por idade e contra acidentes<sup>20</sup>. Esta previdência foi responsável por expandir este novo conceito de assistência social que foi a base das reformas e da instalação do Estado de bem-estar social nos países europeus no pós-guerra.

---

<sup>19</sup> Apesar de algumas medidas de proteção ao trabalhador já serem adotadas desde o século XIX em países como Inglaterra e Alemanha.

<sup>20</sup> Essas medidas adotadas pelos EUA já eram uma realidade na Inglaterra desde o final do século XIX, assim como na Alemanha. A França só conseguiu a sua previdência social universal após 1945, sendo que esta se desenvolveu de uma maneira diferente dos outros países, como demonstrou BULARD (2011), pois ela foi uma previdência pública co-gerida pelos trabalhadores e pelo Estado, fazendo com que a França apresentasse ganhos sociais significativos até 1970, apesar do boicote de médicos e de setores do patronato.

É preciso destacar ainda uma última ideia de Keynes que foi posta em prática por Roosevelt durante a década de 1930, a desvinculação do dólar ao padrão ouro, mas que sofreu um posterior revés na conferência de Breton Woods. Essa medida, adotada durante a crise, foi vista como um meio de injetar mais dinheiro na economia, a partir do momento em que não existia mais um lastro em efetivo para a moeda. A quantidade de moeda disponível no mercado deveria ser regulada pelas autoridades monetárias, uma vez que elas compreenderiam a melhor forma de injetar moeda em circulação. Chick (1992, 42) defende que este papel só foi possível na década de 1930 porque os Estados detinham naquele momento “mais controle e a oferta de moeda não exibia essa tendência para subir como agora nós tomamos como certa”. Porém, com o início da Segunda Guerra, Roosevelt voltou atrás e fixou o padrão-ouro ao dólar.

Com esta proposta (da desvinculação das moedas do padrão ouro), acrescida de mais alguns elementos como a criação de uma moeda, o “Bancor”, que seria usada unicamente em transações internacionais com o objetivo de não favorecer nenhum país no comércio internacional, pois a moeda não seria nacional. Além de que

a coexistência do livre comércio com um generoso sistema de proteção, garantido por instituições financeiras internacionais. Este teria como principal mecanismo um *creditor adjustment* (ajuste de créditos) que iria impor sanções aos países com excedentes comerciais, e não àqueles em situação deficitária. (GALBRAITH, 2003)

Keynes se tornou o chefe da delegação britânica na conferência de Breton Woods, que definiria os rumos da política monetária mundial a partir do fim da Guerra. Com essas propostas, ele tinha a ideia de fazer um mercado internacional baseado na igualdade de oportunidades e de condições entre os países, sendo que sanções e benefícios iriam ser concedidos segundo a situação econômica de cada país. No entanto, esta não era uma proposta que agradava aos Estados Unidos que tinha o intuito de que a conferência fosse de fato a perpetuação do seu poderio econômico em escala mundial, o que acabou prevalecendo.

Serrano (2004) nos fornece uma ótima leitura do projeto de Breton Woods e de como os EUA conseguiram aprovar a sua proposta em relação à de Keynes. A proposta americana que foi aprovada na conferência foi “a de um sistema no qual as moedas-chave seriam teoricamente o ouro, o dólar e a libra [...] e, na prática, era quase somente o dólar” (183).

Desta forma, o padrão dólar-ouro vigorou de Breton Woods até 1971, quando outra crise atingiu a economia mundial e os obrigou a retirar este padrão e adotar o padrão do Dólar

Flexível. Porém, entre a teoria do que foi aprovado em Breton Woods e a sua aplicação ocorreu um enorme distanciamento, sobretudo pelo início da Guerra Fria que fez com que os EUA invertessem a sua política de assistência, buscando agora não um lucro incessante com os seus empréstimos - o que não quer dizer que não tenham tido – mas sim criar condições para o rápido estabelecimento de seus aliados ocidentais com vistas a fazer frente à União Soviética. Houve a criação também de dois organismos econômicos mundiais na conferência que, assim como a ONU, tornaram-se peças-chaves no processo de dominação e imposição financeira dos EUA sobre os países: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Estes dois organismos, na verdade, tornaram-se importantes centros de fomento de políticas econômicas que acabaram sendo responsáveis pelo desenvolvimento de políticas para outros países, como forma de que estes conseguissem os empréstimos oferecidos por estas agências.

O Programa de Recuperação Europeia, conhecido como Plano Marshall (que teve início em 1947/48 e se desenvolveu até 1955, resultou num total de 13 bilhões de dólares em empréstimos à Europa). Talvez até mais importantes que os empréstimos foram as políticas de incentivos tecnológicos e as missões técnicas de transferência de tecnologia, que propiciaram que países como Japão e Alemanha, em menos de 20 anos, tivessem um crescimento extraordinário.

Conjuntamente com as discussões sobre o rumo da economia no pós-guerra, ocorreram as lutas pela libertação dos países que até então estavam ocupados pelas tropas nazistas. Neste contexto, destacaram-se três países: a França, a Itália e a Grécia. Compreender este processo é entender como se deu a instalação da base social que fez com que a burguesia cedesse e desenvolvesse um novo modo de contenção e cessão de direito para os trabalhadores, o Estado de bem-estar social.

Não é possível compreender o Estado de bem-estar social como um presente dos governos para os trabalhadores. Na verdade, o processo de construção desse novo tipo de governo começou com a derrota das pretensões revolucionárias dos trabalhadores e com a integração de diversos partidos comunistas, sobretudo europeus, ao governo. Desde meados da década de 1930, observou-se uma mudança na posição da Internacional Comunista sobre a forma como os PCs deveriam agir para a tomada de poder. A tática escolhida foi a da formação das Frentes Populares que agregavam partidos comunistas, socialistas, radicais e democráticos. As Frentes Populares foram destaques, sobretudo na França, onde ficaram no

governo de junho de 1936 a abril de 1938, sendo responsáveis por algumas reformas sociais, nacionalizações e uma política de aumento de salários; na Espanha foi formada uma Frente Popular em 1935 que venceu as eleições, porém, devido a um golpe de Estado e a uma posterior Guerra Civil, que a esquerda (a que estava engajada na Frente Popular e a que também não estava) desencadeou em defesa dos ideais libertários, porém, acabam sendo dizimadas pelas tropas de Franco. O aspecto importante a ser tratado neste momento da Frente Popular espanhola foi o fato de ela ter tido oportunidade da Guerra Civil, uma vez que contava com apoio da URSS e da Internacional Comunista, desencadear uma revolução e não somente ficar na defesa dos ideais republicanos. Em geral, essa posição ocorria pelo fato de que as frentes populares eram formadas com o intuito de barrar o avanço das organizações fascistas a partir de uma ampla coligação. Assim, essas frentes tinham como intuito a defesa de ideais que representassem a totalidade das forças ali envolvidas e não somente o programa comunista, por exemplo. Tanto é que, a própria discussão dessas frentes foi um problema para a União Soviética, que só passou a aceitá-la a partir de 1935, pois, até aquele momento, qualquer tentativa de ligação com partidos socialdemocratas era encarada como um percurso contrarrevolucionário (tática da frente única). Os anarquistas, apesar de terem conseguido colocar o processo de autogestão em pauta, durante boa parte da Guerra Civil Espanhola, em algumas regiões da Espanha, eles não conseguem levar adiante o processo de socialização, uma vez que a sua postura anti-estatista fez com que eles não aceitassem a integração no governo e, com isso, começassem a se afastar da frente popular antifascista que tinha sido formada.

Debord (2006), ao analisar o processo de burocratização pelo qual a Rússia passou a pós a Revolução de Outubro, encara a criação das frentes populares como situações criadas pela Terceira Internacional para desestabilizar movimentos revolucionários e conseguir apoio de países capitalistas para as suas ações, posição semelhante em muitos pontos com a de Claudín (1986)

O processo de libertação da França<sup>21</sup> das mãos dos nazistas foi feito, de forma quase que geral, através dos comitês de resistência que, a princípio, atuavam de forma separada e, posteriormente, foram agrupados no Comitê Francês de Libertação Nacional. O Partido

---

<sup>21</sup> Este trabalho abordará somente a questão da libertação francesa devido ao fato que é neste país que a Internacional Situacionista desenvolveu as suas principais atividades e a partir deste contexto que suas teses sobre a sociedade capitalista é desenvolvida.

Comunista Francês (PCF) era o único partido de fato que se encontrava organizado dentro deste movimento, isso ocorreu porque, desde a invasão nazista, os comunistas franceses se organizaram para combater os alemães. Seu poder de ação era muito amplo neste período, pois a Resistência ligada ao PCF detinha, de fato, a liderança social em muitas cidades, uma vez que, eles eram o único grupo armado que conseguiam fazer ligações entre várias localidades. Ao invés de se utilizar da mobilização popular para fazer com que ocorresse um levante popular e até mesmo ir contra as ordens de De Gaulle (como a deposição de armas das milícias populares e a transferência desta organização para a mão do comando central em Londres), o PCF, como demonstra Claudín (1986), aceitou de forma submissa as ordens de Moscou para, ao invés de se tentar uma “via francesa” ao socialismo, que se aliassem com o General e, sob o comando deste, constituíssem um governo de unidade nacional.

Esta política soviética – que nada mais foi do que a explicitação da defesa da tese de Stálin da política do Socialismo em um só país – foi, na verdade, uma nova forma de Stálin pensar sua aliança com o Ocidente, uma vez que ele via que o mais importante que o embate direto pela construção de novos países socialistas era manter a estabilidade da URSS. Porém, esta visão foi totalmente contrária a esse próprio pensamento, pois a criação de novos países socialistas, na Europa Ocidental, alteraria de vez a correlação de forças, algo que foi de importância fundamental para a Guerra Fria.

Para desestruturar as milícias armadas e fazer com que os integrantes do partido comunista aceitassem a nova ordem, Thorez retornou do exílio e assumiu um papel central na formação do novo governo. O que coube ao líder do PCF foi fazer com que os operários aceitassem as novas imposições das condições de trabalho, aumentassem a produção a um nível superior ao período anterior ao da Guerra, sem que tivessem as devidas recompensas materiais naquele exato momento, pois o mais importante seria a reconstrução do país na base da “alta consciência nacional”.

O povo deve “entrar na batalha da produção como entrou na batalha pela libertação; trata-se de recuperar a grandeza da França, trata-se de assegurar – de forma não retórica – as condições materiais da independência francesa”. A alusão se dirige a todos que dentro ou fora do partido, criticam com “frases revolucionárias” a linha seguida pela direção do PCF: “Temos que combater as concepções esquerdistas de alguns sectários que pensam, ainda que não o expressem claramente, que ‘talvez tenhamos abandonado a linha revolucionária’ [...] ‘Nós, que somos comunistas, atualmente não formulamos exigências de caráter socialista ou comunista. Dizemos isto com o risco de parecermos fracos aos olhos dos que constantemente tem nos

lábios a palavra revolução. Está um pouco na moda, mas quatro anos de ‘revolução nacional’ sob a égide de Hitler preveniram o povo contra o emprego abusivo e demagógico de certos termos, deformados em seu sentido” (CLAUDÍN, 1986, 352).

Esta crítica do PCF aos supostos “esquerdistas” que atacavam o partido pelo seu alinhamento ao General De Gaulle e a sua demonstração de que não assumirem mais uma política revolucionária, demonstra como a política do PCF comandada por Thorez tinha um objetivo claro de se estabelecer como um partido de governo e por isso era necessário se desvencilhar de noções que atrapalhassem esse objetivo.

Os dois anos posteriores ao fim da Guerra marcaram o rompimento das relações entre os EUA e a União Soviética, e que ocasionou também o fim das alianças existentes na França. Os EUA, com os lançamentos das bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki perceberam que, naquele momento, possuíam um maior desenvolvimento tecnológico-militar que a URSS e veem assim, a possibilidade de não somente fazer uma contenção contra o avanço soviético, mas também preparar o seu rechaço total. A partir destas conclusões, os EUA fizeram do Plano Marshall seu principal motor de combate ao socialismo soviético na Europa, além da utilização da força, como foi o caso grego em que este foi o único país da Europa Ocidental a ter uma ditadura militar implementada no pós-guerra, isso se considerar as que foram instaladas em Portugal e Espanha na década de 1930. Através do Plano Marshall, foi possível aos EUA conseguirem um domínio não somente econômico, mas também político e ideológico dos países que tinham aceitado a ajuda. Isso se expressou na posição dos EUA de pressionar os países para expulsar os PCs dos governos de coalizão nacional em 1947 e por adotar o modelo de desenvolvimento escolhido e desenvolvido pelos EUA, caso da Alemanha.

Um dos requisitos para que o país recebesse ajuda foi que os Partidos Comunistas que faziam parte dos governos de união nacional fossem desligados do governo. Assim, ocorreu na França e na Itália, acabando com a ilusão de que se poderia criar uma gestão unificada no capitalismo. Apesar da exclusão destes partidos do governo central, eles não foram declarados ilegais e continuaram a atuar dentro do jogo político institucional, diferentemente do que ocorreu em países de Terceiro Mundo, aliados dos EUA, em que esses partidos foram postos na ilegalidade, como no caso do Brasil, em 1947, em que o registro do Partido é cassado e todos os políticos eleitos através dele perderam seus mandatos.

Como naquele momento os Partidos Comunistas não se encontravam mais na situação, e sim na oposição, recomeçaram a reivindicar melhorias nas condições de trabalho, instituições mais democráticas e maiores benefícios sociais. Abendroth (1977) ao analisar a correlação de forças no pós-Segunda Guerra Mundial, demonstrou como, através da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), dominada pelo PCF, o Partido Comunista era responsável por essas manifestações, além de se opor ao Plano Marshall por considerá-lo uma perda de autonomia dos franceses, pois consideravam que, com este Plano, a França ficava atrelada diretamente à vontade dos EUA.

A França deteve uma importância fundamental na reestruturação da Europa, uma vez que, diferentemente da Alemanha (que viu seu parque industrial totalmente destruído) e da Inglaterra (que se afundou em dívidas com os empréstimos americanos), ela conservou a quase totalidade das suas indústrias, além de ter uma das maiores taxas de crescimento entre os países livres no pós-guerra, obtendo uma média de 4,9% ao ano contra 3,3% dos Estados Unidos e 2,5% da Grã-Bretanha. Os países que demonstraram um maior índice de crescimento foram aqueles que se tornaram protetorados americanos no período e que receberam toda uma infraestrutura voltada para o desenvolvimento tecnológico e educacional como a República Federal Alemã (5,5%) e o Japão<sup>22</sup>. É interessante se ter noção da ideia norte-americana de tentar transformar a França em um protetorado neste período, assim como, esses dois países o foram. A ideia só não foi posta em prática devido ao fato da França possuir uma organizada resistência – que foi construída durante o período da Segunda Guerra Mundial – e da correlação de forças políticas internas que o governo de transição francês conseguiu ter trazendo o PCF para o governo naquele momento<sup>23</sup>.

Foi sobre esta base que começou a se desenvolver o Estado de bem-estar social, como respostas às manifestações e pressões dos trabalhadores e, por outro, do medo da revolução que assolava a burguesia. As bases do Estado de bem-estar social estavam contidas no Plano Beveridge, criado na Inglaterra ainda na década de 1940, que definiu esta política de Estado como sendo

---

<sup>22</sup> Média dos anos de 1950- 1975. Dados retirados de BEAUD, Michel. *História do capitalismo: de 1500 até os nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>23</sup> Para maiores informações, ver o artigo da historiadora Anne Lacroix-Riz, *Quando os EUA sonhavam com a França como protetorado*. *Le monde diplomatique Brasil*, ano 4, nº 40, maio de 2003. Disponível em: <http://diplo.dreamhosters.com/2003-05.a646.html>. Consultado em 03/03/2011.

- é um sistema generalizado, que abrange o conjunto da população, seja qual for o seu estatuto de emprego ou o seu rendimento;
- é um sistema unificado e simples: uma quotização única abrange o conjunto dos ricos que podem causar privações do rendimento;
- é um sistema uniforme: as prestações são uniformes seja qual for o rendimento dos interessados;
- é um sistema centralizado: preconiza uma reforma administrativa e a criação de um serviço público único. (ROSAVALON *apud* NOGUEIRA, 2001, 90).

Este plano deixou claro não somente a extensão que estas novas políticas sociais deveriam abranger, mas também como elas incorporaram a *Teoria geral keynesiana*. Arranjar uma saída para uma crise, que pode desembocar em uma revolução, requer medidas drásticas, mesmo que essas medidas, de certa maneira, não sejam as preferidas pela burguesia. No entanto, é impossível pensar que políticas como a do Estado de bem-estar social possam se expandir de maneira universal, crer nisso é acreditar que é possível existir um capitalismo de tipo “social e sustentável”, algo que é contrário à própria história e desenvolvimento da noção de capitalismo.

Os liberais eram os primeiros a se portarem contra essas políticas sociais. Suas teses se baseavam no papel que o livre mercado deveria ter na regulação das relações econômicas. Viam a política de estabilidade de emprego, as intermediações entre patrões e empregados entre outros, como uma séria ameaça ao crescimento industrial, uma vez que ficavam de mãos atadas por não poderem extrair todo o sobre-trabalho que seu empregado pudesse lhes dar.

As benesses conquistadas pelo operariado como assistência familiar, auxílios-saúde, programas de habitação fez com que se recomeçasse uma discussão realizada pela social-democracia<sup>24</sup> no início do século XX: é possível uma transição pacífica ao socialismo?

Com níveis de produção como nunca antes tinha se visto, qualidade de vida excepcionais, os partidos comunistas, participando ativamente e legalmente da política democrática institucional capitalista, começaram a se desenvolver no seio de alguns PCs,

---

<sup>24</sup> A alusão à social-democracia aqui foi realizada com o objetivo comparativo do papel que este grupo representou no início do século XX ao defender o reformismo, como o caso de Bernstein, como uma alternativa ao processo revolucionário. No entanto, para Carrillo (1978) “não pode haber [sic] *nenhuma* confusão entre eurocomunismo e social-democracia no terreno ideológico[...] O que se denomina vulgarmente de “eurocomunismo” propõe-se *transformar* a sociedade capitalista, não *administrá-la*” (94). Outra diferença coloca por Carrillo (1977), principal nome e considerado o fundador do Eurocomunismo, é que a social-democracia na Primeira Guerra Mundial ao fazer o acordo com a burguesia e concordar com a Guerra esta traiu os trabalhadores, o que na visão dele, não ocorreria de maneira nenhuma com o eurocomunismo.

principalmente o PCF o PCI<sup>25</sup>, o PCE<sup>26</sup>, a tese de que nos países capitalistas que tinham um desenvolvimento tecnológico avançado e uma política democrática era possível existir uma “revolução” dentro dos moldes institucionais através de reformas. Maurício Tragtenberg (2008) observou que esta posição surgiu do papel de autocrítica desses partidos em relação à sua subserviência a Moscou e de crítica ao stalinismo, principalmente após a crise que esses partidos entraram no Ocidente depois da invasão da Hungria em 1956, com a perda de milhares de membros ao redor do mundo. Já Wolfgang Abendroth (1977) demonstrou que esta é uma política instituída pela própria URSS, através da Conferência dos Partidos Comunistas, realizada em 1957 em Moscou. Independente das diferentes interpretações sobre a origem do Eurocomunismo<sup>27</sup>, o que se observou foi a incapacidade de ele enxergar as armadilhas do jogo institucional por acreditar na neutralidade do Estado, sendo assim capaz de moldá-lo seguindo os interesses da maioria da população. A neutralidade do Estado, para os eurocomunistas se baseava no fato de que “o Estado [...] paira acima das classes e, defensor da propriedade e do capital, tornar-se-á o coveiro da propriedade e do próprio capital, pois tal vontade se imporá através do sufrágio eleitoral majoritário” (TRAGTENBERG, 2008, 86). Esta teoria não conseguiu explicar, por exemplo, como a burguesia deixaria esta transição ocorrer, mesmo que fosse por vontade popular através de votação.

Um evento de extrema importância para a constituição do Eurocomunismo foi a invasão da Tchecoslováquia por parte das tropas do Pacto de Varsóvia em 1968. Enquanto a Revolução Húngara de 1956 não causou danos aparentes nos Partidos Comunistas (como divergências em relação à posição de Moscou) – apesar destes perderem milhares de membros em todo o mundo, mas principalmente na Europa – a Primavera de Praga em 1968 trouxe novos elementos de reflexão para estes PCs. O que, em 1956, não passou de revisões de posicionamento individuais em 1968, com a invasão da Tchecoslováquia, torna-se uma

---

<sup>25</sup> Partido Comunista Italiano.

<sup>26</sup> Partido Comunista Espanhol.

<sup>27</sup> O eurocomunismo não foi um movimento homogêneo, há tanto uma há direita representada por Santiago Carrillo e uma há esquerda representa por Fernando Claudín. Para este trabalho, o interesse recaiu sobre a vertente à direita do Eurocomunismo por apresentar as características reformistas e por ser a maioria dentro desse processo de reorganização.

posição de Partido, como é possível observar, nesta Resolução do Comitê Central do PCF, editada em 22 de agosto<sup>28</sup> de 1968 em Paris.

*Esta firmemente unido con el principio según el cual, cada partido comunista debe determinar su propia política, las propias formas de acción, los propios métodos de lucha con toda independencia, sobre la base del marxismo-leninismo y teniendo en cuenta las condiciones concretas que la propia lucha conlleva, sí, los intereses del movimiento democrático y revolucionario mundial.*

*En consecuencia se pronuncia contra toda ingerencia en los asuntos internos de un partido Hermano.*

*Por eso el comité central, haciendo suya la declaración de la Oficina Política del 21 de agosto de 1968, desaprueba la intervención militar en Checoslovaquia. (PCF in VALLI, 1977, 194 – 195).*

A importância desta resolução está em demarcar a mudança de posição do PCF em relação às políticas oficiais de Moscou, demonstrando que não bastava mais aceitar incondicionalmente as ordens e instruções soviéticas, mas sim, que o partido deveria tomar novas posições, mesmo que essas fossem contra a linha oficial russa. De certa forma, o Eurocomunismo foi a saída encontrada, tanto na teoria quanto na prática, para se pensar dinâmica pela qual não foi necessário se alinhar totalmente às políticas da URSS e aos seus planos de expansão/fixação da influência comunista para se pensar na implementação de um regime socialista.

Mesmo que a forma como ocorreu o desenvolvimento do Eurocomunismo, tenha falhas graves, como algumas apontadas acima, o fato de pensarem uma saída baseada nas características específicas dos seus países foi, de certo modo, um avanço em relação à antiga subserviência cega que existia em relação à URSS. Um das principais características buscadas pelos eurocomunistas foi a possibilidade de se tentar, através da estrutura do aparelho do Estado, democratizar este aparelho e, desta maneira, fazer com que a hegemonia pendesse para os comunistas. Para Santiago Carrillo (1978), essa conquista dos aparelhos de Estado se daria porque os aparelhos ideológicos do Estado se encontravam em crise, desta forma, abrindo um maior espaço na luta pela democratização destes aparelhos. Em nenhum momento, Carrillo deixou de pensar no Eurocomunismo como não sendo uma perspectiva marxista, mas sim, um marxismo que estava se livrando do leninismo e buscando outra via que não fosse a da Revolução Russa, para implementar o socialismo. Isso fica claro no ponto

---

<sup>28</sup> Essa resolução foi editada um dia após a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

em que ele declarou que o PCE era ainda um partido de vanguarda, mas não se via como o único detentor da verdade revolucionária.

A virada do Eurocomunismo em relação à tática para se chegar ao socialismo foi demonstrada principalmente pelo abandono e crítica ao que era compreendido por *ditadura do proletariado*. Para Carrillo (1978), o termo ditadura adquiriu, no decorrer do tempo, um caráter negativo, seja pelas ditaduras de direita seja pela forma de governar ditatorial dos governos ditos de esquerda Stálin. Para este autor, era necessário respeitar as regras do jogo democrático pois, diferentemente da época de Marx e Engels (como na Comuna de Paris) e na Revolução Russa, naquele período (década de 1970), era possível os países capitalistas desenvolvidos chegarem ao socialismo sem a necessidade de implementar a ditadura do proletariado. Porém, é interessante notar que, em nenhum momento nessa transição pacífica, que pregou Carrillo, foi apontado o papel das organizações dos trabalhadores neste processo, seja através de conselhos de fábricas ou de outras formas de organizações autônomas, sendo expresso somente o papel da coexistência entre o público e o privado durante o período de transição, dando a entender que este público se concentraria somente nas mãos do Estado.

Carrillo não dispensou totalmente o *conceito de ditadura do proletariado*, para ele, esta forma de transição ao socialismo só não foi desejável de ser instalada em países onde havia uma democracia burguesa funcionando minimamente, pois, nestes países, ele enxergava a via democrática para a construção do socialismo. Já nos países em desenvolvimento, onde predominavam condições adversas às democráticas, aí sim, era possível a instalação da ditadura do proletariado.

O Eurocomunismo foi encarado pela União Soviética e pelos partidos fiéis ao marxismo-leninismo como uma saída à direita, que apagava a necessidade de uma revolução e distorcia os pensamentos de Marx e as táticas de Lênin.

O próprio eurocomunismo pode ser encarado como uma visão dos PCs perante o momento que a Europa passava no pós-guerra, sobretudo ao Estado de bem-estar social, compreendendo aquele não como um período de exceção, mas sim, uma regra que o eurocomunismo seria um dos seus defensores e propagadores.

Esta visão destes partidos ficou mais clara no ponto central do conceito de “democracia como valor universal” desenvolvido por Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI. Para Berlinguer, era necessário construir o socialismo a partir do valor da democracia,

isto é, ao respeito das instituições e construir uma via ao socialismo baseada no respeito às diversas pluralidades existentes. Isto excluiria, na Itália, por exemplo, um processo revolucionário, através do qual, o assalto do proletariado às instituições ocorresse de forma violenta e não fosse por uma via aceita por ampla parte da sociedade. Esta posição do PCI foi a responsável pelo fato de ele condenar as ações armadas de grupos comunistas na Itália, na década de 1970 – como as Brigadas Vermelhas – e até mesmo apoiar a repressão desencadeada pelo Estado burguês atribuída a esses grupos.

Esta posição do PCI foi assim definida por Gianfranco Sanguinetti, um dos últimos membros da IS e responsável por subscrever o texto de encerramento da IS, no seu livro *Do terrorismo e do Estado: a teoria e prática do terrorismo divulgados pela primeira vez* em que analisava a função que o terrorismo cumpriu para o Estado italiano, pois ao mesmo tempo que serviu para aniquilar as organizações de extrema esquerda e os trabalhadores também serviu para retirar toda possibilidade do PCI integrar o governo, mesmo que esse sempre demonstrasse ser veementemente contra essas formas de ação. Para Sanguinetti

o PCI vindo desaparecer com o fim de Moro a perspectiva de uma participação ativa e imediata no poder, adotou uma atitude de recuo, fazendo da sua participação ativa no espetáculo do terrorismo e da sua repressão o seu cavalo de batalha [...] pois demonstra uma vez mais que os estalinistas não só sabem perfeitamente que é o poder quem dirige o terrorismo, mas também que, os que hoje em dia pretenderem o poder em Itália deverão demonstrar que sabem dirigir o terrorismo --- o que é tão verdadeiro que levou um ex-ministro socialista a declarar recentemente numa entrevista: «Em Itália é com o terrorismo que se faz política».

Até 7 de Abril de 1979, o PCI contentara-se em lançar alguns estúpidos apelos rituais contra o terrorismo, com os quais retomava por sua conta, o tingindo nelas acreditar, todas as versões oficiais dos atentados, provando assim à Democracia Cristã a sua boa vontade e a todos a sua má consciência. Mas, a partir desse dia, os estalinistas, por intermédio de magistrados a eles afetos, começaram a aproveitar a sua rica e vasta experiência de meio século na descoberta de falsos culpados, na encenação de processos falsificados e na produção de falsos testemunhos e de provas pré-fabricadas. (SANGUINETTI, 1979, 10 -11).

As discussões apresentadas aqui demonstram que não é possível encarar o Estado de bem-estar social apenas como um mal necessário o qual o capitalismo foi obrigado a aceitar, uma vez que isso foi decorrente do seu processo de desenvolvimento tecnológico, ele foi o resultado de uma luta concreta de trabalhadores, mesmo que essas lutas tenham sido sabotadas por aqueles que se diziam seus representantes (os sindicatos e os partidos). A própria dinâmica do capital em busca do lucro incessante, fez com que esta política social

começasse a ter problemas, menos de 10 anos depois da sua implementação, sendo que, a sua grande crise explodiu em toda a Europa durante o ano de 1968.

Os situacionistas, procurando compreender o que representava o Estado de bem-estar social para o capitalismo e as suas consequências para os trabalhadores e para o movimento revolucionário, também produziram alguns estudos pelos quais analisaram este fenômeno. O principal texto, no qual os situacionistas realizaram estas análises, foi o livro *A arte de viver para as novas gerações* de Raoul Vaneigem. Neste livro, Vaneigem procurou perceber como a vida cotidiana é, ao mesmo tempo, o lugar no qual se processa os principais meios de repressão e de alienação, mas é também, nesta mesma vida cotidiana, nasce o potencial revolucionário para a construção de uma nova sociedade.

Não há um ponto mais destacado para reforçar o processo de alienação do que o papel desempenhado pelo Estado de bem-estar social nos trabalhadores neste período. A diferença essencial é que esses trabalhadores pensavam que estas políticas sociais, que na verdade são restritas a uma ínfima parte dos trabalhadores em alguns países localizados (como França, Alemanha Ocidental, Inglaterra e Estados Unidos), os elevariam a um patamar de algum dia chegar a possuir ou ter a mentalidade de crescer dentro da estrutura capitalista de produção.

Para os situacionistas, o Estado de bem-estar social servia como um amortecedor da luta de classes. Eles não defendiam que, naquele momento na Europa (por volta da década de 1960), o proletariado assumia a sua condição de revolucionário, na verdade ele servia mais como um ponto de sustentáculo do sistema, pois queriam mais defender os seus ganhos do que conquistar a sua liberdade. No entanto, os situacionistas continuaram acreditando que, apesar das amarras, estes trabalhadores, a partir de algum estopim – que poderia ser qualquer coisa, como 1968 demonstrou – entrariam novamente em um curso revolucionário.

Vaneigem colocou como fulcro principal da integração deste trabalhador a esse sistema, o artifício do consumo, que ofereceu a esse trabalhador todos os elementos para que ele se sentisse totalmente integrado à ordem social, pois ele

é o rei. Uma monarquia democrática: igualdade diante do consumo (1), fraternidade no consumo (2) e liberdade por meio do consumo (3). A ditadura do consumo finalmente apegou as barreiras de Sangue, de linhagem ou de raça. Seria o caso de nos alegrarmos por isso sem reservas, não fosse essa ditadura ter proibido, pela lógica das *coisas*, qualquer diferenciação qualitativa, tolerando apenas diferenças quantitativas entre valores e os homens. (VANEIGEM, 2002, 77)

Essa visão de Vaneigem sobre o consumo traduziu bem o que os situacionistas pensavam sobre o poder de deslumbramento do capital sobre os trabalhadores. A rápida absorção da esfera do consumo foi o ponto fundamental da sobrevivência da mercadoria nos tempos modernos, uma vez que, pelo consumismo, tudo se tornou mercadoria e se tornou passível de ser vendido.

Porém, além desta visão mais geral, cabe aqui também um aprofundamento no que concerne ao papel específico que a França deteve neste pós-guerra, em especial pela sua relevância neste trabalho, assim como, o modo que se estruturou a sua política interna, nos permite compreender porque, mesmo com todos os “benefícios” advindos do estado de bem-estar social e do processo de integração do PC, o país viveu uma das crises sociais mais intensas do mundo ocidental desenvolvida na década de 1960.

Devido ao grande destaque que obteve na função de reorganizar, no exílio, a Resistência Francesa, De Gaulle assumiu a responsabilidade de comandar o governo de transição que, desde o seu início, tentou se mostrar plural, apesar de que este modelo “democrático” foi mais imposição externa e uma necessidade que o contexto impunha do que uma decisão de De Gaulle, fato que demonstrou que, neste pequeno período de transição, havia uma influência, relativamente grande, externa. A França desta época foi marcada por dois períodos distintos. O primeiro, denominado Quarta República em que a socialdemocracia e o partido socialista tiveram o governo em mãos e foi caracterizado por um predomínio do parlamento sobre o executivo e o segundo, denominado de Quinta República, em que a centro-direita teve o poder, apesar de este ficar quase restrito às mãos de De Gaulle, chegando a inaugurar um termo para caracterizar o seu governo e as suas propostas, denominado de gaullismo<sup>29</sup>.

Esses dois períodos, apesar de serem marcados por diferenças ideológicas na forma de governo, representaram uma inversão do papel que, até então, era colocado como certos entre a esquerda e a direita no que se referia ao processo de descolonização das colônias francesas, em especial ao caso argelino<sup>30</sup>.

---

<sup>29</sup> Wallerstein (2011) define que as características do gaullismo já estão anunciadas desde o momento que De Gaulle assume o governo de forma provisória em 1944, sendo que em 1958 quase volta a governar ele só desenvolve de maneira mais consistente esses princípios que para ele são: “uma afirmação do direito da França a ter um papel fundamental, independente, na política mundial; *dirigisme*, uma espécie de política econômica keynesiana com um papel principal do Estado francês; e anticomunismo interno”.

<sup>30</sup> Sobre o processo de independência da Argélia, ver capítulo 2.

De Gaulle deixou o governo em 1946, quando começou o período conhecido por Quarta República (1946 – 1958). Neste período em que havia um predomínio da esquerda na política oficial foi que a França conheceu o seu período de mais tenro desenvolvimento – graças, em grande medida, ao fato de que seu setor industrial não foi alvo de intensos bombardeios como ocorreu na Inglaterra e na Alemanha, saindo assim, com um passo na frente no processo de reconstrução do país no pós-guerra – estreitar suas ligações com os EUA e ter reconhecida a sua importância no campo internacional com a sua integração a OTAN e ao Conselho de segurança da ONU. Apesar de ser alijado do governo pela entrada da França no Plano Marshall (uma das condições impostas pelos EUA para que a França recebesse os benefícios desse Plano), a influência do PCF na política francesa foi sentida de outra maneira, através do controle que este exercia na Confederação Geral do Trabalho, maior sindicato francês naquele momento.

Porém, muitas destas políticas adotadas por esse governo, de maioria socialdemocrata e socialista, tornaram-se, ao longo dos anos, um fardo tanto para a esquerda, quanto para a direita, uma vez que o governo estabelecido não conseguiu resolver certas questões sociais que estavam na ordem da França naquele momento. Apesar do crescimento, a França possuía, naquele momento, um dos mais altos custos de vida de toda a Europa, conforme pode ser visualizado na tabela 1.

**Tabela 1.** Índice do custo de vida

Anos	Alemanha	França	Itália	Grã-Bretanha	Holanda
1958	100	100	100	100	100
1962	108	119	109	112	106
1965	118	132	130	125	122

*Fonte: LAQUEUR, Walter. Europa después de Hitler II. Madrid: Grijalbo, 1985. pp. 264.*

Com esses problemas se elevando a um nível tal que fugia do controle do parlamento foi realizada uma manobra política com a intenção de tentar deter, acima de tudo, o processo de independência que estava em curso na Argélia. Para isto, foi posto em votação o tipo de regime que o país adotaria. O modelo até então adotado na Quarta-República, o

parlamentarismo, foi substituído pelo presidencialismo, sendo que uma nova constituição foi redigida<sup>31</sup>.

Charles De Gaulle foi eleito o primeiro presidente dentro desta nova forma do Estado francês. Por ser eleito através de uma coalizão de centro-direita, acreditava-se que o então presidente atenderia às demandas relativas aos colonos franceses na questão argelina (permanência de membros franceses na condução das instituições políticas na Argélia, continuação do processo de repressão como meio de conter a guerra de independência como meio de proteger os meios de produção da burguesia francesa na Argélia) e também seguiria com as diretrizes de aproximação dos EUA. Porém, o que se observou foi uma total inversão dos papéis, onde a esquerda, que estava no poder, defendia a permanência da condição de colônia e, na verdade, um governo de centro-direita foi que acabou com este papel. De Gaulle conseguiu enxergar bem o desgaste pelo qual o Estado passou mesmo com todos os possíveis benefícios em continuar a ter a Argélia como colônia. O presidente, com a nova Constituição, passou a ter maior autonomia, o que fez com que muitas de suas decisões fossem contrárias as de seus aliados, como demonstrado por Ferro (2006).

Na mesma linha, Poulantzas (2000) caracterizou o governo de De Gaulle como estatismo autoritário. No entanto, para o autor, só foi possível o surgimento deste tipo de governo, pois, naquele período, passava-se por uma crise política e à crise do Estado. Esta forma de governo, apesar de ser um tipo de totalitarismo<sup>32</sup>, mas foi um totalitarismo que não desenvolveu completamente as suas características, como por exemplo, caindo em um regime militar, além do que, ele foi constituído em bases *democráticas*, com eleições regulares e um sistema político legal.

Uma característica do estatismo autoritário foi concentrar o poder nas mãos do executivo, mesmo com a existência do legislativo. Isso foi observado claramente no caso francês, como abordado acima. Porém, Poulantzas apresentou um novo elemento que também foi responsável pela perpetuação desse sistema, que é o *Partido dominante de*

---

<sup>31</sup> Esta é a constituição que ainda se encontra em vigor na França, apesar de algumas emendas realizadas ao longo dos anos.

<sup>32</sup> Sabemos dos pontos problemáticos no que se refere à denominação de regimes totalitários por parte de Poulantzas, pois na sua visão estão no mesmo patamar o fascismo, o socialismo soviético e a ditadura grega. No entanto, compreendemos que a forma como ele desenvolve este conceito, aqui ligado à questão do Estatismo Autoritário, não empreende tantos problemas como ocorre nas análises de sistemas como o soviético ou o alemão nazista, pois o enfoque aqui é perceber como um regime democrático se utiliza de aspectos de regimes totalitários, mas dentro da institucionalidade aceitável para não ser considerado um ditador.

*massas*. Este partido foi, em geral, o de principal posto de comando do país, sendo que quando ocorreu a sua entrada na estrutura do Estado, a partir desse momento, as políticas ocorreram para perpetuar o poder deste partido através da sua institucionalização. Um exemplo sobre este fenômeno, demonstrado pelo autor foi o partido de De Gaulle que, através dessas táticas, permaneceu por 20 anos no poder.

Apesar da diferença entre esses dois regimes de governo, a sociedade francesa desta época foi demarcada por uma característica que transpassou e que se impôs no pós-guerra, ela foi caracterizada como uma sociedade burocrática. Apesar das diferentes interpretações sobre o caráter burocrático da sociedade francesa, alguns de inspiração weberiana (como o Crozier posto neste capítulo) e outros de inspiração marxista (como o de Henri Lefebvre trabalhado no capítulo 2), o certo é que o modo como o tecido social francês se reconstruiu, no pós-Segunda Guerra Mundial, com o Estado tomando a dianteira do processo de reorganização social e abafando os movimentos sociais foi determinante para o período de contestação que começou em 1965.

A característica da burocracia francesa é muito peculiar, pelo fato de que ela se desenvolveu de uma maneira mais acelerada após o período aqui estudado, uma vez que foi somente neste período que a França começou a desenvolver uma industrialização acelerada e começou a ocorrer uma mudança no sistema de ensino, com a universalização do ensino básico e a expansão do ensino superior através da criação de novas universidades voltadas para um público mais popular<sup>33</sup>.

Crozier<sup>34</sup> (1981) ao estudar a sociedade francesa apresentou uma visão da burocracia que a remetia não somente ao sistema estatal, mas também ao sistema político partidário e também ao sistema fabril. Para o autor, a maior demonstração dessa burocratização francesa ocorreu dentro das fábricas em relação à negociação patrão e empregados. O fato das negociações, em caso de uma greve, serem realizadas pelo Estado fazendo uma mediação entre os patrões e os sindicatos foi uma perda para os trabalhadores, pois os empregados não tinham um acesso direto às negociações e com regularidade eram obrigados pelo Estado a

---

<sup>33</sup> Como foi o caso da Universidade de Paris X - Nanterre, criada em 1964 como uma extensão da Sorbonne no subúrbio de Paris, como meio de desafogar a universidade principal. Só se tornou uma universidade autônoma após a reforma educacional de 1968 que desmembrou todos os campos da Universidade de Paris tornando-os universidades autônomas.

<sup>34</sup> Michel Crozier é sociólogo, pesquisador do CNRS-França e um dos fundadores da Sociologia das Organizações na França. O seu livro *O Fenômeno Burocrático*, que está aqui sendo utilizado, é o responsável por lhe dar conhecimento neste campo de estudo.

aceitarem negociações que os desabonavam. Ele enxergou também o papel dos partidos políticos dentro dos sindicatos como algo negativo resultado dessa centralização deste Estado. Porém, o que ele não conseguiu enxergar é que, neste momento, o sindicato era, muitas das vezes, a única via legal em que o partido tinha uma possibilidade de implementar a sua política de forma institucional na sociedade, como era o caso do PCF dentro da CGT, uma vez que tinha sido aliado do governo por ordem dos EUA.

A imagem que o autor demonstrou do movimento operário francês foi altamente negativa em geral, porque este movimento não conseguiu se desvencilhar de seu

modelo burocrático, autoritário e absoluto em suas crenças revolucionárias, débil e burocrático na rotina de suas operações cotidianas – procurando sobretudo evitar as relações frente a frente – , isolado dos outros grupos sociais e pouco coerente consigo mesmo, muito mais facilmente prestes a manifestações de oposição negativas do que a condutas cooperativas e construtivas, e preferindo submeter-se a regras impessoais e apelar para uma autoridade superior, antes que aceitar um compromisso sobre o que ele considera serem seus direitos. (CROZIER, 1981, 358).

Esta visão negativa foi colocada em parte, pelo fato dos operários franceses não aceitarem tão bem, como os americanos e os alemães, a gestão compartilhada da fábrica, que Crozier via como uma maneira dos operários terem acesso a novas formas de controle da sua produção e não ficarem somente na linha de produção e utilizarem das suas greves de braços cruzados que, segundo ele, na França, os resultados foram muito limitados. A gestão compartilhada proposta por Crozier partiu da perspectiva que as decisões sobre o modo que a produção deveria ocorrer não era realizada exclusivamente por parte dos técnicos, mas deveria envolver também o operariado, pois, em última instância, foi ele que viveu o cotidiano da fábrica e que pode trazer soluções para melhorar as suas condições de trabalho e os métodos de produção. Para ele, somente com uma crise social grave – como ocorreu em 1968 – seria possível quebrar essa consciência burocrática do operariado francês. De certa forma, durante as manifestações do Maio de 1968, houve uma recusa do operariado em relação à mediação do sindicato e das organizações burocráticas durante a crise. Mas, a posição tomada pelo operariado foi além da gestão compartilhada, lutando por uma autonomia operária, proposta por Crozier e em nada se assemelhou a uma integração dentro da proposta de produção capitalista.

Este aspecto foi demonstrado pelo Solidarity (2003), quando os operários ocuparam as fábricas, como a Renault e a Sud Aviation, durante as manifestações de 1968, eles

reivindicavam não o poder de decidir como seriam explorados, mas sim, de autogerirem a sua produção, uma vez que compreendiam que eles, melhores do que ninguém, concebiam o melhor modo de funcionamento e gestão da fábrica. Isso demonstrou o porquê de não paralisarem as produções em muitas das fábricas ocupadas, mas sim continuarem produzindo com novas perspectivas, apesar de, naquele momento, estarem em um jogo de poder que ia contra inclusive aos mandos da CGT.

O que Crozier não conseguiu perceber é que esse mesmo sentimento que ele chamou de “crença revolucionária”, que ele colocou como um empecilho para uma gestão compartilhada da fábrica pelos trabalhadores – naquele momento – foi o mesmo que permitiu aos trabalhadores avançarem para reivindicações que foram além de questões meramente reformistas, como a defesa da autogestão dos meios de produção, como aconteceu no Maio de 1968 parisiense, e enxergar a verdadeira questão do problema, a forma como a produção capitalista foi organizada.

Esta visão desenvolvida por Crozier situando o Estado como um inimigo a ser batido (pois, ele não acreditava na mediação deste entre trabalhadores e patrões, acreditando que esta deveria ser realizada de maneira direta entre ambos) é uma leitura que, em parte, não pode ser aceita, porque o Estado não é somente um elemento isolado como ele quer demonstrar, uma vez que ali também é perpassado pela luta de classes e muitas vezes é até colocado como um dos principais lugares da luta de classes.

Tendo como base a sociedade francesa do pós-guerra e as relações constituídas entre o Estado e a sociedade civil, Poulantzas (2000) redefiniu as análises sobre o Estado buscando compreendê-lo para além das teorias até então desenvolvidas. A sua análise, desenvolvida nos anos 70, sobre o novo modo como o PCF – partido até então considerado um dos principais herdeiros do stalinismo e, desta forma, encarando o Estado somente como um instrumento de poder – passou a rever a sua forma de enxergar a função do Estado, encarando-o como uma “condensação de uma relação”, porém ainda não aceitando a sua materialidade. Para superar estas visões, Poulantzas enfatizou que, a melhor forma de compreender o papel do Estado é perceber que este funciona com uma autonomia relativa, ou seja, não é somente um instrumento de poder das classes dominantes para a exploração das classes dominadas (Estado-Coisa) e também não é um espaço autônomo capaz de guiar a sociedade segundo as necessidades de uma determina classe (Estado-Sujeito). Para contrapor essas duas posições, ele lançou mão do conceito de autonomia relativa do Estado, que

pretendia enxergar este como sendo constituído e dividido pela luta de classes, uma vez que existe no seu seio uma relação de forças entre as classes e frações de classe.

Essa autonomia se manifesta concretamente pelas diversas medidas contraditórias que cada uma dessas classes e frações, pela estratégia específica de sua presença no Estado e pelo jogo de contradições que resulta disso, consegue introduzir na política estatal, mesmo que sob a forma de *medidas negativas*: a saber, por meio de oposições e resistências à tomada ou execução efetiva de medidas em favor de outras frações do bloco no poder (é particularmente o caso, hoje em dia, das resistências do capital não-monopolista frente ao capital monopolista). (POULANTZAS, 2000, 138)

Ao caracterizar o papel da classe dominada no Estado como a sua capacidade de formar focos de oposição, Poulantzas descreveu o movimento que grande parte da esquerda comunista e socialista francesa estava adotando naquele momento, visto que o gaullismo se apropriou da estrutura do Estado, e a luta contra este modelo de Estado (o que estava em vigor na França) perpassou pela atuação a partir da estrutura do Estado, como foi a tentativa de institucionalização do movimento de Maio de 1968.

Este modelo de Estado que foi construído após 1945 foi sobre o qual estavam erigidas as bases do que a Internacional Situacionista chamou de sociedade espetacular e foi o alvo dos ataques dos manifestantes do Maio de 1968 e das análises realizadas pelos situacionistas.

Procurou-se, neste capítulo, avançar em discussões que servissem de base para as realizadas nos próximos capítulos. Demarcar o terreno no qual os situacionistas agiram, tanto teórico como historicamente, permite trazer, de uma forma mais clara, as suas propostas e as suas formas de ação.

As discussões realizadas nos dois primeiros itens deste capítulo foram de uma ajuda fundamental para compreender porque os situacionistas se ligavam a posições tão extremas em sua posição de como deveria ocorrer uma revolução liderada pelos trabalhadores e como essa revolução deveria ser conduzida sem cair no que eles enxergavam como sendo o principal problema do socialismo no século XX, o problema da burocratização das revoluções.

O último item deste capítulo forneceu uma base histórica para se compreender em qual terreno social nasceram as formulações da Internacional Situacionista e como se situavam os grupos e pessoas com os quais ela se relacionou e atuou, em especial no que se

alude à questão Argelina que foi uma das principais pautas de ação da esquerda francesa no final da Segunda Guerra Mundial.

## CAPÍTULO II – AS RELAÇÕES DA INTERNACIONAL SITUACIONISTA COM AS QUESTÕES DO SEU TEMPO

### 2.1 – A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO NA INTERNACIONAL SITUACIONISTA

Desde o seu início, em 1957, a Internacional Situacionista teve como característica agrupar, em seu meio, grupos dissonantes, mas que tivessem uma certa perspectiva de ação em comum, apesar de que, desde o início, os problemas referentes aos métodos de ação já eram um problema no grupo. Porém, a IS teve um mérito além, que foi de conseguir ler as experiências históricas do seu período e posicionar-se de maneira muito clara em relação a elas, como se pode observar em relação à libertação da Argélia e ao Maio de 1968.

Desta forma, não é possível pensar na forma como a IS se elaborou sem levar em consideração as pessoas e grupos que ela se colocou em contraposição para a construção de suas teses. A França teve, na década de 1960, uma grande diversidade na sua esquerda, passando por grupos políticos que estavam imersos na política institucional (como o PCF), intelectuais independentes (Sartre), intelectuais ligados ao ensino superior (como Henri Lefebvre) e grupos das mais diversas correntes políticas (Socialismo ou Barbárie, ICO, *Énrages*).

A forma como a IS se portava perante esses grupos e como ela se relacionava com eles foi demonstrada através de seus escritos em que ela coloca quais eram os objetivos de se relacionar com outros grupos revolucionários e qual a função que ela entendeu para uma organização que se dizia revolucionária.

Desde os seus primeiros escritos, a IS teve a preocupação de tentar estabelecer uma ligação com outros grupos revolucionários, porém deixando clara a sua forma de organização e o que eles definiam para a cooperação. Num primeiro momento mais ligado às suas ações artísticas e, posteriormente, mais ligado a uma ação revolucionária. Isto ficou claro no seu manifesto quando ela definiu os seus objetivos

*A partir de ahora, proponemos una organización autónoma de productores de la nueva cultura independiente de las organizaciones políticas y sindicales que existen en este momento, pues nosotros negamos la posibilidad de organizar algo que no sea el acondicionamiento de lo existente. (Internationale Situationniste nº4, 144)*

Esta visão da IS, de ser um grupo aglutinador em torno de uma política cultural revolucionária, pode ser entendida como a primeira tentativa de ela se tornar um movimento capaz de destruir a institucionalização pela qual passava a arte e construí-la a partir de novos paradigmas, baseados nas construções das “situações”, capazes de inverter a lógica alienada que dominava a vida cotidiana. Esta postura fez com que a IS realizasse, neste período, várias intervenções urbanas com pinturas e técnicas de apropriação do espaço urbano, na tentativa de reconstrução de uma nova vida cotidiana. Esta postura de encarar a arte como a idealizadora de uma revolução foi sendo abandonada na medida em que a IS passava a ter contato com outros grupos mais ligados a uma perspectiva de ação revolucionária vinculada a uma atuação do proletariado.

A IS não via a atuação do proletariado ligada à atuação de partidos e sindicatos, por isso se negava a participar de movimentos em que estes estivessem presentes, formando alianças com eles. Para a IS, os partidos e os sindicatos eram os responsáveis pela desestruturação dos movimentos de massa e das revoluções, uma vez que, eles se designavam como os portadores da revolução e, para fazerem isso, precisavam passar por cima dos trabalhadores para lhes usurpar o poder. “A tomada do monopólio estatal da representação e da defesa do poder dos operários, que justificou o partido bolchevique, fez com que *ele se tornasse o que era: o partido dos proprietários do proletariado*, eliminando no essencial as formas anteriores de propriedade.” (DEBORD, 2006, 69).

Porém, no pós-guerra, quando os partidos comunistas, rodeando a órbita de Moscou, não demonstravam mais o “afinco revolucionário” de antes e já se comportavam como exímios aparatos institucionais, abriu-se um novo protagonismo revolucionário pertencente ao intelectual de esquerda. Não mais aquele, como Lênin em 1917, que era vinculado ao partido, mas aquele que agia de acordo com as suas noções de contestação, porém nunca perdendo de vista o proletariado como protagonista.

Por enxergarem esse novo protagonismo desses intelectuais que a IS, os escolheu como um alvo a ser combatido. Isso ficou claro nos seus ataques a Sartre, Morin, e Henri Lefebvre. Porém, os ataques não foram simples ofensas, mas sim, tiveram a função de demonstrar o papel dos intelectuais, mesmo os ditos de esquerda, dentro do sistema. Era a área de atuação desses intelectuais, foi a mesma na qual a IS atuou, a cultura.

Apesar dessa crítica aos intelectuais, a IS, assumindo isso ou não, desempenhou um papel intelectual, que na verdade foi rejeitado por eles. É inegável que a forma de luta escolhida pela IS se deu no campo cultural, sobretudo com publicações, que procuravam orientar e analisar os problemas, os desafios, enfrentados na sociedade contemporânea.

La IS se propone ser la más alta expresión de la consciencia revolucionaria internacional, esforzándose por aclarar y coordinar los actos de la negación y los signos de creatividad que defien los nuevos contornos del proletariado, la voluntad irreductible de emancipación. (*Internationale Situationniste* nº9, 146)

Esta escolha ocorreu porque eles viam que, naquele momento, havia um refluxo no movimento revolucionário e caberia este tipo de ação com vistas a preparar o terreno para uma ação revolucionária, algo que para eles acabou ocorrendo em 1968.

Apesar de desenvolver esse papel de intelectual, como foi observado, eles, em momento nenhum, aceitaram-se enquanto uma intelectualidade institucionalizada, atitude demonstrada em alguns fatos, como Guy Debord se auto-intitular “doutor em nada”, não comparecer a uma conferência a convite de Henri Lefebvre e em seu lugar mandar um gravador com a palestra e, principalmente, pela postura que tinham em relação aos intelectuais de esquerda (utilizando-se, aqui, da concepção de Sartre), uma vez que negavam qualquer contato com eles, até mesmo Henri Lefebvre, com o qual mantiveram contato profundo em trocas de experiências, foi, posteriormente, colocado sobre crítica ferrenha: “O metafilósofo Lefebvre é menos estúpido do que o parafilósofo Morin. Mas o metastalinista devia fazer o favor de calar a boca quando se trata de classes.” (OS ENRAGÉS *in* INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 2002, 136).

Quando a IS partiu para definir os contornos da sua atuação junto com outros grupos, com o intuito de avançar na formulação de uma política revolucionária que fosse capaz de criar condições para o apoio ao proletariado, o primeiro ponto e o primordial colocado pelos situacionistas foi o reconhecimento dos conselhos operários como únicos constituidores do poder real dos trabalhadores. Esse ponto em si, já afastava muitos grupos (principalmente os partidos e os sindicatos), mas também, aproximava outros grupos que operavam baseados nos princípios da autogestão e da autonomia operária. Porém, a necessidade que a IS detinha que manter esses grupos perante as suas regras, fez com que o contato fosse quase impossível e, quando existente, fosse efêmero. Perniola (2009) já observava essa característica da IS em 1972, ano de dissolução do grupo e a caracteriza como sendo sectarismo, uma vez que, “a

cada problema não existe senão *uma só* resposta revolucionária, aquela da IS” (PERNIOLA, 2009, 38). Para ele, essa característica era ainda uma herança deixada pela formação artística dos situacionistas, uma vez que, nesta atividade, a subjetividade impera e não há espaço para opiniões discordantes.

Esta visão de Perniola pode ser vista nos dois artigos que os situacionistas publicaram sobre a ICO<sup>35</sup> nos números 11 e 12 de sua revista. A mudança de postura em relação à posição do grupo foi sintomática, passando de uma concordância quase que geral de teses – tendo, desacordo em uma fundamental: a necessidade do grupo de teorizar a sociedade contemporânea – para uma crítica radical do grupo, a partir de um momento em que o conhecem de fato, demonstrando que as teses defendidas na sua revista não correspondiam à prática, uma vez que a presença da hierarquia oculta, de omissões e de ataques a grupos iguais demonstravam para a IS que eles tendiam mais para uma “ideologia antisindicalista de lá época de los grupúsculos” (*Internationale Situationniste* nº11; 626).

Para ter uma visão elaborada destas questões, a análise se pautou por trabalhar a relação da IS com alguns autores (Sartre e Henri Lefebvre) e um grupo (Socialismo e Barbárie), como forma de compreender de modo mais pormenorizado como a IS se via perante a esses outros atores de seu tempo social. A análise sobre a Argélia veio para demonstrar como a IS se colocava perante questões cruciais que estavam postas dentro da França durante o período da sua existência.

## 2.2 – SARTRE: O INTELECTUAL MODELO

Pensar a relação entre a Internacional Situacionista e Sartre é pensar uma relação em que as ideias muitas vezes confluem, mas que, por causa da roupagem que cada um deles se coloca, o debate se torna quase que impossível, apesar dos pontos em comum. A visão de Sartre, autodeclarando-se como um intelectual de esquerda, já era para a IS um erro inaceitável, visto a posição que este grupo desempenha nas críticas revolucionárias da sociedade atual, não aceitas pelos situacionistas.

---

<sup>35</sup> *Information Correspondance Ouvrière* foi fundado em 1958 a partir de uma dissidência do Socialismo e Barbárie e tinha como princípios a autonomia operária e os conselhos operários, além de rechaçar as teses leninistas sobre a organização. Para maiores informações GOMBIN (1972).

Diferentemente do que acontece com Henri Lefebvre<sup>36</sup>, a IS não destinou muitos textos especificamente para atacar Sartre, existe somente um, sendo que as posições precisam ser retiradas a partir das posições defendidas entre a IS e Sartre.

As análises de Sartre sobre os intelectuais não estavam preocupadas em saber como esse grupo se constituiu historicamente, mas sim, como ele veio atuando na sociedade moderna. Partindo desse princípio, Sartre fez uma afirmação polêmica ao dizer que somente é possível existir intelectual se ele for de esquerda

Não considero que um intelectual exista sem ser “de esquerda”. É certo que há pessoas que escrevem livros ou ensaios e que pertencem à direita. Mas, para mim, não basta que um homem faça funcionar a sua inteligência para que seja um intelectual. (SARTRE, 1971, 11)

Essa abordagem de Sartre sobre o papel dos intelectuais foi formulada, como demonstra Winock (2000), a partir da sua participação na resistência francesa, participação que, diferentemente de outros escritores como Jean-Toussaint Desanti, não ocorre na resistência armada, mas sim, na publicação de escritos clandestinos.

A própria denominação do intelectual para Sartre foi voltada aos aspectos tradicionais, uma vez que ele considerava o intelectual como sendo os “teóricos do saber prático”. Essa afirmação por si só gerou toda uma série de problemas que acabou desencadeando na sua análise do Estado Soviético e da Revolução Cubana.

A posição desenvolvida pelo intelectual na sociedade capitalista é contraditória, como afirmou o autor, pois é um movimento de afirmação/negação constante em suas atitudes. Isto ocorre, sobretudo, através do processo educacional. O indivíduo é criado e educado em uma sociedade burguesa, onde lhe são passados todos os valores, ideologias e preconceitos, além de ser formado em uma técnica específica, que não é capaz de lhe proporcionar uma visão universal da sociedade. Porém, ao assumir esta postura de intelectual, ele é obrigado a conviver com essas determinações que lhe foram passadas pela sociedade burguesa e ser capaz de assumir, como um técnico universal, portando-se do lado dos desfavorecidos.

Para a definição desse intelectual que Sartre propõe, ele trouxe dois elementos teóricos:

O primeiro critério teórico que eles têm vem da sua actividade: é a racionalidade. Para eles, existe relação rigorosa entre a universalidade que é

---

<sup>36</sup> Próximo tópico deste capítulo.

o próprio produto da razão prática e dialética e as classes que suportam, negativamente, o universal. O segundo critério do intelectual deve ser a radicalidade. É que na luta entre o irracional particular e o universal não existe compromisso possível: só pode tratar-se da destruição radical do particular. (SARTRE, 1971, 14-15).

Esses dois critérios dizem muito sobre a posição de Sartre. Primeiramente na defesa do intelectual enquanto o detentor de uma racionalidade dada, em que cabe a ele se contrapor a irracionalidade instalada pela sociedade burguesa e segundo, pelo fato de compreender que a radicalidade é o elemento para se ultrapassar a contradição permanente em que se vive neste mundo. Porém, o intelectual, ao viver nesta radicalidade, muitas vezes acaba caindo em um esquerdismo que, para Sartre, o ofusca de suas verdadeiras intenções e acaba fazendo que ele tome atitudes erradas, como no momento de uma adesão a um determinado partido, por exemplo, sem observar as possibilidades revolucionárias desse grupo. Mas, para ele, existem alguns fatores que podem barrar esse esquerdismo do intelectual e fazer com que o intelectual possa desempenhar a sua função de ligação entre a teoria e a prática. A primeira é a busca da verdade, pois “A verdade é aquilo que a acção descobre como campo de possibilidades reais.” (SARTRE, 1971, 16), e, dessa forma, o impede de fazer análises erráticas sobre possíveis situações revolucionárias. O outro é mais uma das tantas contradições que o intelectual precisa enfrentar, mas esta é específica por estar situada dentro da lógica do partido, e é entre disciplina e crítica. Essa contradição, como ele abordou, diz-se, prioritariamente, sobre o papel de algumas críticas de intelectuais de esquerda que estavam sendo realizadas contra a União Soviética. Neste ponto, Sartre percorreu um caminho obscuro, pois minimizou as suas críticas à URSS, o que para ele era uma forma de não atingir o primeiro Estado operário, porém, ao assumir essa posição, ele abriu caminho para a aceitação de todos os desvios que ocorreram no período pós-1917. Este posicionamento de Sartre foi definido por Merleau-Ponty como uma relação de contemplação, uma vez que se demonstrou sua posição, mas não quis se filiar, isso ocorreu porque “O opositor de fora nunca pára de provar que é fiel, a distância. O direito de crítica, que ele se reserva, não o usará, com medo de se exceder.” (MERLEAU-PONTY, 1955 *apud* WINOCK, 2000, 645).

Para esta análise, cabe destacar aqui, o papel que Sartre atribuiu ao intelectual na França no período pós-1945.

O intelectual lutaria simultaneamente contra a falsa *interpretação* da situação econômica, isto é, contra a ideologia da sociedade burguesa, mostrando a sua particularidade sob a pretensa universalidade, o seu papel, a

sua teologia de classe, e, em segundo lugar, procuraria mostrar a *situação real*, quer dizer, situação da França hoje. (SARTRE, 1971, 26-27)

O engajamento de Sartre começou com a Resistência e, posteriormente, continuou através do seu trabalho em *Les Temps modernes*, do qual era editor. No entanto, foi durante a revolta de maio de 1968 que Sartre demonstrou todo o seu apoio às manifestações estudantis, que ele via como um caminho em direção ao socialismo que, naquele momento, estava sendo conduzido pelo movimento estudantil, algo inclusive que corroborava a sua tese sobre o papel do intelectual enquanto o ser detentor da teoria.

Coube a Petras (2004), posteriormente a Sartre, analisar os impactos que esse modelo de intelectual teve nas existências reais dos movimentos populares. Na sua avaliação, o modelo difundido de intelectual de esquerda buscou e ainda busca uma respeitabilidade burguesa (cargos em instituições acadêmicas, prêmios científicos e literários) que não condiz com o seu discurso, pois, ao buscar essa respeitabilidade, ele acaba por reforçar a hegemonia burguesa. No entanto, para Petras, Sartre apesar de ser esse intelectual de esquerda, rompeu com paradigma por pautar suas ações não buscando essa respeitabilidade, demonstrado principalmente pelo fato de ele ter recusado o prêmio Nobel de literatura, o que seria, dentro da lógica burguesa, o auge da carreira de um escritor.

A recorrência da IS em mencionar Sartre e lhe atacar, está diretamente envolvida com esses posicionamentos defendidos por este autor, como também pelo papel de destaque que ele detém no seio da intelectualidade francesa. A diferença de posicionamento entre os situacionistas e Sartre é enorme, o que, de certa forma, facilita os ataques e a contraposição que a IS realiza das posições de Sartre. Para a IS, a atividade intelectual de Sartre, na forma como ela é dada, expressa, sobretudo, na posição de campanhas de esquerda, como a da Guerra do Vietnã e da Argélia, mas quando a luta de classes aperta a sua práxis não aparece, sobressaindo-se o discurso.

Os situacionistas enxergam nestes intelectuais – Sartre, Althusser, Henri Lefebvre – um novo estamento, que ao realizar a crítica revolucionária da sociedade existente, o faz em aspectos abstratos e sem uma base real, facilitam o papel de não serem entendidos e afirmam seus empregos, uma vez que, não se mostram como um perigo iminente ao sistema em vigor. A IS vê esse novo estamento como um desenvolvimento do processo de especialização que ocorreu nos meios revolucionários. Essa especialização é a responsável pela crítica

considerada rasa que eles fazem, no entanto, esses intelectuais não conseguem fugir dessa lógica.

*Los pensadores especializados solo saben salir de su dominio para jugar a ser espectadores beatos de una especialización vecina, igualmente en quiebra, que ignoraban pero se há puesto de moda [...] Los especialistas del pensamiento no pueden ser más que pensadores de la especialización. No pretendemos tener el monopolio la dialéctica, de la que todo em mundo habla, sino solo provisionalmente em su empleo.(Internationale Situationniste nº9, 128).*

A crítica revolucionária capaz de avançar, segundo os situacionistas, seria aquela capaz de romper as barreiras da especialização e de construir uma nova prática política, como a que eles estavam fazendo. Para eles o significado de pertença a uma instituição oficial já era um sinônimo de que aquela crítica era falha.

Um primeiro ponto a se destacar é o papel que Sartre atribuiu aos bolcheviques em 1917. A IS, como visto no tópico acima, sempre enxergou na atuação bolchevique um freio aos impulsos da Revolução Russa e a visão da burocratização desde 1917, algo que não foi compartilhado por Sartre, que enxergava na atuação bolchevique uma potencialização das massas com o objetivo de concretizar a revolução, “De hecho, aunque nadie queira admitirlo, el partido bolchevique no ‘dirigió’ la revolución russa” (SARTRE *in* CASTRO e ECHEVARRÍA, 2010, 17). Este ponto, apesar de não ser o fundamental é o crucial, para entender os pontos posteriores que, em certa medida, foram derivados deste. A problemática envolvendo o papel dos bolcheviques na revolução russa é um tema recorrente para a IS e que atravessa o seu ataque a vários grupos.

Essa postura de Sartre sobre o papel dos bolcheviques foi refletida principalmente na sua posição a respeito do papel dos partidos políticos, em especial o PCF. Apesar de nunca ter feito parte do partido, Sartre via no PCF a saída da França para os problemas decorrentes das guerras coloniais. Acreditava ainda, até 1956, que o PCF era o modelo de partido a partir do qual se daria o apoio à revolução, negando todas as práticas deste partido desde 1945 e só vendo a sua verdadeira face através das posições de 1956, em especial a Revolução Húngara. A caracterização de estalinista que a IS imputa a Sartre, parte desta premissa e da sua defesa da União Soviética, mesmo com Stálin no poder. Pelo fato de ao visitar a URSS – “*Quien admite que una burocracia jerarquizada pueda construir un poder revolucionario, y admite además como un bien y um placer el turismo de masas, tal como está organizado universalmente por la sociedad del espectáculo, podrá hacer los viajes de Sartre a China*”

(*Internationale Situationniste* nº8, 60) – e ter acesso a todos os benefícios, para a IS, Sartre acreditava que aquela realidade era estendida, mesmo com as denúncias das perseguições e a falta de decisão dos trabalhadores no governo, isso não refletia para Sartre um problema que enxerga “*la libertad de crítica total em la URSS*” (*Internationale Situationniste* nº7, 18)

O rompimento de Sartre com o PCF fez com que ele procurasse formular um esboço de um novo tipo de partido, algo que ocorreu após 1968, com a observação de Sartre dos eventos ocorridos em Paris. Para isso, ele redefiniu o que seria a vanguarda

*La vanguardia no es una organización política preexistente que guie y organice a la masa del movimiento; es una minoría actuante que manifiesta por medio de acciones explosivas su rechazo radical y total de la sociedad existente, con el fin de provocar un choque psicológico, y de llamar por medio de acciones ejemplares, más que por medio de consignas, análisis o programas, a la insurrección general* (SARTRE in CASTRO e ECHEVARRÍA, 2010, 29).

É interessante observar como essa noção de vanguarda defendida por Sartre encaixa, primorosamente, na atuação e na própria defesa que a IS faz do seu papel perante a sociedade espetacular. A discordância apresentada perante a ICO é o que faz a IS se portar como esse *novo tipo de vanguarda*, apesar de que ela ainda continue enxergando a questão da vanguarda com o aspecto negativo e voltado a uma prática bolchevique.

Na nova noção de partido defendido por Sartre era que as diferenças eram mais viscerais e traziam o debate para um patamar de distanciamento. Sartre, apesar de afastado do PCF, ainda enxergava o partido como uma instituição fundamental no processo revolucionário, um grupo que seria capaz de tomar uma posição firme perante uma crise revolucionária e não retroceder, algo que o PCF não foi mais capaz de fazer e Sartre sabia bem isso. Por isso, ele buscou um conceito de partido que fosse diferente daquele que estava estruturado na França, que fosse capaz de apreender as novas dinâmicas do poder, que não tinha uma hierarquia centralizada e o intuito simplesmente de atacar o poder, mas que seu poder residisse nos “*activistas locales capaces de juicios y de iniciativas autónomas de acuerdo con las condiciones locales, capaces de suscitar y animar las discusiones en asambleas libres, la autoorganización y la autodeterminación de ciudadanos agrupados, la toma de control por parte de ellos mismos de sus condiciones de existencia colectiva*”. (SARTRE in CASTRO e ECHEVARRÍA, 2010, 33).

Apesar de, neste ponto, as ideias de Sartre caminharem conjuntamente com as ideias situacionistas, o simples fato de ele propor algo como um partido, por mais que não fosse como nos moldes dos PCs, para a IS se colocou como algo descabido e contra revolucionário. Pois entendiam que mesmo que não tivesse essa estrutura a priori, quando o movimento de massas derrubasse o atual sistema, a estrutura do partido caminharia para um processo de hierarquização e burocratização, matando as experiências autônomas e que não estivessem sob a órbita do partido. Para a IS era com o predomínio dos conselhos que uma revolução proletária que instaure uma nova ordem poderia ocorrer, porque a existência de um partido significava a existência de “uma organização revolucionária existente antes do poder dos Conselhos – e ela tem de encontrar na luta sua própria forma – já sabe que *não representa* a classe. Deve apenas reconhecer-se como separação radical com *o mundo em separado*” (DEBORD, 2006, 84).

A posição da IS de não ceder aos seus pontos, para construir uma coligação maior era, de certa forma, a responsável por evocar questões e polêmicas como as levantadas por Sartre, uma vez que, como demonstrado, as ideias, apesar de terem o mesmo fim, e até mesmo alguns métodos, foram levadas em consideração pequenas desavenças como sendo grandes problemas.

### 2.3 – HENRI LEFEBVRE: DE PARCEIRO INTELECTUAL A BUROCRATA STALINISTA

Durante os 15 anos de existência da IS, Henri Lefebvre foi o único intelectual de renome com quem os situacionistas tiveram um contato intelectual e pessoal mais profundo. A cooperação entre eles foi responsável por uma influência mútua nos estudos posteriores dos dois. Lefebvre foi o responsável, em uma entrevista concedida em 1983, de revelar a maneira como ocorriam às relações no interior da IS, uma fato até então quase inacessível. Apesar da sua proximidade, Lefebvre não chegou a ser membro da IS.

Pensar a relação entre a Internacional Situacionista e Henri Lefebvre é entrar em um campo de contribuições e conflitos que esses dois personagens desenvolveram no campo intelectual e político durante aproximadamente 10 anos (do final dos anos sessenta a meados da década de 1960). Os estudos sobre o cotidiano, a cidade e, sobretudo, o trabalho sobre a Comuna – que marca o rompimento definitivo entre ambos e que foi o cerne desta parte da dissertação– foram os focos abordados.

Henri Lefebvre começou sua carreira acadêmica na década de 1920, formando-se em filosofia na Universidade de Paris-Sorbonne. Durante esta década, teve contato com os surrealistas parisienses e também ocorreu o seu ingresso no PCF. Participou da resistência francesa e foi um dos principais articuladores da revista *Arguments*, tornou-se professor universitário em 1961, em Estrasburgo e, posteriormente, em Nanterre, quando vivenciou as primeiras manifestações que desembocaram no maio francês.

Na época em que começou a ter contato com a Internacional Situacionista, no final da década de 1950, Henri Lefebvre já era um intelectual de renome da esquerda na França. Apesar de se encontrar, nesta época, afastado<sup>37</sup> do Partido Comunista Francês, por divergências em relação à invasão da Hungria em 1956, Lefebvre foi seu membro por 30 anos e, durante este período, começou a desenvolver uma série de análises que se pautavam pela análise e crítica do cotidiano<sup>38</sup>. O autor compreendia estes novos estudos como uma maneira de desenvolver um meio de renovação do marxismo, dando destaque ao conceito de alienação, que entendia ter sido negligenciado por Lênin, principal desenvolvedor do marxismo após seus fundadores.

A IS teve como seu objetivo inicial o desenvolvimento de uma nova visão da produção artística e que foi relacionada com um projeto de construção de uma nova sociabilidade, baseado na crítica da vida cotidiana a partir da criação de situações e também de uma nova visão sobre o espaço urbano e a sua utilização.

Henri Lefebvre, ao desenvolver seus estudos sobre a vida cotidiana, pretendia colocar em debate uma parte da vida que, até então, era desprezada pelos marxistas. Foi posição predominante no marxismo deste período em que a vida cotidiana não atendia aos principais traços de sustentáculo da sociedade capitalista, como as relações de produção, mas antes, ela estava em um campo que, em grande parte, era enxergado somente como um espaço de reprodução da força de trabalho, sem nenhuma perspectiva de mudança e sem nenhum teor de crítica ou contestação ao sistema. Lefebvre, porém defendia uma posição contrária, para ele, qualquer teoria radical que servisse como um meio de ataque ao capital teve que passar pela

---

<sup>37</sup> Na verdade, em 1958, Lefebvre foi expulso do PCF, porém retonou para este na década de 1980, no momento em que o PCF passava por uma reestruturação teórica e política, em que o Eurocomunismo se torna a tendência predominante no partido.

<sup>38</sup> É interessante notar como este tema só foi incorporado pela História, mas especificamente pela Nova História Francesa, a partir do final da década de 1960 e com um propósito totalmente diferente dos estudos feitos por Henri Lefebvre a partir do final dos anos 1940.

crítica da vida cotidiana, porque foi, justamente neste ponto, que a alienação teve um papel destacado, mas, ao mesmo tempo, a vida cotidiana pode ser o próprio antídoto contra essa alienação.

É preciso ter em mente que essa caracterização da crítica da vida cotidiana foi realizada por Lefebvre levando em consideração o desenvolvimento do mundo moderno no pós-guerra. Para uma melhor caracterização do período, desenvolveu o conceito de sociedade burocrática de consumo dirigido (apesar do conceito somente ter sido criado em 1968, entende-se que ele já estava em processo de formulação nos dois primeiros livros do autor sobre o cotidiano), definida como sendo a sociedade em que o consumo se tornou o ponto alto do capitalismo, em muitos casos ultrapassando até a produção.

“Sociedade burocrática de consumo dirigido”, tal é a definição proposta aqui para a “nossa” sociedade. Marcam-se assim tanto o caráter racional dessa sociedade, como também os limites dessa racionalidade (burocrática), o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano para o qual dirige seu esforço a fim de se sentar sobre: o cotidiano. (LEFEBVRE, 1991: 68)

O efeito desta sociedade seria a ilusão do ser humano se sentir livre, como se fosse o único responsável pelas suas escolhas, como se tivesse o controle total sobre a sua vida. Para Lefebvre, o sentimento de liberdade máxima, nesta sociedade, ocorria no consumo, pois quando não detinha esse poder, permanecia à margem desta sociedade.

Para a superação do cotidiano alienado e a sua transformação para uma práxis revolucionária capaz de subverter a ordem e estabelecer novos meios de contato com o “mundo natural e real”, Lefebvre propôs a teoria dos momentos. Esta pode ser definida como uma “pluralidade de momentos relativamente privilegiados”, ou seja, a capacidade de constituir novas experiências visando “intensificar o rendimento vital da cotidianidade, sua capacidade de comunicação, de informação, bem como e, sobretudo de fruição da vida natural e social” (LEFEBVRE in *Internationale Situationniste*, nº4, 119).

Quando a Internacional Situacionista começou a desenvolver seus estudos sobre o cotidiano<sup>39</sup>, Lefebvre já tinha um debate consistente sobre o assunto, no entanto, a forma como a IS a compreendia, ligando-a diretamente à questão urbana foi um ponto de contato interessante, uma vez que a cidade era um tema de interesse dos dois.

---

<sup>39</sup> Os estudos sobre o cotidiano na IS estavam profundamente relacionados aos estudos da cidade. O principal estudo foi o *Perspectiva consciente de modificação da vida cotidiana* escrito por Debord e publicado na revista de nº 6.

O cotidiano para a IS foi reduzido somente à sobrevivência, uma vez que a sociedade espetacular, baseada no consumo, começou a criar novas necessidades e a cada nova necessidade criada era mais um elemento que deveria ser utilizado para se realizar a crítica da vida cotidiana com o intuito de fazer com que as pessoas tomassem consciência da teia de relações alienantes na qual estavam envoltas. Para Guy Debord, a vida cotidiana era a única real. Mas, o que era a vida cotidiana para a IS? Ela foi definida como “*la medida de todas las cosas: del cumplimiento, o más bien del incumplimiento de las relaciones humanas, del empleo del tiempo vivido, de las aspiraciones del arte e la política revolucionaria*” (DEBORD *in Internationale Situationniste*, nº6, 215 - 216).

No texto de 1961, *Perspectivas de modificações conscientes na vida cotidiana*,<sup>40</sup> Guy Debord formulou, de maneira mais sistemática, as ideias sobre o cotidiano. A principal tese do artigo consistia na defesa de que o estudo da vida cotidiana só tinha valor a partir do momento em que se reconhecia que o objetivo do seu estudo era a sua transformação, que a vida cotidiana era a portadora do germe histórico da revolução. Contudo, Debord observou que, até aquele momento, existia um movimento contrário, ou seja, conservador, que enxergava essa parte da vida reduzida a uma pobreza sem precedentes, ligada, em grande parte, ao consumo, colocando até mesmo o tempo livre do trabalhador, que poderia ser usado como um tempo criativo, como um período em que, na verdade, o que se observava era o reforço da alienação<sup>41</sup>.

*Para el capitalismo clásico, el tiempo perdido es el tiempo ajeno a la producción, la acumulación y el ahorro. La moral laica que se enseña en las escuelas de la burguesía ha implantado esta norma de vida. Sin embargo, por un artificio inesperado, el capitalismo moderno necesita acrecentar el consumo, “elevar el nivel de vida” (recuérdese que esta expresión carece rigurosamente de sentido). Como las condiciones de la producción, que se ha parcelarizado y cronometrado hasta el extremo, se han hecho al mismo tiempo completamente indefendibles, la moral que ya circula en todas las formas del espectáculo dominante admite francamente que el tiempo perdido es el del trabajo, que ya solo se justifica por sus diversos grados de ganancia, lo cual permite comprar el reposo, el consumo, el ocio; es decir, la pasividad cotidiana fabricada y controlada por el capitalismo. (Idem pg. 219 – 220)*

---

<sup>40</sup> Este texto foi uma palestra proferida por Guy Debord para o *Groupe de Recherches sur la vie quotidienne* que tinha como diretor Henri Lefebvre. A palestra foi proferida através de um gravador, algo que desde o início do texto Debord deixa claro que era uma crítica ao próprio grupo reunido, uma vez que, para ele, muitos dos pesquisadores ali reunidos não acreditavam na vida cotidiana e também relegaram o seu estudo com desculpa as extremas especializações da sociologia, acreditando que a vida cotidiana estava além destas.

<sup>41</sup> O papel da alienação e a sua leitura realizada pela IS foi um dos itens do terceiro capítulo.

Outro destaque foi dado em forma de crítica ao processo que se desenvolveu no urbanismo, sobretudo no pós-Segunda Guerra Mundial, em especial, o urbanismo funcionalista que teve na Carta de Atenas (1933) as diretrizes que pautaram a reconstrução europeia a partir de 1955. Esta vertente do urbanismo preconizava uma divisão racional imposta ao espaço urbano, que eles chamaram de zoneamento. A função desta organização foi

a operação feita sobre um plano de cidade com o objetivo de atribuir a cada função e a cada indivíduo seu justo lugar. Ele tem por base a discriminação necessária entre as diversas atividades humanas, cada uma das quais reclama seu espaço particular: locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer. Mas se a força das coisas diferencia a habitação rica da habitação modesta, não se tem o direito de transgredir regras que deveriam ser sagradas, reservando só para alguns favorecidos da sorte o benefício das condições necessárias para uma vida sadia e ordenada. É urgente e necessário modificar certos usos. É preciso tornar acessível para todos, por meio de uma legislação implacável, uma certa qualidade de bem-estar, independente de qualquer questão de dinheiro. É preciso impedir, para sempre, por uma rigorosa regulamentação urbana, que famílias inteiras sejam privadas de luz, de ar e de espaço. (CIAM, 2011: 8).

Quando se observa este discurso, realmente parece que o importante era o bem estar e o desenvolvimento de uma vida cotidiana que permitisse às pessoas ter uma boa qualidade de vida. Mas, na verdade, os princípios básicos implícitos neste documento denunciados pela IS eram: o privilégio dos valores burgueses da vida (o conforto de uma casa em substituição a um passeio pela cidade), a desagregação do cotidiano e a redução dos espaços públicos de sociabilidade (menos praças e locais de reuniões. Para a IS, o próprio fato de o modernismo privilegiar os conjuntos habitacionais como modelo de habitação dizia o que ele representava).

Desde os primeiros escritos situacionistas, é evidente a crítica ao rumo que a reconstrução europeia tomou no pós-1945. Das cidades desorganizadas herdadas da era medieval a cidades totalmente planejadas baseadas em imensos conjuntos habitacionais – que o situacionista Raoul Vaneigem chegou a comparar com os campos de concentração nazistas – que não propiciavam a menor sociabilidade entre as pessoas, uma vez que seus espaços comuns, como às praças, foram reduzidos para dar espaço às grandes avenidas, pois o carro se tornou, naquele momento, o maior símbolo da prosperidade e do individualismo burguês.

Estas novas cidades também eram um entrave aos experimentos situacionistas de crítica da vida cotidiana, uma vez que, este processo se construía em cima do lúdico<sup>42</sup>, de experiências realizadas em cidades que oferecessem um meio de integração entre o homem e o espaço geográfico, algo totalmente inviável nas cidades planejadas e customizadas pelos funcionalistas. As três técnicas situacionistas para compreensão da cidade (a deriva, a psicogeografia e o urbanismo unitário) foram as responsáveis por fazer essa mediação entre o urbano e o psíquico na construção de novas situações.

As situações – “*momento de la vida construido concreta y deliberadamente para la organización colectiva de un ambiente unitario y de un juego de acontecimientos*” (*Internationale Situationniste* nº 1, 14) – tornaram-se o grande objetivo da IS, pois foi neste momento que ocorreu a ruptura com a alienação da vida cotidiana e que começou uma transição em direção à uma perspectiva revolucionária. A teoria da deriva, talvez seja a melhor demonstração da forma como ocorreu a construção de novas situações, uma vez que, ao saírem para explorar a cidade sem a ajuda de um mapa, sem uma direção certa, procurando ter contato com pessoas desconhecidas, explorando novas sensações e locais e tentando apreender essas informações através da psicogeografia – “*estudio de los efectos precisos del medio geográfico, ordenado conscientemente o no, al actuar directamente sobre el comportamiento afectivo de los individuos*” (*Internationale Situationniste*, nº 1, 15) – a IS rompia com o paradigma da esquerda tradicional de que, através do lúdico, não era possível criar uma crítica contundente ao capital.

Tanto a teoria dos momentos de Lefebvre quanto a teoria da construção de situações da IS desenvolveram-se de forma muito próximas e complementares. A IS (*Internationale Situationniste*, nº 4, 119) compreendia que a situação construída era o meio caminho entre o instante e o momento lefebvriano, isto em grande parte ocorreu porque eles compreendiam que a diferença entre os dois dizia respeito à forma e à temporalidade de ação entre ambos, uma vez que, o momento estaria mais restrito a uma questão temporal (pois consideravam o momento como algo já ocorrido) enquanto a situação se desenvolveria em um lugar espaço-temporal (algo ainda a ocorrer, que poderiam se transformar em novos momentos).

---

<sup>42</sup> A IS realizava derivas (um tipo de expedição) nas cidades, passeando sem rumo com o intuito de absorver ao máximo as interações com pessoas e ambientes. Já as experiências psicogeográficas buscavam compreender o impacto da cidade e da arquitetura no psicológico humano e procurar abrir brechas nestes locais para a construção de uma nova forma de sociabilidade.

A IS concebia a criação de situações através das perspectivas do espaço urbano até por volta de 1962, período considerado de transição no grupo em que o elemento considerado artístico (aqui incluídas as questões ligadas à arquitetura) começou a perder espaço para uma discussão política mais consistente, quando a IS passou a defender outra postura em relação à arquitetura e ao urbanismo como sendo uma ideologia do capitalismo. Esta visão foi desenvolvida principalmente pelos escritos de Raoul Vaneigem na revista *Internationale Situationniste*, em que ele defendia que o urbanismo era um modo de apaziguamento da luta de classes, pois oferecia ao proletariado um bom nível de vida (como um apartamento próprio em um conjunto habitacional, mesmo que este fosse financiado durante toda a sua vida, uma televisão, um carro para a locomoção) que antes era restrito a poucas pessoas e criou mecanismo de dominação para sedução, para que este operário se sentisse mais a vontade possível dentro da sua casa, e não tivesse nenhum interesse em compartilhar uma vida coletiva.

Porém, essa reviravolta que ocorreu na IS não foi sentida em Henri Lefebvre, ocorrendo, na verdade, um efeito inverso, uma vez que Lefebvre passou a desenvolver, de modo mais consistente, seus estudos sobre o espaço urbano na década de 1960, em grande parte influenciado pelos primeiros contatos com os situacionistas.

A troca de experiência e contatos entre ambos foi muito intensa no final da década de 1950 e início da década de 1960, momento em que os dois grupos desenvolveram estudos sobre o cotidiano – o texto de Guy Debord analisado acima e o volume II do livro *Critique de la vie quotidienne* ambos publicados em 1961 foram frutos dessa colaboração, como colocou Anselm Jappe (1999). Foi neste momento também, mais precisamente entre o final de 1962 e início de 1963, que foram publicados os dois textos relativos à Comuna de Paris que eram, a partir de então, o foco mais específico desta análise.

O texto *A importância e o significado da Comuna* de Henri Lefebvre foi publicado no final do ano de 1962, no número 27/28, da revista *Arguments* (que foram os últimos números da revista). Ele era uma parte prévia de um livro sobre a Comuna que o autor estava escrevendo e decidiu lançá-lo, antecipadamente, como meio de fomentar o debate a respeito das ideias ali contidas. Partindo de uma visão geral, o texto se propôs a uma análise da Comuna de Paris partindo do cotidiano, do governo autônomo constituído durante o período e, acima de tudo, pretendia realizar um balanço das diversas perspectivas que, até então, os

vários pesquisadores sobre o evento lançaram e demonstrar as suas falhas e incoerências no intuito de partir para uma tentativa de construção de uma teoria do acontecimento.

Já o texto *Sur la Commune* (Teses sobre a Comuna) da Internacional Situacionista foi escrito em 18 de março de 1962, porém, só foi publicado na forma de panfleto em 21 de fevereiro de 1963. O texto era composto por 14 teses curtas que não pretendiam dar uma visão geral da Comuna, mas sim, expressar a visão da IS sobre o acontecimento, levando em consideração os pontos que achavam importantes e que, até aquele momento, tinham sido negligenciados na história da Comuna.

O texto de Lefebvre foi fruto de uma polêmica, mais especificamente uma acusação de plágio feita pelos situacionistas, fato que os obrigou a lançarem seu panfleto com o texto que eles afirmavam ter sido plagiado, uma vez que, o texto inédito teria sido repassado para Lefebvre. Como forma de confirmar a sua tese, a IS colocou ao lado de cada tese a respectiva frase do texto de Lefebvre que eles acusavam de ter sido plagiada (somente a primeira tese é que não foi acompanhada de nenhum texto) e, em alguns casos, os textos eram, basicamente, os mesmos – como também, escreveram um texto como uma espécie de introdução, *Aux poubelles de l'histoire!* (Na lata de lixo da História), atacando Henri Lefebvre e a revista *Arguments*.

A história do plágio teve duas versões, uma contada pela IS e outra por Henri Lefebvre. As duas remetiam para histórias totalmente distintas para tratar o mesmo assunto, sendo, de certa forma, impossível neste trabalho (esta também não foi a intenção) dizer qual dos dois textos serviu de referência para a escrita do outro, apesar de ser importante demonstrar a visão destes dois sobre esta situação.

A Internacional Situacionista, no seu texto de acusação de plágio, denunciou Lefebvre por ter se utilizado de ideias do grupo, que eles teriam mandado para a publicação no livro que estava sendo organizado sobre a Comuna de Paris por Henri Lefebvre, e que ele teria se aproveitado das ideias do grupo e as incorporado como se fossem dele. E, em vez da publicação do livro, lançou o seu texto na *Arguments*, revista que vinha sendo atacada a tempos pela IS por entender que ela “representaba...el pensamiento que cuestiona lo existente, que busca nuevas perspectivas, contesta las ideas dominantes y agrupa las ideas dominantes de la pseudocontestación encarnada por el estalinismo.” (*Internationale Situationniste*, nº12, 642).

Na versão de Henri Lefebvre (2008), a história do plágio tomou outra versão e assumiu uma posição de cooperação. Ele dizia que o texto fora escrito de uma maneira conjunta, durante uma estadia dos situacionistas em sua casa, e que estes ficaram responsáveis por datilografar o texto. Por este motivo, não viu problema em utilizar algumas ideias do texto antes que este viesse a ser publicado no livro (que foi o destino escolhido para o texto).

O certo é que, mesmo com a confusão causada pelo plágio, muito das ideias defendidas pelos dois textos remetiam a posições que ambos já vinham discutindo anteriormente em outros escritos, como a percepção da Comuna como uma revolução que atingia a vida cotidiana e o papel desta na questão da reorganização do espaço. Mas, até mesmo nos pontos em que os textos da IS e de Lefebvre coincidiam, às vezes havia uma mudança de um jogo de palavras ou até mesmo a sua ausência, ocorrendo uma diferença total de sentido e de defesa dos pontos expostos. Esse ponto pode ser visto nas respectivas passagens: IS: “*La Comuna representa la única realización del urbanismo unitário hasta [...]*”; Lefebvre: “*La Comuna representa el único intento de un urbanismo revolucionario [...]*”. A perspectiva situacionista foi de compreender a ação dos comunardos para com a cidade, numa perspectiva de um anti-urbanismo – uma vez que, eles consideravam este uma ideologia – partindo de um conceito formulado pela própria IS, o de urbanismo unitário, que buscava, juntamente com a crítica da vida cotidiana, avançar na construção de uma revolução que se pautasse por uma criação de liberdade dos indivíduos construírem a sua própria história.

O ponto mais marcante estava na discussão sobre a anedota dos incendiários que foram destruir Notre-Dame e dos batalhões de artistas comuneiros que ali estavam para defendê-la. A IS colocava neste ponto a importância da democracia direta. Para a IS, a possibilidade desses dois grupos, os incendiários e os artistas comuneiros, que estavam lutando juntos e, naquele momento, discordavam de um aspecto desta luta, deveria ser levado em consideração e ser encarado não somente como uma trivialidade, mas sim, um debate político de ideias, que para a IS deveria ser resolvido através das perspectivas dos conselhos, em que o debate ocorreria em um ambiente de horizontalidade e baseado nos princípios da autogestão. Desde a sua virada para uma atuação mais política de fato, a IS reconhecia os conselhos operários como o único modo de superação da sociedade capitalista, pois neles estavam os embriões de uma sociedade autogerida, capaz de travar uma luta revolucionária que expressasse a vontade dos trabalhadores, pois eram eles que estavam na sua base e era a

sua direção. Richard Gombin (1972) enxergava, neste ponto, ainda uma ortodoxia<sup>43</sup> da IS pelo fato dela apostar todas as suas fichas no proletariado, mesmo quando avançava na discussão de outros pontos, como a questão cotidiana. A crítica de Gombin se referia ao fato do grupo não conseguir perceber o protagonismo que os jovens, em especial os estudantes, estavam tendo naquele período, na França, ainda que a IS tivesse contato com esses grupos, como o grupo de estudantes da Universidade de Strasbourg, eles os consideravam subjugados ao operariado. A posição de Lefebvre na discussão da anedota dos incendiários era totalmente diversa da situacionista. Ele não a elevava a nenhuma questão política mais prática, via nela o embate sobre duas concepções de mundo, onde quem acabava perdendo era sempre a posição mais fraca, uma vez que esse ato resultava na sua própria desarticulação.

A interpretação da Comuna como a grande festa, tanto por parte da IS como por parte de Henri Lefebvre, remete à posição desenvolvida por ambos: compreendiam que a revolução – neste caso a Comuna – deveria ocorrer a partir da vida cotidiana, a partir de uma nova sociabilidade capaz de refazer as relações sociais em outras perspectivas que não as burguesas, uma vez que eles naquele momento era quem ditava as regras, eram os responsáveis pelo seu próprio futuro. Isso leva a pensar sobre a forma que a Comuna se pautou e quais dos seus legados foram incorporados ou deixados de lado pelas revoluções posteriores. Apesar de ainda não existir nesta época, o conceito de autogestão (ele foi criado na década de 1960) é um conceito que permite não somente compreender a forma como ocorreu à construção do poder na Comuna, mas também permite perceber qual era a verdadeira herança deixada por esta, foi a experiência do autogoverno dos trabalhadores.

Sobre a herança deixada pela Comuna, mais especificamente ao que se refere à Revolução Russa há concordâncias e desavenças em cima da mesma base. Tanto Lefebvre como a IS reconheciam que a Revolução de Outubro era herdeira da Comuna e aqueles revolucionários se serviam de muitas lições deixadas pela derrota desta. Porém, as semelhanças pararam por aí. A posição da IS refletida na sua tese “*La frase de Engels: ‘Mira la Comuna de París. Era la dictadura del proletariado’ debe tomarse en serio, com base para distinguir lo que no es la dictadura del proletariado en tanto régimen político (las diversas modalidades de dictadura sobre el proletariado em su nombre).*” (DEBORD; KOTÁNYI;

---

<sup>43</sup> Para Gombin o fato da IS não enxergar outras classes como podendo ser o protagonista da revolução, como o lumpemproletariado por exemplo, colocando sempre a responsabilidade no proletariado, constituía para ele uma ortodoxia.

VANEIGEM *in Internationale Situationniste*, nº 12, 644), demonstra a sua visão a respeito do que ela enxergava enquanto sendo um dito Estado operário, pois para a IS a União Soviética não representava um Estado em que o proletariado tivesse o controle das decisões nas suas mãos, muito pelo contrário, para eles o que se desencadeou ali, já a partir de 1917, com Lênin foi uma contrarrevolução burocrática que acabou transformando a Rússia em um regime de Capitalismo de Estado.

A teoria da revolução permanente de Trotsky e Parvus, à qual Lenin se alinhou em abril de 1917, era a única a se tornar verdadeira para os países onde o desenvolvimento social da burguesia se atrasara, mas somente após a introdução desse fator desconhecido que era o poder de classe da burguesia. (DEBORD, 2006: 70)

Para a IS, não bastava a conceitualização de ditadura do proletariado, era preciso ir além. Compreendiam que este conceito, como exposto acima, sofreu um brutal processo de deturpação, passando não mais a representar um Estado operário. Para evitar esta degeneração burocrática, a IS propôs a utilização do conceito de ditadura anti-estatal do proletariado por entender que uma ditadura desta forma só poderia existir se fosse pautada em uma ditadura dos conselhos operários, partindo da democracia direta.

Já Lefebvre foi mais comedido ao tratar do caráter da União Soviética e seu processo de burocratização

*La fórmula de Marx y de Engels : “Observen la Comuna de París. Era la dictadura del proletariado”, esa fórmula debe tomarse como punto de partida para mostrar lo que es la dictadura del proletariado, pero también lo que no es. En particular, esa experiencia de la Comuna y esas fórmulas de Marx y de Engels aportan piezas esenciales al proceso del stalinismo, en tanto que desviación de la dictadura del proletariado cuya teoría fue construida por Marx, Engels y Lenin a partir precisamente de la Comuna. Los historiadores stalinistas llegan a deformar la historia de la Comuna porque continúan pasando por debajo de la mesa la verdadera teoría de la dictadura del proletariado, idéntica a la de la desaparición del Estado. (LEFEBVRE, 2011: 2-3)*

Para ele, o processo de burocratização só começou com a subida de Stálin ao poder, uma vez que, para ele, Lênin era considerado um “herdeiro” válido para o processo revolucionário que se desenvolveu na Rússia em 1917. Apesar de reconhecer alguns pontos negativos no que se referem ao desenvolvimento da União Soviética, sua visão era ainda mais positiva do que negativa. Tem-se que levar em consideração que este foi um período de mudança relativa para Lefebvre, pois o seu desligamento do Partido Comunista Francês ocorreu de maneira turbulenta, além do que, não foi fácil se livrar de uma prática militante de

30 anos. Tanto foi assim que, na década de 1970, com o processo de refundação do PCF<sup>44</sup> ele retornou ao partido.

O último ponto comum a destacar nos dois textos se refere à visão da Comuna de Paris como a responsável por implementar um urbanismo revolucionário. Isto ocorreu pelo fato de ela ter tomado para si os lugares do cotidiano e os incorporado a sua revolta, fazendo com que estes lugares tivessem uma nova ressignificação. A rua do bairro se tornou um lugar da barricada, a igreja, um lugar de reunião e os monumentos oficiais mereceram a destruição. Não era de se estranhar que à época da Comuna, Paris vivia os momentos finais da reforma urbana de Haussmann que pretendia justamente reconfigurar a cidade para evitar novas ondas revolucionárias.

Apesar do panfleto ter sido distribuído em 1963, a IS só foi publicá-lo na sua revista em 1969, após os acontecimentos do Maio de 1968 em Paris. Mas a que se deve esta atitude dos situacionistas? Qual o seu objetivo com esta republicação?

O “escândalo” ocorrido na Universidade de Strasbourg em 1966, em que estudantes levaram à falência o diretório acadêmico ao publicar uma brochura da Internacional Situacionista, fez com que o grupo se tornasse conhecido a nível nacional e internacional, despertando deste modo a admiração de mais alguns grupos de estudantes que se viam envoltos de descrença com os grupos políticos tradicionais. Os *enragés* na Universidade de Nanterre era um desses grupos, participando inclusive ativamente da movimentação dos primeiros eventos de março de 1968, que acabaram desaguando no Maio Francês.

Quando o Maio de 1968 explodiu – ele era o grande movimento de massas da França do século XX e o único que efetivamente se desenvolveu na perspectiva da tomada do poder pelos conselhos operários – e ocorreu a ocupação da Sorbonne e, posteriormente, a ocupação de várias fábricas, como a Renault e a Sud Aviation, os situacionistas enxergavam ali a possibilidade real de uma revolução como eles haviam preconizado. No ano anterior, os dois principais livros teóricos da IS foram publicados - *A sociedade do Espetáculo* de Guy Debord e *A arte de Viver para as novas gerações* de Raoul Vaneigem – e traziam a visão mais acabada e concisa das propostas do movimento. Porém, a IS não se satisfiz somente com a militância teórica, ela também participou das movimentações, em especial do Conselho de Manutenção da Sorbonne, criado quando o movimento já começava a entrar em refluxo.

---

<sup>44</sup> Ver capítulo 1 item 1.3.

Com a passagem dos eventos e o retorno à “normalidade”, os jornais e revistas, ao analisarem o movimento colocaram a figura de Henri Lefebvre como o nome que se destacou e deu o estopim, até mesmo porque, ele era professor na Universidade de Nanterre quando a revolta ocorreu. Mais especificamente, colocaram o seu livro sobre a Comuna de Paris, publicado em 1965, como o inspirador do Maio, pois ele desenvolvia as tendências adotadas por muitos estudantes.

A republicação do panfleto era uma forma de demonstrar não somente a farsa pela qual Lefebvre, que segundo a IS nunca desmentiu o plágio, chegando inclusive a confirmá-lo em sala de aula, vivia e desenvolvia, segundo a IS como um “metafilosofo estalinista”, que não participou ativamente dos eventos e sim, tratou de fazer eventos no meio das paralisações para tentar compreender porque os estudantes se revoltaram. Mas, a posição da IS vai além com a republicação, era a defesa dos conselhos operários como os verdadeiros portadores da revolução, como os responsáveis por conseguir quebrar a lógica alienada da vida cotidiana, os conselhos que foram uma das principais reivindicações do Conselho pela Manutenção das Ocupações das quais a IS participava e, sem dúvida, este foi o maior legado da Internacional Situacionista.

Antes mesmo da republicação do panfleto contra Lefebvre, a IS escreveu um texto analisando o livro de Lefebvre (A proclamação da Comuna) sobre a Comuna. Deste artigo, não só partiram novas acusações relacionadas ao plágio – a IS reconheceu que era impossível escrever um livro baseado somente em três páginas de teses, como também sugeriu que o livro era um “plágio ampliado” de outros livros. A crítica situacionista avançou na forma de perceber que Lefebvre, ao utilizar autores que para ela reforçavam a ordem burguesa, como Proudhon, ele desconfigurou o carácter subversivo e criador da Comuna.

*Desde el principio de su libro, Lefebvre muestra qué idea tan pobre tiene de la fiesta o de la revolución. Investiga simplemente cómo las formas literarias, el lirismo e el drama, pudieron expresar en Paris esta fiesta que debía encontrarse allí por hipótesis. Revela así que no concibe en absoluto la vida liberada pueda superar estas formas, autonomizarse a su vez como expresión y como acción, hasta el punto de poseer en sí misma su lirismo o su drama, en una cualidad muy diferente a esa resurrección de las máscaras artísticas del viejo carnaval de la separación. (Internationale Situationniste nº10; 242)*

A ruptura dos situacionistas com Henri Lefebvre foi a declaração de que estes, a partir daquele momento, não poupariam ataques à figura e aos escritos deste autor, como já ocorria

com Sartre e Morin. O Maio de 1968 foi o ápice dos ataques e das desqualificações relacionadas à Lefebvre. Era possível visualizar críticas da IS até mesmo no período de colaboração entre os dois, como no texto *Teses sobre a revolução cultural (Internationale Situationniste n° 1)*, mas nada que se remetesse às posições após a ruptura.

Um ataque frequente da IS foi desqualificar as posições de Lefebvre, tratando-o como leninista ou stalinista. Isto para IS era a resposta para quase todos os problemas do mundo, e os de Lefebvre também. Para os situacionistas não havia nada mais falso do que a colocação de Lefebvre como um dos responsáveis pelo Maio, quando na verdade, nem ele acreditava que uma revolução daquele tipo poderia acontecer.

Compreender essas relações é pensar o sectarismo da IS, como colocado por PERNIOLA (2009), e avançar na percepção das suas formas de ação e do modo como ela procurou se construir em oposição a essa opção política.

#### 2.4 – NÃO BASTAVA A LIBERTAÇÃO NACIONAL, FOI PRECISO IR ALÉM: O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA ARGELINO NA VISÃO SITUACIONISTA

O processo de independência da Argélia foi uma das maiores questões políticas a atingir a França nas décadas de 1950 e 1960. Das grandes potências europeias, a França foi, sem sombra de dúvidas, a que viveu o processo mais traumático das guerras de independências das suas colônias no período posterior a Segunda Guerra Mundial. Tanto o processo vietnamita quanto o processo argelino relembraram os traumas, ainda abertos nos franceses, das perdas ocorridas durante a invasão na Alemanha em 1940. Apesar de o Vietnã ter tido um papel de maior destaque na mídia, até mesmo pelo fato da invasão estadunidense, a guerra de libertação argelina teve um maior impacto na sociedade francesa com o que aconteceu nos Estados Unidos. Isso ocorreu principalmente pelo fato da Argélia ter sido, desde o final do século XIX, a principal colônia francesa. Isto ocorreu pelo fato de ter uma localização próxima à Europa, o que facilitou a sua colonização com a chegada de milhares de franceses e europeus que construíram ali a sua fortuna, baseados tanto na expropriação das melhores terras das mãos dos argelinos quanto no monopólio das relações de compra e venda dos produtos entre a colônia e a metrópole.

A Segunda Guerra Mundial trouxe uma esperança de liberdade para o povo argelino, uma vez que, a França, ao lutar contra as pretensões imperialistas da Alemanha e pela libertação dos povos por ela dominados, demonstrava que o processo de dominação colonial

tinha chegado ao fim, até mesmo porque, o próprio povo argelino foi compelido a participar da guerra em favor da França com a promessa de maior liberdade e quem sabe até a sua libertação. No entanto, o que se viu, após a Guerra, foi uma reafirmação dos laços de dominação da França sobre a Argélia com o objetivo de não deixar a sua mina de ouro escapar. Esta posição foi tão marcante que até mesmo Maurice Thorez, secretário-geral do PCF e ministro de Estado do governo provisório do pós-guerra, não defenderam a independência das colônias francesas, mas sim, um estatuto que desse maior autonomia, porém permanecendo o vínculo como colônia. (CLAUDÍN, 1986).

A irredutibilidade da França em conceder a independência da Argélia, ou até mesmo um estatuto de maior autonomia como uma confederação, fez com que em 1954, ocorresse a criação da Frente de Libertação Nacional (FLN), com a participação de quase todos os grupos nacionalistas que lutavam pela independência, com o intuito de levar às últimas consequências a guerra pela independência do país. A FLN teve como características próprias o nacionalismo argelino que foi construído em contraposição à posição dos colonizadores e que buscava se consolidar como um nacionalismo de tipo socialista e islâmico, ressaltando as características dos povos originários, árabes e berberes, contra as posições de exploração resultantes dos capitalistas franceses.

A Quarta República francesa, que teve um predomínio da centro-esquerda e um caráter parlamentarista, não conseguiu resolver o impasse da guerra colonial que havia começado desde 1954 na Argélia. Havia a pressão por uma solução rápida por parte da elite colonial, que via o desenvolvimento do conflito afetar seus lucros e os processos de produção na colônia. Porém, os grandes afetados foram os argelinos que começaram a sofrer uma brutal repressão, como meio de tentar conter a escalada dos ataques da FLN, em que a tortura se tornou a principal arma de ação do exército francês, principalmente depois do deslocamento dos *paras*<sup>45</sup> do conflito vietnamita para o argelino. O processo que ocasionou a dissolução da Quarta República e a formação da Quinta República com a mudança do regime parlamentarista para o presidencialista e a ascensão de De Gaulle ao cargo de presidente visava a estabilização do conflito, para que ocorresse o processo de pacificação da Argélia e a manutenção dos laços coloniais. Acreditava-se nesta posição de De Gaulle pelo fato de que ele, durante o processo do governo provisório, manteve o status da Argélia enquanto colônia e

---

<sup>45</sup> Grupamento de paraquedistas franceses que formavam a tropa de elite do exército francês.

também, por ser um general do exército e este apoiar a permanência dessa condição – durante o auge da guerra colonial a França dispôs de cerca de 500.000 soldados em território argelino, segundo YAZBEK (1983) – e também pelo fato de ter tido o apoio da antiga elite colonial, o que serviria para assegurar os interesses da França na Argélia.

Porém, o que se viu de De Gaulle foi uma posição extremamente contrária à defendida pela elite colonial, chegando inclusive a sofrer uma tentativa de golpe por parte de militares ligados colonialistas. Desde que assumiu o cargo de presidente, ele tentou, através de negociações, por um fim ao conflito, primeiramente concedendo um status autônomo para a Argélia e, posteriormente, realizando negociações para o fim do conflito. De Gaulle não realizou o processo que levou à independência da Argélia contra a vontade da elite colonial sem ter nenhum tipo de apoio. Entre 1961 e 1962, foram realizados plebiscitos na França e na Argélia (YAZBEK, 1983) que demonstraram a vontade da maioria da população dos dois países em acabar com a guerra e declarar a independência da colônia. O alto número de mortes desencadeado pelo conflito – em torno de 100 mil mortos entre os anos de 1955 e 1962, período de auge do conflito – em grande parte de argelinos, fez com que começassem mobilizações populares na própria França para por fim à guerra.

A independência da Argélia trouxe a paz, mas não a estabilidade para o novo governo<sup>46</sup>, uma vez que começava uma disputa interna na FLN para saber quem seria o responsável por governar o país no período pós-independência. A escolha de Bem Bella – preso no início da guerra de independência e solto somente após a independência – deu-se através de uma aliança feita com o Coronel Houari Boumédiène, que era o comandante chefe do exército de libertação nacional (braço armado da FLN).

O Exército de Libertação Nacional (ELN) ganhou uma projeção enorme após a libertação, pois ele se constituiu o principal elemento de combate do FLN, como meio de ataque ao exército francês. A presença das milícias, tão comum na guerra de guerrilha prática durante o processo de independência, foi reduzida após 1963, uma vez que, a população foi desarmada e houve o processo de oficialização do ELN enquanto exército oficial da nova república argelina. Este processo demonstrou o peso que Boumédiène tinha na política

---

<sup>46</sup> Na realidade a FLN já tinha constituído um governo provisório desde 1958 denominado de Governo Provisório da República Argelina (GPRA), que foi o responsável por fazer a transição entre a fase colonial e o pós-independência.

argelina, uma vez que, o exército demonstrava-se muito mais fiel a ele do que a própria instituição republicana.

Ao final da Guerra, ocorreu uma fuga em massa dos estrangeiros que residiam na Argélia – Yazbek (1983) falava em torno de 900 mil europeus em fuga do país, mesmo com a possibilidade de permanecerem com seus bens intocados e com a promessa de que não haveria qualquer tipo de retaliação contra eles por parte da nova República – e que, em grande medida, eram os detentores das indústrias e das principais porções de terras cultiváveis. Com este vazio no setor produtivo do país, começou a ocorrer a ocupação das fábricas e dos campos pelos seus funcionários que, mesmo sem a presença dos donos das propriedades, passaram a produzir com o intuito de manterem o seu emprego e reativarem a produção. O processo de autogestão que ocorreu na Argélia<sup>47</sup> não foi precedido por nenhum tipo de pensamento teórico neste país, demonstrando assim que, este foi mais o resultado do impulso e da necessidade da classe operária em mostrar que era possível ela mesma coordenar o processo de produção, sem a necessidade da interferência de agentes externos treinados para esta função.

Este processo de autogestão foi encarado pela IS como um processo que podia elevar o processo da libertação argelina para uma etapa superior, para uma luta de classes em que não bastava somente alcançar a independência do colonizador externo, mas, para os situacionistas era preciso se livrar da colonização imposta pelo capital e romper com as amarras do nacionalismo e do islamismo, no processo de radicalização da constituição de uma sociedade, baseado nos princípios da autogestão.

Desde a formação da IS, os situacionistas percebiam, no processo argelino, uma possibilidade de radicalização da luta, sem, num primeiro momento, apontar ainda o processo da autogestão como uma possibilidade concreta, fazendo isto somente após 1963, mas já prevendo, neste período, o papel dos trabalhadores como os responsáveis pela construção da nova república que estava sendo construída.

Apesar da estreita relação entre diversos movimentos sociais e intelectuais franceses com o movimento de libertação na Argélia, a IS até 1965 não produziu reflexões mais exaustiva sobre este assunto. A própria presença de argelinos no movimento era baixa,

---

<sup>47</sup> Segundo dados de BOURDET & GUILLERM (1976) o processo de autogestão na Argélia atingiu cerca de 10% do parque industrial argelino e 30% na agricultura.

existiam somente dois durante todo o período do grupo que eram Mohamed Dahou (que era Internacional Letrista<sup>48</sup> e com a formação da IS permaneceu neste movimento) e Abdelhafid Khatib – e estavam muito mais ligados a aspectos do primeiro período da IS, como a psicogeografia e as experiências com a cidade, do que especificamente sobre o processo que ocorria em território argelino.

Os primeiros escritos da IS que tratavam da guerra colonial argelina estavam inseridos, em grande parte, em artigos de outros temas (como por exemplo, o papel dos intelectuais na sociedade francesa) e utilizavam-se da manifestação destes para demonstrar a sua posição em relação ao papel daqueles intelectuais, como foi visto com Sartre e Henri Lefebvre, como os detentores da incoerência reinante na França por não enxergarem uma solução social para além da independência, e sem visão de uma saída real para o conflito, uma vez que, para a IS, não bastava pedir uma Argélia livre, era necessário apoiar um processo revolucionário naquele país, algo que, para a IS, estes intelectuais falharam na sua posição.

No primeiro artigo que tratava especificamente deste tema, *Une Guerre Civile en France* (Uma Guerra Civil na França) [1958], a IS demonstrava a contradição que a sociedade francesa estava imersa no que dizia respeito à questão Argelina, “*La IV République fue inseparable de una guerra perpetua con las colónias. El pueblo francés quería detener la guerra; los sectores colonialistas ganarla. El Parlamento parecia incapaz de una cosa y de otra [...] (Internationale Situationniste nº1, 32)*”. Esta questão levantada pela IS foi a que demonstrou o papel para o qual foi convocado De Gaulle, uma vez que o exército era um dos principais componentes que defendiam a continuação da guerra colonial. A IS se atribuiu o papel, neste artigo, de desmistificar a posição de que De Gaulle seria capaz de pacificar as relações entre os países, uma vez que, as suas posições estavam mais relacionados a um autoritarismo extremado de herança militar que lembrava a grande França de outrora.

A saída realizada à direita, para a IS, foi a demonstração de que o conflito estava longe do fim e que, sem uma mobilização de massas, o fim dessa guerra ainda estaria longe. Apesar de compreender que a população desejava o fim da guerra<sup>49</sup>, a IS via, na falta de mobilização popular, uma herança nefasta do PCF e da CGT que, ao se consolidar como uma

---

<sup>48</sup> A Internacional Letrista foi um dos grupos a partir do qual surgiu a Internacional Situacionista. Os letristas chegaram a ter uma seção argelina, porém não era focada em uma discussão da questão da libertação argelina.

<sup>49</sup> É interessante notar que esta posição situacionista era defendida antes mesmo do plebiscito realizado pelo governo francês em 1961, que foi utilizado como uma arma de De Gaulle perante aos colonialistas.

tendência friamente parlamentarista e defensora do regime, utilizava seu poder de desmobilização das massas para atingir os seus objetivos e travar o desenvolvimento da luta de classes, como uma possível radicalização nas discussões para a implementação da V República. A própria incapacidade do proletariado francês de escapar das manobras do PCF e CGT e de se reconhecer enquanto causa no movimento argelino, era vista pelos situacionistas como um dos motivos do prolongamento da guerra. A visão mais clara da IS era o processo de falta de apoio do proletariado francês ao povo argelino, não reconhecendo, nos massacres realizados em Argélia, como sendo povos irmãos, isto demonstrava a falta de uma posição internacionalista e revolucionária do proletariado francês.

A visão situacionista para esta afirmação era pautada na inexistência, na França, de uma organização revolucionária do proletariado francês, que buscasse reivindicações que extrapolassem as demandas levadas pelos sindicatos, isto é, referentes somente às jornadas de trabalho (como aumento do salário, as condições de trabalho, a jornada diária, entre outras). Esta postura do proletariado foi encarada como a acomodação deste perante a sociedade espetacular e aos seus benefícios, anulando assim, o desenvolvimento da sua noção de pertencimento de classe, sendo este o primeiro avanço que teria que ser alcançado para a intensificação da luta de classes.

*La principal lección a extraer es que el pensamiento revolucionario ha de hacer la crítica de la vida cotidiana en la sociedad burguesa, propagar otra idea de felicidad. La izquierda y la derecha coincidían en su imagen de la pobreza, que es la privación de alimento. La izquierda y la derecha coincidían también en su imagen de la felicidad. Aquí se encuentra la raíz de la mistificación que ha deshecho el movimiento obrero de los países industrializados. (Internationale Situationniste nº 2, 45).*

O que para muitos seria um papel destacado e que caberia a intelectuais e partidos realizarem, os situacionistas compreendiam desde então a importância do proletariado ser o responsável pelas suas próprias decisões. Para eles, tanto partidos como intelectuais que se portavam e que tinham rótulos de revolucionários, assumiam valores burgueses como sendo naturais e, enquanto permaneciam nesta postura, não iriam conseguir contribuir verdadeiramente com a causa revolucionária, sendo seus atos meramente retóricas formais.

Essa posição da IS ficou explícita principalmente no artigo *La minute de vérité* (O momento da verdade) [1960] em que abordava o papel do Manifesto dos 121<sup>50</sup>. O manifesto, apesar de deixar sua posição clara em relação ao fim da guerra, foi composto por pessoas que não tinham um programa de ação comum, mas que, ao invés disso, detinham uma posição respeitável dentro da sociedade francesa. A IS reconhecia que o peso desses intelectuais dentro da sociedade francesa foi a responsável por fazer com que o Manifesto tivesse um impacto significativo na França e no exterior, mesmo com a censura ao manifesto e aos seus signatários que viram seus postos, dentro de instituições estatais, serem fechados, fazendo assim ocorrer as principais manifestações de massa ao povo argelino na França, capitaneadas principalmente por estudantes, ressaltando, porém, que o fim da guerra, só poderia ser determinado por uma ação do proletariado francês frente ao Estado.

A censura imposta ao Manifesto dos 121 foi um típico exemplo do modo de ação do Estatismo Autoritário de De Gaulle como meio de controlar toda a forma de crítica ao Estado e de abafar toda posição contrária àquela declarada oficial pelo Estado. No entanto, a IS via que uma espécie de autocensura já dominava a imprensa francesa, uma vez que, era possível observar que acontecimentos significativos que ocorriam no território argelino eram desprezados pela grande imprensa, o destaque dado foi ao jornal *Le monde*, como forma de mascarar as ações das massas e transmitir a situação argelina como uma luta ocorrida a partir da situação institucional. Essa posição do *Le monde* demonstrava o seu papel de ser o jornal da intelectualidade francesa e de se portar como sendo um jornal contestador, quando na verdade, o seu real significado era o de perpetuação da política institucional francesa. Uma vez que *Le monde critica muy a menudo al poder en Francia y en cualquier otro país, pero siempre desde el punto de vista del máximo interes del poder. [...] Le monde es el periódico oficial de todos los poderes. (Internationale Situationniste n° 10, 232 – 233).*

O papel da imprensa foi apontado pela IS como um catalisador de um processo de anti-informação, uma vez que, o seu papel desempenhado era o de um intenso bombardeio de informações que mais serviam para confundir do que formar uma consciência crítica e ainda, tinha um papel ativo, no sistema de disseminação da ideologia do consumo, uma vez que, o papel de disseminação da cultura proposto por esses meios reforçava o papel do consumo

---

<sup>50</sup> O Manifesto dos 121 foi um manifesto lançado por intelectuais franceses ligados às revistas *Les Temps Modernes* e *Letters Nouvelles* e que pregava o direito do povo argelino a sua autodeterminação e o direito a recusa dos franceses em participar da guerra colonial. Entre os signatários do manifesto constam Jean Paul Sartre, Henri Lefebvre e Daniel Guérin.

como um meio de integração. A própria IS desenvolveu a sua revista, a *Internationale Situationniste*, com o intuito de ser um contraponto ao tipo tradicional dos meios de comunicação, em que o aspecto crítico não era visto como mero componente formal, mas sim, como o cerne do desenvolvimento dos textos da revista para se portar como um instrumento revolucionário no embate da luta de classes e não um amortecedor como ocorreria com as revistas e as instituições políticas da esquerda tradicional (*Arguments*, PCF, CGT).

Os textos que evocavam o conflito pela independência nos países coloniais ficavam a cargo de Mustapha Khayati,<sup>51</sup> foi através destes textos que a IS adotou uma postura mais firme de que o processo argelino deveria partir para a radicalização e que os trabalhadores deixassem de ser tutelados pelo Estado e assumissem um processo de autogestão não somente nas fábricas e no campo, mas que expandissem para a própria vida cotidiana.

O primeiro texto que refletia esta postura situacionista foi *Adresse aux révolutionnaires d'Algérie et de tous pays*<sup>52</sup> (Declaração aos revolucionários da Argélia e de todos os países) [1965] que foi lançado no momento em que a Ben Bella sofria um golpe de Estado por parte de Boumedienne, seu ex-aliado na condução ao poder. O que para alguns, como Yazbek (1983), o golpe representou a retirada do poder de um líder que começava a concentrar demasiadamente as funções do Estado, em suas mãos, acabando até mesmo com a gestão colegiada do país. Para a IS, ele nada mais foi do que a reafirmação do processo de burocratização que sempre ocorreu durante o processo de libertação argelina. Boumedienne realizou o golpe, não por estar pensando no bem do país, mas sim, porque as suas funções dentro do governo estavam sendo postas de lado e, desta forma, a perda deste poder representava um perigo para a sua afirmação enquanto estadista. Não interessava quem fosse o ditador, o processo se baseava em um governo de tipo bolchevique, o que para a IS, por si só, já demonstrava seu caráter contrarrevolucionário.

Para a IS, o fator determinante era o fato de que Boumedienne teve o apoio do exército e da burocracia burguesa que já tinha se instalado no seio do governo argelino, na verdade, esta se constituiu desde antes da libertação. O exército se constituía no verdadeiro poder de

---

<sup>51</sup> Mustapha Khayati é um integrante franco-tunisiano. Permanece na IS até 1969 quando sai deste grupo para compor as fileiras da Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

<sup>52</sup> Este texto é distribuído primeiramente na Argélia como forma de expressar as posições situacionistas sobre o processo de radicalização que a luta deveria assumir, tomando assim uma postura revolucionária e se afastando do reformismo empreendido pelo Estado.

fato na Argélia e Boumedienne provou isto através do golpe e da sua longa permanência no poder sem que houvesse maiores problemas<sup>53</sup>.

A atuação de Ben Bella ocorreu por ratificar o processo de autogestão que estava ocorrendo nas fábricas e nos campos do país. A IS atribuiu esta decisão ao fato de ele querer uma mediação entre os trabalhadores que ocupavam as fábricas e a burocracia burguesa que estava surgindo, uma vez que, o Estado ainda não detinha o controle total do país após o processo de independência. Quando este controle foi conquistado, Ben Bella não era mais necessário.

Os situacionistas não tinham nenhuma ilusão perante o caráter de Ben Bella. Eles não acreditavam que a sua permanência no posto teria sido algo diferente do que foi a política boumediennense. Para a IS, esses dois governantes eram faces de uma mesma moeda, que reproduziam a lógica de um *socialismo invertido*<sup>54</sup> em que a destruição da autogestão por parte do Estado era a premissa básica.

Os decretos de 22 de março de 1963 em que Ben Bella ratificava a autogestão dos meios de produção ociosos, nada mais eram do que o início do processo de desmantelamento da própria autogestão. Isto ocorreu porque os decretos abriram precedentes para uma atuação estatal dentro dos conselhos formados para a gestão dentro da fábrica, como por exemplo, decretar o diretor da empresa, e também abriram a possibilidade de devolução das empresas autogeridas pelos trabalhadores, caso os donos retornassem à Argélia e solicitassem a posse<sup>55</sup>. As próprias medidas subseqüentes, tomadas por Ben Bella demonstravam a sua percepção de destruição da autogestão e de um processo de estatização da economia que foi posto em prática posteriormente por Boumedienne.

[...] o poder preparava já o “saneamento” da situação econômica através do reforço do controle estatal e da formação acelerada de “quadros”. Para isso várias medidas foram tomadas: obrigar ao rápido pagamento em regime de venda a prestações, de todos os alojamentos indevidamente ocupados (mais de cem mil), recuperar o dinheiro “roubado do Estado” nas empresas autogeridas, opor-se ao desgaste do material mal conservado, regularizar

---

<sup>53</sup> Boumedienne só deixa o governo argelino com a sua morte em dezembro de 1978.

<sup>54</sup> A IS denominava de *socialismo invertido* o processo de “reação geral ocorrida no próprio movimento operário que a derrota da Revolução Russa legou como modelo positivo para o resto do mundo, incluindo a Argélia de Bem Bella: a contraverdade policial do poder.” (*Internationale Situationniste* n° 10, 177)

<sup>55</sup> A IS demonstrava que isso ocorreu em pelo menos uma empresa, a Norcolor, mas que foi o suficiente para que os trabalhadores ficassem apreensivos com a possibilidade de se estender às demais empresas.

todos os sequestros ilegais de bens feitos pelas massas após a saída dos franceses. (*idem*, 181).

Esta passagem demonstra claramente que Ben Bella não foi, de modo algum, um defensor do processo de autogestão, mas sim, lutou para que os efeitos de sua extensão fossem minimizados e ficassem restritos à órbita do Estado. Por este motivo, a IS não conseguia admitir a postura de alguns pensadores libertários, em especial de Daniel Guérin, que colocava a postura de Ben Bella como sendo melhor que a de Boumedienne. Os situacionistas enxergavam essa visão de Guérin como uma aberração por parte deste pensador libertário, por acreditar que um governo fosse capaz de conduzir um processo que colocasse a autogestão como uma política séria de Estado. Esta visão se mostrou como uma grande incoerência, uma vez que um Estado, ao dar a liberdade de autogestão, está minando as suas bases sociais e decretando o seu próprio fim. E também, como pode um Estado que se diz socialista, não aceitar o direito das mulheres?

O que ocorreu na Argélia nada mais foi do que a instalação de um processo, de uma revolta de libertação nacional, em que os comandantes dos grupos de guerrilha se digladiaram, no final do processo, para saber quem assumiria o poder (na Argélia este processo não ocorreu, devido à unificação dos grupos na década de 1950 mas, em diversos outros países africanos, como na República Democrática do Congo e em Angola, eclodiram guerras civis que duraram décadas). Para a IS não havia nada menos socialista do que a instauração de um território “livre” enclausurado dentro de um mundo “aprisionado”.

Sejam quais forem as forças que neles tenham participado, e seja qual for o radicalismo das suas direções políticas, os movimentos de libertação nacional tiveram *sempre* como resultado o acesso das sociedades ex-colonizadas a *formas modernas de Estado* e a pretensões à modernidade na economia. (KHAYATI in *Internationale Situationniste* nº11, 501).

Só é possível falar em revolução e em socialismo quando estes são geridos pelos próprios trabalhadores e, a seu fim, não seja vislumbrado em exemplos como URSS ou China, uma vez que “*as revoluções russa e chinesa foram derrotadas por dentro. Hoje oferecem ao proletariado ocidental e aos povos do terceiro mundo um modelo falso que na verdade serve como apenas para contrabalançar o poder do capitalismo e do imperialismo burguês.*” (*Internationale Situationniste* nº10, 208).

O processo de autogestão ocorria de maneira espontânea na Argélia, e a IS reconhecia isso, mas admitia que, a partir do momento em que ela existesse na prática, seria preciso

avançar com a teoria revolucionária como meio de constituir uma política de derrubada do poder. A autogestão argelina não propunha uma ruptura com o Estado instituído, muito pelo contrário, ela buscava a sua formalização perante o Estado como meio de conseguir subsídios para continuar a produção e expandi-la, trazendo benefícios sociais e econômicos aos seus trabalhadores. Por este motivo, os situacionistas criam que coubesse aos trabalhadores, a partir deste processo de luta e de tomada de consciência, com o início da autogestão da produção, desmistificar o processo de construção do “socialismo argelino” e partir para uma produção teórica revolucionária que conseguisse fomentar a luta de classes e instaurar um processo revolucionário.

A espantosa aceleração da desmistificação prática deve agora servir para acelerar a teoria revolucionária. A mesma sociedade de alienação, de controle totalitário (aqui predomina o sociólogo, lá a polícia), e de consumo espetacular (aqui automóveis e bugigangas, lá as palavras do líder venerado) reina por toda a parte, a despeito da diversidade dos seus disfarces ideológicos e jurídicos. A coerência desta sociedade não pode ser entendida sem uma crítica abrangente, iluminada pelo projeto inverso de uma criatividade liberada, o projeto de controle de todos sobre todos os níveis de sua própria história. (*Internationale Situationniste* nº10; 208).

Apesar de não terem ainda esta prerrogativa revolucionária, os trabalhadores viam, no setor autogerido, a saída para a reconstrução da Argélia, declarando, após os ataques de Ben Bella e Boumedienne, que a autogestão era uma questão indiscutível na sociedade argelina. Apesar destas prerrogativas, Boumedienne começou um processo de estatização das empresas autogeridas, integrado-as a um complexo nacional que ficou sobre o controle de um ministério específico, fazendo com que, no início da década de 1970, o controle autogestionário da produção tivesse sido eliminado.

O golpe de Boumedienne em Ben Bella, em 9 de julho de 1965, foi visto pela IS como o período real da existência de um levante revolucionário na Argélia, uma vez que, as posturas mais abertamente antidemocráticas do golpista abririam brechas na, ainda nascente, sociedade argelina. Este era o momento de expandir o conceito de autogestão e generalizá-lo, não aplicando somente nas indústrias, mas expandindo também para a sociedade, pois era somente esta forma que os situacionistas viam como uma possibilidade revolucionária. A generalização da autogestão tinha de ser vista a partir da perspectiva de quebra dos valores burgueses da vida cotidiana, de construção de outra lógica de vida, de contestação da religião (a IS via no regime de Boumedienne uma incongruência grande, o fato de proclamar um socialismo islâmico, uma vez que, os situacionistas compreendiam os dois sistemas como

antagônicos, uma vez que, o socialismo era a libertação total do homem e o islamismo, o seu aprisionamento).

Ao exigirem não apenas a defesa, mas a extensão da autogestão, a *dissolução de qualquer actividade especializada que não decorra da autogestão*, os revolucionários argelinos podem mostrar que esta defesa não é só da responsabilidade dos trabalhadores do setor *provisoriamente autogerido*, mas sim de todos os trabalhadores, enquanto único meio de libertação definitiva. Mostram assim que lutam por uma libertação geral e não pela sua própria dominação futura como especialistas da revolução; que a vitória do “seu partido” deverá ser igualmente ser o seu fim enquanto partido. (*Internationale Situationniste* nº10, 186).

A grande contribuição da IS para se pensar a questão argelina foi observar que eles buscavam enxergar para além de uma autogestão do meios de produção, procuravam teorizar em cima da experiência argelina para contribuir com uma luta de caráter mais amplo dos demais países coloniais. A certeza deles de que a sua contribuição ajudaria no desenvolvimento de uma teoria revolucionária por parte do proletariado foi o principal gancho pelo qual se pautaram as discussões relativas à questão argelina.

Apesar desta contribuição realizada pelos situacionistas para a discussão do processo de autogestão na Argélia, ela remeteu a uma questão muito mais profunda. Qual foi realmente o impacto das questões levantadas pela IS no seio dos trabalhadores e da população argelina? Este é um problema que nos atinge em cheio, mas que não é possível obter uma resposta satisfatória a respeito. Isso ocorre porque não há a possibilidade de se conseguir uma fonte ou outro elemento que remeta à influência desses textos no território argelino. Isto leva a outro ponto que é saber qual a base de informações e de difusão dos situacionistas sobre e na Argélia. Apesar de ter a informação que quem escreveu o texto foi um tunisiano, Mustafá Kayathi, este está fixado na França. Apesar de conhecer os desmandos de um país imperialista como a França nas colônias, não se sabe se ele, ao escrever o texto, vivenciou realmente o processo de autogestão destes trabalhadores argelinos, o que pode implicar em erros de informação e até mesmo de autoglorificação de um fato que não se demonstra como tal.

## 2.5 – O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Os situacionistas, durante todo o período em que existiram como grupo, sempre tiveram a necessidade de discutir a importância da organização para o desenvolvimento de um processo revolucionário. O objetivo da IS, com isso, era demonstrar como a sua própria

organização era uma visão acabada da mais refinada espécie de organização capaz de contribuir para o desenvolvimento do operariado revolucionário.

Analisar a visão sobre a organização, partindo somente do pressuposto definido pela IS para as suas ações, seria incorrer num erro de tentar não visualizar as possíveis incorreções que eles próprios cometeram sobre a sua própria história e sobre a sua função na luta de classes.

Por este motivo a análise tentou perceber como o conceito de intelectual, aliado à concepção de partido em Gramsci, ajuda a observar os meandros da visão situacionista sobre a organização.

Uma das principais críticas, que possa ser realizada a esta escolha da concepção de partido, é o fato dos próprios situacionistas recusarem a alcunha de partido e do papel deste. Gramsci compreendia o partido como sendo o moderno príncipe, o elemento basilar da construção da sociedade sem classes. O partido, para os situacionistas, sempre se comportou como uma instituição contrarrevolucionária, capaz de acabar com qualquer percurso de mudança radical da sociedade, uma vez que a IS enxergava, na atuação do partido, a visão da construção de uma “cultura” burocrática, pois, como a conquista do Estado é o seu principal objetivo alcançado e não a sua destruição, aí consistia para a IS a sua ambiguidade do partido.

No capítulo, já foi trabalhada a relação entre os conselhos operários e o partido na visão de Gramsci. Para Gramsci, não ocorre a visão dicotômica entre conselhos operários e partido, como a IS sustentava. Para ele, essa relação não era uma simples equação de adição ou subtração, mas sim, uma equação complexa, na qual as variáveis eram muitas e, em geral, deveria permanecer a coexistência entre essas duas instituições da classe operária.

Foi a partir desta questão que remetia a crítica que os situacionistas realizaram em relação a esta visão de Gramsci. A IS não conseguia enxergar, em Gramsci, um real defensor dos conselhos operários. Para os situacionistas, Gramsci era, na verdade, um “lapidador” das ideias de Lênin, que só conseguia conceber os conselhos operários como um organismo econômico e não como o embrião de uma futura sociedade, pois este papel cabia ao partido através da formação dirigida ao trabalhador. Os situacionistas enxergavam a visão de Gramsci da seguinte maneira: conselhos operários (poder econômico), partido (poder social) e Estado (poder político). Apesar destas críticas, a IS via como positivo a defesa que a ala de

Gramsci do Partido Socialista realizou dos conselhos operários no período das ocupações de fábrica em Turim, até mesmo indo contra as deliberações centrais do Partido Socialista.

A análise dos escritos de Gramsci foi pautada por um duplo viés: o primeiro que se remeteu aos próprios escritos do autor e, o segundo, baseado nas leituras de suas obras realizadas por autores posteriores, que buscaram compreender e sintetizar o seu pensamento, bem como, aplicá-lo a configurações mundiais.

A reflexão de Antonio Gramsci sobre o papel e a história dos intelectuais foi, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes contribuições existentes, sobretudo por dois motivos principais: 1) por fazer uma análise histórica do papel do intelectual, sobretudo a sua função no desenvolvimento da Itália (no entanto, não ficou restrita a essa, fez pequenas análises de países como França e Alemanha); 2) pela sua análise “metodológica” realizada no caderno 12, que serviu de parâmetros para o desenvolvimento de posteriores estudos sobre o papel dos intelectuais.

A primeira contribuição foi, sobretudo, fruto da sua análise realizada antes do cárcere no seu escrito intitulado *A questão meridional* de 1926, que, posteriormente, expandiu-se para análise extra-italiana que foi desenvolvida em algumas notas dos cadernos miscelâneos. Este artigo teve como ponto central de análise, a visão comumente reforçada pela parte setentrional da Itália (industrial e desenvolvida) com a parte meridional definida como responsável pelo atraso do desenvolvimento italiano, uma vez que

(...) os sulistas são seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural; se o sul é atrasado, a culpa não é do sistema capitalista ou de qualquer outra causa histórica, mas da natureza, que fez os sulistas poltrões, incapazes, criminosos (...) (GRAMSCI, 2004, 409).

No entanto, o autor deixou claro que, a parte setentrional necessitava, para o seu desenvolvimento, que a parte meridional continuasse ocupando essa função, por ser uma produtora de matérias primas e alimentos e também como meio de uma não propagação das ideias comunistas.

Gramsci, ao realizar esta denúncia, demonstrou todo o contraponto realizado pelo movimento dos conselhos de Turim para desmitificar esta ideologia burguesa que, nada mais fez, do que separar uma divisão entre os proletários do norte e os camponeses do Sul. Foi destacado ainda, o papel importante que os camponeses teriam em uma revolução proletária,

uma vez que, a parte sul poderia ser um ponto de partida para o restabelecimento do capitalismo na Itália a partir do capital agrário.

O autor caracterizou a sociedade meridional como “um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; e os grandes proprietários e os grandes intelectuais.” (GRAMSCI, 2004, 423).

Para demonstrar como a estrutura agrária ainda era mantida na parte meridional, Gramsci fez a sua primeira análise a respeito do papel dos intelectuais enquanto portadores e asseguradores de uma determinada ordem social, demonstrando como a estrutura capitalista tinha modificado o tipo tradicional de intelectual para o tipo moderno, baseado na técnica e na indústria, mas que esta nova dinâmica do intelectual ainda não tinha se estabelecido na parte meridional.

Isto ocorria porque os intelectuais tradicionais, pertencentes aos estratos médios da sociedade, possuíam, na parte meridional da Itália, uma importância sem precedentes, uma vez que, estes eram os responsáveis por fazerem a ligação dos camponeses com os senhores rurais, sendo que, aqueles não possuíam qualquer tipo organização de massas e as suas movimentações dependiam dos intelectuais. Isto foi demonstrado por Gramsci no Caderno 12, quando afirmou

(...) que a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus intelectuais “orgânicos” e não “assimila” nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa. (GRAMSCI, 2006, 16)

O papel dos camponeses de não possuírem uma camada de intelectuais pode ser explicado pelo fato de eles não se aceitarem enquanto pertencentes a essa classe ao almejarem uma posição ascendente para um dos seus descendentes para que a família não pudesse ser vista mais, como uma realizadora de trabalho manual.

Gramsci destacou ainda outro grupo de intelectuais tradicionais da parte meridional, mas que teve uma função diferente e mais importante daquela que foi reservada aos estratos médios, colocando este grupo como o responsável por impedir que o bloco agrário do sul se

esfacelasse e fazendo com que os intelectuais radicais que surgissem não encontrassem espaço para o seu desenvolvimento naquela região. A figura de destaque destes intelectuais foi Benedetto Croce, que segundo Gramsci

Cumpriu uma altíssima função “nacional”: separou os intelectuais radicais do Sul das massas camponesas, levou-os a participarem da cultura nacional e européia e, através desta cultura, fez com que fossem absorvidos pela burguesia nacional e, portanto pelo bloco agrário. (GRAMSCI, 2004, 431)

O último ponto abordado neste artigo e aquele que trouxe a maior polêmica, foi a relação do papel dos intelectuais perante a classe operária. Gramsci afirmou que dentre os grupos sociais, os intelectuais foram os que se desenvolveram mais lentamente, por trazerem em si, a tradição e cultura de um povo e que, desta maneira, para romper este elemento foi uma situação difícil, mas que, no entanto, precisava ser feita, sobretudo pelo fato de que o proletariado

Como classe, é pobre de elementos organizativos; não tem e não pode formar um estrato próprio de elementos organizativos; não tem e não pode formar um estrato próprio de intelectuais a não ser muito lentamente, de modo muito trabalhoso e só depois da conquista do poder estatal. Mas é também importante e útil que, na massa dos intelectuais, ocorra uma fratura de caráter orgânico, historicamente caracterizada; ou seja, que se crie, como formação de uma massa, uma tendência de esquerda, no significado moderno da palavra, isto é, uma tendência orientada para o proletariado revolucionário. (GRAMSCI, 2004, 434)

Para Togliatti (1980), este posicionamento de Gramsci nada mais era do que o desenvolvimento das suas posições leninistas a respeito do papel do intelectual enquanto fundamental para desabrochar a consciência revolucionária nas massas operárias.

No entanto, foi nos seus escritos do cárcere, em especial no caderno 12, que Gramsci desenvolveu seus estudos que Buci-Glucksmann (1990) classificou de metodológicos, uma vez que, eles estavam preocupados em entender, mais globalmente, o papel do intelectual com a sociedade capitalista e não mais, como um estudo de caso como em *A questão meridional*.

A preocupação principal de Gramsci neste escrito foi, fundamentalmente, compreender o papel do intelectual enquanto mantenedor/transformador da ordem social vigente. Para isso, ele retornou ao novo papel (entenda-se o de técnico) que o intelectual iria assumir na sociedade capitalista.

Uma questão que norteou boa parte do texto foi tentar compreender se os intelectuais constituíam um grupo autônomo e independente dos outros grupos sociais. Esta indagação se

tornou importante principalmente, como afirmou o autor, pelo fato dos intelectuais tradicionais se portarem enquanto um grupo autônomo e sem ligação com as classes sociais dominantes. Para responder esta questão, Gramsci parte para a análise da categoria que melhor traduzia o papel do intelectual no capitalismo, o intelectual orgânico, que nada mais era do que “(...) uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...)” (GRAMSCI, 2006, 15).

Este novo intelectual era aquele que era capaz de aliar a sua função técnica, em geral como colocou o autor, a uma especialização decorrente do processo de surgimento da nova classe. A sua função de dirigente era, para Gramsci, a principal função desse intelectual moderno.

Coutinho (2007) colocou o fato de que, muito comumente, os intelectuais orgânicos eram compreendidos como essencialmente revolucionários. Os intelectuais orgânicos existiam tanto na burguesia quanto no proletariado – as chamadas classes essenciais – e eram responsáveis pelo desenvolvimento de uma ação política e cultural de natureza hegemônica.

Gramsci levantou ainda outro ponto fundamental que foi a discussão do que era comumente compreendido como o intelectual. Para ele, ocorreu um erro ao se colocar somente como os praticantes dos “mundos das ideias” como sendo intelectuais, isso ocorreu, sobretudo pelo motivo de que a “distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.” (GRAMSCI, 2006, 18). É com esta constatação que ele partiu para a ampliação do conceito de intelectual. Esta ampliação ocorreu porque ele percebeu que todo o trabalho, até mesmo o mais degradante, possuía um mínimo de atividade intelectual, fazendo com que ele afirmasse que todo homem era intelectual, mas que, nem todos os homens desempenhavam o papel de intelectuais enquanto função especializada.

Uma das características destacadas do intelectual enquanto agente especializado se encontrava no fato de ele servir como um sustento ideológico das classes, tornando-se assim, o responsável pelas conquistas dos intelectuais tradicionais, como demonstrou Gramsci.

Neste ponto, entra uma das principais preocupações do autor no que se refere à função do intelectual orgânico: a de organizador, de dirigente (especialista mais político), de

educador. Foi assim o partido – o moderno príncipe como colocado por Gramsci, no caso do Partido Comunista - assumiu uma função intelectual sem precedentes no que diz respeito ao seu papel perante o proletariado. Foram colocados dois pontos em relação ao intelectual e ao partido:

1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva (...); 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo dominante, e intelectuais tradicionais”. (GRAMSCI, 2006, 24)

Assim, todos os membros de um partido, uma vez que ele assumisse essa função dirigente, eram intelectuais, mas cada um tinha uma função intelectual distinta na estrutura do partido.

Togliatti (1980), a partir das afirmações de Gramsci sobre o papel do partido (que eram derivações claras da adequação da teoria do partido de vanguarda de Lênin, como Togliatti deixou claro a todo o momento no texto, mas adaptadas à realidade italiana) classificou-o como um “intelectual coletivo” (o partido da classe operária), ou seja, ele tinha as mesmas funções de um intelectual individual, porém com um peso muito maior, pois ele era o responsável pela organização da classe ao seu redor.

As duas principais funções do “intelectual coletivo” foram colocadas por Coutinho (2007) e se referiam a: organizar e exprimir uma vontade coletiva nacional-popular que não fosse nacionalista; e planejar uma reforma intelectual e moral das massas.

A criação de uma vontade coletiva nacional-popular, que, para Coutinho, era a tarefa central do partido, se deu pelo fato de ter de se criar, junto com as massas, uma organização a nível nacional que levasse em conta as necessidades históricas do período e de dado local, mas que não estivesse alheia às lutas internacionalistas, muito pelo contrário, a partir dessa vontade impulsionasse os aspectos internacionalistas das lutas sociais. No entanto, era preciso que essa vontade coletiva nacional-popular incorporasse os sentimentos e as considerações das massas, pois somente assim, seria possível alcançá-la.

A reforma intelectual e moral das massas estava ligada estreitamente com a criação de uma vontade coletiva nacional-popular. Esta reforma se referia justamente à briga no terreno cultural e não somente social e político, na luta contra a ideologia dominante. Caberia ao “intelectual coletivo” promover essa reforma, uma vez que, ela buscava criar uma nova cultura que viesse a possibilitar o combate à hegemonia e à instalação do “autogoverno dos produtores associados”.

Visando estes elementos da reforma intelectual e moral, Gramsci (2006) adentrou no papel da escola, instituição que para ele se tornou a principal formadora de intelectuais especializados devido às necessidades da civilização moderna. Porém, esta não era capaz de dar uma formação integral e de base humanística ao aluno, ficando muitas das vezes presa somente ao aspecto técnico, além do que, era a responsável pela formação do grupo dirigente da classe dominante. Contrapondo a esta escola, ele lançou a proposta da

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-à a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 2006, 33-34)

Ele denominou este seu modelo educacional de escola unitária, uma vez que ela não teria somente a função de uma escola humanística tradicional, mas também seria responsável por inserir o jovem na atividade social e fazer com que ele desenvolvesse uma atividade intelectual prática e autônoma.

Ainda em relação à abordagem gramsciana do papel do intelectual, Buci-Blucksmann (1990) fez um percurso diferente de Coutinho (2007) e Beired (1998), uma vez que, não priorizou o caderno 12, mas sim, o artigo *a questão meridional* e os denominados cadernos miscelâneos em que a análise do papel histórico do intelectual estava mais praticamente demonstrada. Essa preferência foi decorrente da análise que a autora pretendia fazer, que era a de mostrar o nascimento do conceito de hegemonia a partir das análises dos intelectuais.

Através destas análises, realizadas através de Gramsci e seus intérpretes, foi possível observar que, para ele, os intelectuais não se constituíam enquanto uma classe específica, mas sim, que desempenhavam um papel de direção e organização das classes essenciais.

A partir das análises de Gramsci em relação aos intelectuais, pode-se ver que a atuação realizada pelos situacionistas, como até aqui foi demonstrada, encaixava perfeitamente no processo descrito por Gramsci.

O primeiro item que saltou aos olhos foi o fato dos próprios situacionistas não pertencerem ao que se denominava classicamente como sendo o operariado moderno<sup>56</sup> e, mesmo assim, colocarem-se como apoiadores integrais desta classe para ajudá-la no desenvolvimento das suas características revolucionárias. Este objetivo ficou claro em diversos textos da IS, em que era possível ver, da forma mais crua, a idealização que os situacionistas realizaram da sua própria organização. Não quer dizer que, pelo fato dos situacionistas não serem operários, eles não pudessem demonstrar o seu apoio ou ajudar o proletariado em suas ações, mas o problema ocorreu quando este pequeno grupo de pessoas tendeu a se tornar um grupo exclusivo sem a presença de operários.

Este problema é central, pois remete a críticas realizadas pelos situacionistas a diversas outras organizações que, para eles, expressavam o que eles denominavam de separação, que nada mais era do que a existência, em separada, da organização política e econômica do operariado. Os situacionistas apontavam estes problemas durante a Revolução alemã<sup>57</sup> e a Guerra Civil Espanhola. Para os situacionistas era necessário realizar a crítica desta separação, demonstrar como, durante um período revolucionário, a existência de organizações econômicas e políticas do operariado, em separado, era a decretação do fim da própria experiência revolucionária, pois isso era, na verdade, a própria separação imposta pelo capital e que estava sendo repetido por esses trabalhadores no seu período de construção de uma nova sociedade.

Porém, os situacionistas sempre se autoelogiavam por ser uma organização que possuía um número extremamente reduzido de militantes. Na sua visão, este reduzido número de militantes era importante, pois assim, poderia ser fiscalizada integralmente a atuação destes membros em relação aos pressupostos situacionistas, além de manterem a estrutura descentralizada e não hierárquica no interior do movimento. Contudo, o que se observou foi que, ao escolherem este tipo de organização, os situacionistas entraram em contradição com

---

<sup>56</sup> A maioria dos membros da Internacional Situacionista é oriunda de estratos mais abastados da sociedade. Um exemplo é o de Guy Debord que vem de uma família aristocrática e é o principal desenvolvedor das ideias situacionistas, inclusive se valendo da herança deixada pela família para se sustentar e não precisar trabalhar, como é relatado por Lefebvre (2008).

<sup>57</sup> Ver item 1.2 capítulo 3.

as críticas que realizaram sobre outras organizações em épocas revolucionárias, como citada acima. Isto decorreu principalmente porque, quando se abriu uma época revolucionária, como o Maio de 1968, os situacionistas não procuraram se integrar a nenhuma organização econômica ou política do operariado naquele período. Apesar da sua participação no Conselho de Manutenção das Ocupações, esta organização, de maneira nenhuma, representava a criação de uma organização unitária e tinha somente a repetir a separação expressa em outras organizações criticadas pelos situacionistas.

A própria dissolução da IS, em 1972, demonstrava claramente o impasse pelo qual a organização passou após os eventos de 1968. Estes eventos, associados ao escândalo de Estrasburgo, trouxeram uma repercussão nacional e internacional extremamente grande para os situacionistas, pois eles deixaram de ser um grupo marginal e desconhecido para se tornar “exemplos” de contestadores bem sucedidos. Isto fez com que muitas pessoas passassem a se dizerem membros da IS e agirem em nome da organização. Com isso, os situacionistas começaram a perder o controle sobre a sua forma de ação, pois ações que não eram autorizadas e até mesmo se faziam contra os princípios da IS eram atribuídas a elas.

Isto ficou claro no livro pós-situacionista de Sanguinetti em que ele declarou que o governo italiano culpava a IS pela onda de atentados terroristas perpetrados pela extrema-esquerda italiana no início dos anos de 1970, na Itália.

Tanto é que, a dissolução da IS foi vista como a solução ideal para por fim a essa série de falsas ações perpetradas por falsos membros situacionistas e que começavam a ficar fora de comando. Outro fato que ajudou na dissolução foi a série de expulsões e desligamentos que ocorreu na IS após o Maio, levando à absurda situação de, em 1972, a IS contar com apenas dois membros em suas fileiras, Guy Debord e Gianfranco Sanguinetti (e este nem se encontrava mais na França, pois havia sido expulso pelo governo francês). Esses problemas internos da IS eram decorrentes da grande projeção alcançada e introjetada pelos situacionistas, a ponto de afirmarem no texto *Teses sobre a Internacional Situacionista e o seu tempo*<sup>58</sup>

*El movimiento de las ocupaciones ha sido el esbozo de una revolución situacionista, pero no ha pasado de ser el esbozo de una*

---

<sup>58</sup> Este é o texto de dissolução da Internacional Situacionista, publicado originalmente em 1972, em que Guy Debord e Gianfranco Sanguinetti procuraram analisar como a IS se portou e sobretudo, qual a sua influência para a História.

*revolución y de la consciencia situacionista de la historia. Fue en ese momento cuando una generación, internacionalmente, ha comenzado a ser situacionista. (INTERNACIONAL SITUACIONISTA, 1977, 73)*

Esta passagem demonstra claramente a megalomania dos situacionistas em afirmar que o Maio nada mais era que a sua revolução, mas eles foram além. A sua prerrogativa, nem um pouco narcisista, ou seja, de autoglorificação, foi de demonstrar que a IS não tinha mais a necessidade de existir enquanto uma organização separada, pois as ações que ocorreram, desde 1968, demonstraram que ela já existia efetivamente em todos os lugares, expressos desde as manifestações, até nas palavras de ordem dos trabalhadores, por isso agora, a sua dissolução. É curioso perceber que, quando efetivamente poderiam ter conduzido esse processo de forma real e não artificial, como em 1972, os situacionistas não o fizeram e, ainda assim, preferiram continuar como uma organização separada.

Este posicionamento situacionista trouxe outro problema. De certa forma, os situacionistas reproduziram na prática a mesma forma de ação dos bolcheviques em 1905 e 1917, ao enxergarem o partido como um instrumento de guia do operariado. Apesar de, nas palavras, os situacionistas nunca concordarem com essas ações, eles a reproduziram em menor escala na prática, ao se manterem enquanto uma organização em separado do operariado.

E é aqui que se considera que os situacionistas encaravam o papel de intelectual como demonstrado por Gramsci, de ser, em um grau muito maior, organizador e, em menor grau, dirigente do operariado. A este respeito, todas as situações elencadas acima, demonstram claramente este posicionamento situacionista, apesar de não negarem nunca – diferentemente de Lênin – que a emancipação do proletariado só poderia ser feita por ele próprio e não por organizações que se passassem por seus representantes e reprodutores de uma visão de vanguarda.

A principal função demonstrada pelos situacionistas para uma organização revolucionária foi ser a mediação entre a teoria e a prática do movimento revolucionário. Essa ideia está presente em quase todos os textos em que a IS discutiu o papel dessas organizações. Em um desses textos, essa visão foi assim explicitada

A organização revolucionária é essa mediação necessária entre a teoria e a prática, entre o homem e a história, entre a massa dos trabalhadores e o proletariado *constituído* em classe. [...] Uma organização dessas deve priorizar a crítica radical de tudo aquilo que fundamenta a sociedade que ela

combate, a saber: a produção mercantil, a *ideologia* sob todas as máscaras, o Estado e as separações que ele impõe. (IS, 2002, 54).

Para a IS o encontro entre a teoria e a prática só poderia ocorrer quando uma situação revolucionária aportasse no horizonte da sociedade. Nos momentos de “refluxo” desta situação revolucionária, o que havia de ser realizado era o que os situacionistas chamavam de “a teoria da prática”, que nada mais era do que a necessidade de se pensar as características sociais da época em que se vive, com o intuito de contribuir para a desmistificação da pretensa harmonia social instaurada pelo capital.

Era esta a principal função que os situacionistas enxergavam para si na Europa até 1968, porque claramente, até aquele ano, prevalecia na Europa, sobretudo na França, uma atitude de satisfação do operariado para com o poder estabelecido, que era possível a partir das políticas implementadas pelo Estado de bem-estar social<sup>59</sup>. Tanto esse operariado encontrava-se em um estado de pretensa “graça social”, que foi necessário à revolução começar com os estudantes para depois se generalizar para toda a sociedade, inclusive tendo a adesão maciça dos trabalhadores que realizaram a maior greve geral da história da França.

Foi por este motivo que, neste refluxo das lutas, os situacionistas priorizaram a produção de escritos<sup>60</sup> que pretendiam expressar a sua visão sobre os principais assuntos que representavam, para eles, as pautas do movimento revolucionário. Por isso, foi justamente neste período que os textos das *rIS* passaram a ter análises históricas e sociais mais contundentes e também ocorreu a necessidade de se investir em livros teóricos para ajudarem neste desenvolvimento, como foi o caso dos livros de Debord e Vaneigem.

Os situacionistas só partiram para a “prática da teoria” quando acreditaram que o movimento revolucionário aportava no horizonte da História, tentado colocar em prática as suas formulações teóricas refletivas até naquele momento. É neste ponto novamente que se percebe a função intelectual dos situacionistas, ao tentar demonstrar que as ações daquele período nada mais eram que as tentativas históricas de se romper as amarras do *espetáculo* e de se criar uma nova e lúdica sociedade.

---

<sup>59</sup> A discussão sobre o Estado de bem-estar social foi realizada no terceiro tópico do primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>60</sup> Tanto é que entre 1962 e 1967, ou seja, logo após a transformação dos situacionistas de um grupo artístico para um grupo de pretensões políticas este foco passa a ser central, resultando em um certo “desaparecimento” público da IS durante este período.

As formulações teóricas apresentadas no decorrer deste capítulo são importantes porque demonstram como os situacionistas se constituíram enquanto um grupo capaz de ter um relativo peso nas discussões sobre o papel da Revolução e como essa constituição das idéias, formadas a partir de contraponto com outras posições, foi fundamental para a marcação do território de atuação teórica e prática dos situacionistas, uma vez que, eles não pretendiam ser colocados no grupo denominado genericamente de esquerda.

Essas discussões também são importantes, pois ajudarão a perceber, no decorrer do próximo capítulo, como a Internacional Situacionista, ao atuar ativamente nos movimentos sociais, o fez com o intuito de explicar e, em alguns casos, impor a sua visão sobre as outras, procurando combater visões que considerava burocráticas e contrarrevolucionárias e defender o que entendia ser, genuinamente, o organismo revolucionário dos trabalhadores, os conselhos operários.

## CAPÍTULO III – A PRÁXIS SITUACIONISTA

As análises realizadas permitiram formar um bom campo de ideias para trazer, de uma forma mais elaborada, as discussões neste capítulo. O foco neste último capítulo será perceber como os situacionistas desenvolveram o seu pensamento em consonância com a sua prática, no período em que a Europa começava a passar pelas principais manifestações sociais desde o final da Segunda Guerra Mundial.

### 3.1 – A INFLUÊNCIA DE MARX E DOS MARXISMOS NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SITUACIONISTA

Pensar na reinterpretação dada pelos situacionistas da obra de Marx é analisar como eles pensaram e utilizaram os conceitos produzidos por Marx para produzirem os seus próprios conceitos e compreenderem quais as consequências que atingiram o mundo após a morte de Marx. O foco foi baseado nas mudanças ocorridas na Europa, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, com a sua política do Estado de bem-estar social.

A vinculação da IS com o marxismo já foi alvo de diversos estudos e abordagens, em que, estudiosos do assunto procuraram observar como ocorria as construções teóricas situacionistas. No entanto, no início, tentou-se fazer uma negação da ligação entre os escritos situacionistas e o marxismo, em muito baseado, nesta afirmação da IS publicada no seu texto *Questionário (Internationale Situationniste* nº9, 148): “10. Vocês são marxistas? Bem entendido que, Marx disse: ‘eu não sou marxista<sup>61</sup>’.”. Negar que os situacionistas desenvolvessem uma maneira própria de realizar uma leitura dos textos de Marx e de outros marxistas (como Lukács, por exemplo), seria negar a própria base de todos os escritos situacionistas e a própria noção de revolução que os situacionistas se utilizaram e aprofundaram baseados nas revoluções operárias do século XX e também na realidade histórica do seu período. Esta afirmação realizada pelos situacionistas, de que não seriam marxistas, foi muito mais uma forma de tentar não serem comparados com outros grupos que se remetiam à herança marxista, em especial o Partido Comunista Francês e os novos grupos maoistas que inspiravam a juventude francesa naquele momento. No entanto, como será demonstrado no decorrer deste capítulo, os situacionistas fazem nada mais nada menos que

---

<sup>61</sup> Esta afirmação é escrita por Engels em uma carta a Conrad Smith em 1890, em que diz que Marx costumava usar esta expressão a se referir aos pretensos “marxistas” franceses na década de 1870.

procurar realizar uma análise marxista sobre o seu período histórico, apesar de alguns sobressaltos e exageros (como na questão do espetáculo) cometidos por este grupo.

Um ponto interessante a ser destacado foi perceber, neste primeiro momento, como distintos autores procuraram interpretar o tipo de leitura marxista e quais os principais elementos da obra de Marx que foram utilizados pelos situacionistas na construção de seus conceitos e de suas análises. Para este processo desta questão, foram escolhidos três autores (Alberto Mourelo, Richard Gombin e Celso Frederico) que procuraram observar de que maneira a IS procurou assimilar o marxismo. O comum nas três análises foi que elas se pautavam em uma visão de ligação dos situacionistas mais em relação a outros marxistas (como Lukács ou Henri Lefebvre) do que especificamente com Marx, apesar de a todo o momento fazerem a ligação entre eles.

A análise mais destoante de todas foi a de Celso Frederico<sup>62</sup> que procurou, a partir de uma análise sobre o espetáculo e sobre os pontos de contato de Debord com Lukács (que para Frederico era um marxista weberiano – definição de Merleau-Ponty para demonstrar a influência de Lukács nas análises marxistas após a década de 1920 – ou seja, a importância da reificação na crítica ao capitalismo), fazer um percurso das aspirações teóricas do que era o *espetáculo* para Debord e assim, avançar no sentido da construção do marxismo debordiano.

O ponto de maior destaque na análise de Frederico foi o seu estudo sobre a dialética na obra de Debord. O autor via a dialética debordiana ligada profundamente aos escritos do marxismo ocidental da década de 1920, especialmente Lukacs e Korsch. Frederico pontuou que a dialética seria a “história em movimento”, ou seja, a capacidade de revolucionar partindo do movimento da História, com suas lições e com seus aprendizados, sendo que “a dialética é a expressão teórica desse movimento e o proletariado seu sujeito consciente.” (FREDERICO e TEIXEIRA, 2010, 231).

Como será problematizado posteriormente, Celso Frederico também problematizou a questão entre a influência de Lênin e do leninismo e a busca da totalidade empreendida pela IS. Para ele, o fato dos situacionistas recusarem o leninismo e adentrarem-se na defesa dos conselhos operários, era pautada pela *crítica da separação* que esmiuçava o fato do leninismo se portar e ser uma esfera separada do proletariado, pois o seu objetivo não era lutar com o

---

<sup>62</sup> Apesar de o livro analisado ser escrito em conjunto entre Francisco Teixeira e Celso Frederico, refere-se sempre somente a este último, pois a ele coube a parte que foi analisada neste trabalho.

proletariado, mas sim representá-lo, uma vez que, somente as suas lutas não seriam capazes de construir uma outra sociedade.

As análises mais interessantes a respeito da ligação dos situacionistas com o marxismo e que não negaram em nenhum momento essa relação de práxis da IS e sempre apontaram que a formação de sua teoria crítica estava inteiramente ligada a uma atividade prática de mudança da sociedade capitalista foram realizadas por Alberto Mourelo e por Richard Gombin. O curioso é que essas duas análises se basearam em um mesmo conceito, o de esquerdismo, mas o interpretaram de maneira completamente distinta, ressaltando a diferença entre as propostas desses dois autores.

Partindo da obra mais antiga, a de Richard Gombin, este autor deixou claro o que entendia por esquerdismo, definindo-o como “essa fração do movimento operário que oferece, ou quer oferecer, uma alternativa radical ao marxismo-leninismo como teoria do movimento operário e da sua evolução” (GOMBIN, 1972, 20-21). Partindo desta definição, Gombin atribuiu a IS a perspectiva de oposição ao marxismo-leninismo partindo da noção da crítica da vida cotidiana<sup>63</sup>. Uma das principais contribuições deste autor foi fazer a análise partindo deste foco, os situacionistas, e tentar aprofundar uma questão que Debord deixou pouco clara, como já foi demonstrado na introdução e será novamente explorada neste capítulo, e que no decorrer do tempo será utilizada para deturpar os escritos de Debord e dos situacionistas, o conceito de espetáculo. Para tentar solucionar este problema, Gombin, baseado no livro *A Sociedade do Espetáculo* e nos outros textos situacionistas, procurou clarificar a noção de espetáculo e defini-la de maneira com que se preenchessem todos os possíveis problemas que este conceito pudesse trazer. Assim, ele o realizou

A degradação e a decomposição da vida cotidiana correspondem à transformação do capitalismo moderno. Nas sociedades de produção do século XIX (cuja racionalidade era a acumulação de capital), a mercadoria tinha-se tornado um fetiche na medida em que era considerada como figurando um produto (objeto), e não uma relação social. Nas sociedades modernas, em que o consumo é a última *ratio*, todas as relações humanas têm sido impregnadas da racionalidade do intercâmbio mercantil. É o motivo por que o vivido se afastou ainda mais numa representação: tudo aí é representação. É a este fenômeno que os situacionistas chamam espetáculo (a concepção de Lefebvre é mais neutra: o espetáculo moderno, para ele, deve-se simplesmente à atitude contemplativa dos seus participantes). O espetáculo instaura-se quando a mercadoria vem ocupar totalmente a vida

---

<sup>63</sup> A importância deste elemento para os situacionistas já foi observada na introdução e, sobretudo, no capítulo 2 ao ser discutida a ligação dos situacionistas e Henri Lefebvre.

social. É assim que, numa economia mercantil-espetacular, à produção alienada vem juntar-se o consumo alienado. O pária moderno, o proletário de Marx, não é já tanto o produtor separado do seu produto como o consumidor. O valor de troca das mercadorias acabou por dirigir o seu uso. O consumidor tornou-se consumidor de ilusões. (GOMBIN, 1972, 82)

Das leituras realizadas e dos textos lidos, esta definição foi a que mais se aproximou dos preceitos colocados pelos situacionistas, pois, em nenhum momento, Gombin procurou elevar o conceito de espetáculo a uma noção abstrata, mas sim, o trouxe para a sua base social que era a esfera da mercadoria e o modo como as relações sociais estavam pautadas por ela.

Porém, o enfoque que se quis demonstrar aqui foi como os situacionistas refizeram toda a releitura do movimento operário a partir dos seus conceitos e pressupostos como meio de se colocar como uma alternativa ao marxismo-leninismo como demonstrou Gombin. Esta posição ficou muito clara, especialmente, no capítulo *O proletariado como sujeito e como representação* do livro *A sociedade do espetáculo*. Ali Debord deixou claro o seu objetivo de reescrever a história do movimento operário. Foi neste capítulo que ele atacou algumas elaborações de Marx (como dizer que, pelo fato de Marx ter se pautado nas críticas ao capitalismo, no terreno do próprio pensamento dominante, como a economia política, isto constituiu um erro que afetou a própria crítica). Mas, em geral, foram os designados anarquistas e “marxistas”<sup>64</sup> que sofreram os maiores ataques, com o intuito de se rebaixar ou anular a sua herança e desenvolver uma nova visão, que teria como mote a importância exacerbada dos conselhos operários que seriam o contraponto fundamental contra o autoritarismo destas outras correntes. Pode-se ver esta visão de Debord nesta passagem:

A falha da teoria de Marx e a falha da luta revolucionária do proletariado de sua época. A classe operária não decretou a revolução permanente na Alemanha em 1848; a Comuna foi vencida no isolamento. Portanto, a teoria revolucionária ainda não atingira sua própria existência total. [...] Entretanto, essas formas históricas surgidas na luta são justamente o meio prático que faltava à teoria para que ela fosse verdadeira. São uma exigência da teoria, mas que não havia sido formulada teoricamente. O *soviete* não era uma descoberta da teoria. E a mais alta verdade teórica da Associação Internacional dos Trabalhadores era a sua própria existência prática. (DEBORD, 2006, 56 – 60)

Já, Alberto Mourelo (2003), partiu da mesma definição de *esquerdismo*, mas na conotação contrária a de Gombin, uma vez que, não aceitava a IS como sendo um grupo esquerdista, sendo que os situacionistas, na verdade, combatiam este tipo de prática entre grupos franceses do seu período. Mourelo refez a ligação da IS com Lukács, esta realizada

<sup>64</sup> Este termo é utilizado em aspas pelo próprio Debord.

também por Jappe(1999) e inúmeros outros autores, mostrando a ligação dos situacionistas com o desenvolvimentos da reificação no capitalismo.

Para Mourelo, o esquerdismo foi definido como uma cultura política florescida na Europa, no período do pós-Segunda Guerra Mundial, e que tinha como objetivo a revitalização do movimento operário de uma forma clássica e não tinha uma ligação direta com partidos ou movimentos institucionalizados. Estas duas últimas formas, em especial, foram o que, para o autor, foram responsáveis por fazerem a ligação entre os esquerdistas e a IS. Mas, o que talvez se mostrou equivocado foi o fato de Mourelo tentar dar uma roupagem nova a este termo. Ao afastar-se da análise clássica do termo *esquerdismo*, a que ficou famosa através do opúsculo de Lênin e, ao colocar este rótulo em grupos franceses – como *Arguments* e *Noir et Rouge* – ele retirou a essência da crítica radical que o *esquerdista* da década de 1920, como Anton Panekoek e Herman Gorter, realizou contra o rumo do desenvolvimento que a Revolução Russa começava a atingir, destacando o ponto da sobreposição do Partido Bolchevique sobre os conselhos operários.

Ao identificar o *esquerdismo* como um novo tipo de fazer política, associando-o, sobretudo com a revista *Arguments*<sup>65</sup>, ele deu um tom reformista às propostas originais e retirou toda e qualquer propulsão realmente revolucionária das propostas. Pois, como os situacionistas colocaram, a *Arguments* não deixou de ser uma revista oficial do sistema que tinha o intuito de se passar como uma revista revolucionária e crítica, então, para a IS, qualquer tipo de comparação se mostrava infundada ou já tendendo para uma negação.

O fato da não ligação da IS com outros grupos se deve muito mais pelo fato de eles propugnarem a tentativa de construção de uma nova forma de compreender a realidade, baseada na sua própria teoria e em Marx, como será demonstrado abaixo, do que se preocupar necessariamente na filiação teórica do grupo. A IS sempre demonstrou como a utilização de rótulos – como foi demonstrado com o termo marxismo – é um ponto que pode fazer a transformação de uma ideia política em ideologia, ou seja, falsa consciência. Isso ficou claro, quando os situacionistas abordaram o termo situacionismo. Eles não concordavam com a abordagem, pois na visão da IS a sua luta se transformaria em algo utilizado como meio de perpetuação da diferença social. Mas não era porque eles não gostavam do tema que efetivamente não se criou um situacionismo. Em particular, depois dos eventos do Maio de

---

<sup>65</sup> A revista já foi tratada brevemente no capítulo II.

1968 e, mais efetivamente, com a apropriação dos estudos situacionistas sobre o papel da mídia. Isso pode ser destacado no fato da IS criticar termos e práticas anarquistas e marxistas, mas, mesmo assim, utilizar-se de tais termos na constituição da sua práxis.

Vê-se este processo claramente em relação à opção dos situacionistas em favor e defesa dos conselhos operários como órgãos supremos da revolução, em contraposição a qualquer outro tipo de organização, como partidos e sindicatos. Para a IS, para uma revolução operária sair vitoriosa e suplantar de vez o modo de produção capitalista, ela deveria ter os conselhos operários na sua base, pois somente os trabalhadores poderiam guiar a sua revolução. A ideia dos conselhos operários, como portadores da revolução, foi desenvolvida de uma maneira mais aprofundada, pela corrente denominada de comunistas de conselho ou conselhistas. Esta corrente começou a se desenvolver, principalmente, entre os comunistas alemães e holandeses na década de 1920.

É difícil falar em um grupo homogêneo, existiram divergências como, por exemplo, a respeito do papel de que grupos de não operários deveriam atuar no meio operário, porém, a visão dos conselhos operários, como base da revolução, foi um denominador comum. Esta corrente começou a nascer a partir da inquietação de alguns setores mais a esquerda do Partido Comunista Alemão<sup>66</sup>, em especial, após a morte de Rosa Luxemburgo, com os rumos que o Partido tomava e como crítica ao processo de fortalecimento do Estado e do Partido Bolchevique em detrimento das organizações operárias e dos conselhos operários. Para estes militantes, o Partido não poderia, de forma nenhuma, sobrepujar as organizações operárias, pois ele serviria apenas como um elemento de apoio às demandas e às ações do proletariado, uma vez que, para os conselhistas, o partido era uma organização intelectual de apoio.

Os comunistas de conselho, em um primeiro momento, foram denominados de esquerdistas,<sup>67</sup> por Lênin, como acima foi visto. Travaram, desde o início, uma batalha contra o que denominavam uma tentativa de Lênin de exportar um modelo de organização e revolução para todo o mundo. A postura deste grupo ficou explícita no texto de Otto Rühle que expos como era compreendida a relação de Moscou com as outras regiões da Europa que estavam em processo revolucionário.

---

<sup>66</sup> A influência da corrente austro-marxista, nomeadamente, da sua ala a esquerda com Max Adler – que foi trabalhado no capítulo 1 – foi de fundamental importância na criação do comunismo de conselhos.

<sup>67</sup> É importante ressaltar que nem todos os esquerdistas se tornaram comunistas de conselho, mas todos os comunistas de conselho eram denominados esquerdistas.

*En cada país, la revolución toma su propia fisonomía. Crea sus propias formas. Desarrolla sus propias leyes.*

*Aunque se despliega como un asunto internacional, la revolución es, en primer lugar, un asunto que concierne a cada país, a cada pueblo en sí.*

*Por muy preciosas que sean las experiencias revolucionarias de Rusia para el proletariado de un país, por muy agradecido que esté por los consejos de su hermano y el apoyo de su vecino, la revolución misma es su asunto; debe ser autónomo em sus combates, libre en sus resoluciones, y no influenciado y estorbado en la evaluación y explotación de la situación revolucionaria.*

*¡La revolución rusa no es la revolución alemana, no es a revolución mundial! (RÜHLE, 2004, 148)*

Para Rühle e para seus companheiros de ação, a ingerência de Moscou demonstrava que os bolcheviques queriam, através do processo de homogeneização do processo revolucionário, em todo o mundo – especialmente na Europa ocidental –, expandir o tipo de partido (bolchevique) que tinha se saído vitorioso na Rússia. Porém, o grande problema que cercou esta perspectiva de Lênin e ao qual os conselhistas eram tão críticos, era o fato da revolução, na Europa Ocidental, não ocorrer nas mesmas condições que a Revolução Russa, não podendo, desta forma, ocorrer uma transposição mecânica das formas de luta de uma região para outra. Para os conselhistas, a III Internacional, ao ser tratada como um círculo de disseminação das práticas bolcheviques, acabou com a autonomia dos outros países em conduzirem suas revoluções. Herman Gorter enxergava como uma das grandes diferenças de que, em países como a Alemanha, não bastava uma crise para se criar um processo revolucionário como ocorreu na Rússia nos primeiros anos do século XX, era necessário ter todo um trabalho de base, de retomada da consciência revolucionária, baseado acima de tudo num trabalho de restaurar a energia revolucionária do proletariado, que havia sido sugada pelos sindicatos, pelo Partido Social Democrata e pela esperança de mudança através do regime constitucional (via parlamento). Gorter achava que este ponto só poderia ser resolvido através de instituições de base, como os conselhos operários, que seriam capazes de resgatar este potencial, a partir do momento em que os trabalhadores, ao se colocarem como os únicos detentores do seu destino, a História da revolução passaria a ser escrita. A presença de conselhos operários explodiu na Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial e o processo revolucionário alemão, de 1919 – 1920, foi primordialmente baseado nos conselhos operários, que serviram de inspiração para a construção desta corrente, uma vez que, ela se baseou na visão dos conselhos daquele período para formular a sua teoria.

Somou-se o processo de ainda o fato dos conselhistas não aceitarem algumas posições defendidas por Lênin, como por exemplo, o parlamentarismo<sup>68</sup> e o rumo que a revolução russa estava tomando fez com que aqueles passassem a fazer uma série de análises sobre o processo de revolução e seus limites e diferenças entre a Rússia e o Ocidente. E, o fator que mais pesava era a presença do Partido Bolchevique, enquanto organizador e condutor da Revolução. Para os conselhistas, isso fazia com que a Rússia caminhasse para uma situação em que o proletariado não teria efetivamente o poder, porque o que se pretendia alcançar lá, nas palavras de Gorter era uma “ditadura do partido – ou seja, de alguns chefes”, enquanto que, na Alemanha, o processo revolucionário, através dos conselhos e pela base, procurava criar “uma ditadura de classe – isto é, proletária”.

Este modo de encarar a Revolução dos comunistas de conselho era muito próximo do tipo de ação revolucionária que os situacionistas defendiam e tentavam por em prática, porém de uma forma muito menos contundente que os conselhistas, até mesmo porque, as diferenças de condições entre os períodos históricos destas duas correntes eram muito discrepantes. Como no período situacionista, o seu tempo pendia mais para o reformismo do que para uma revolução, como foi visto nas discussões do item 1.3 do primeiro capítulo.

É aqui que entra a importância da diferenciação entre as noções de ditadura do proletariado e os revolucionários que foram analisados no capítulo 1. Não foram somente concepções diferentes de ditadura do proletariado que foram expostas, eram, na verdade, diferentes formas de encarar o processo de construção de uma sociedade comunista, uma vez que, através dessas visões, foi possível perceber como ocorreu, em maior ou menor grau, o processo de centralização do poder durante a Revolução.

Foi inspirados, de certa forma, na ideia de Gorter colocada acima, que os situacionistas procuraram refazer a leitura do que venha a ser uma ditadura do proletariado, procurando fugir da conotação que acabou sendo difundida – a de Lênin e da União Soviética – e

---

<sup>68</sup> Para os conselhistas, a participação em eleições era uma forma de reforçar a mentalidade de uma transição pacífica ao comunismo, algo que nunca ocorreria e que, ao mesmo tempo, retirava as forças de ação de outros setores e não contribuía efetivamente para o caminhar da revolução proletária.

procurando dar uma nova roupagem a partir de elementos desenvolvidos por eles e também por outras correntes, como foi o caso dos comunistas de conselho<sup>69</sup>.

Partindo deste ponto, Debord fez uma releitura do termo de ditadura do proletariado. Para ele, a compreensão deveria partir do sentido descrito abaixo

A idéia mais revolucionária a respeito do urbanismo não é uma idéia urbanística, tecnológica ou estética. É a decisão de reconstruir integralmente o território de acordo com as necessidades do poder dos Conselhos de trabalhadores, da *ditadura anti-estatal* do proletariado, do diálogo executório. (DEBORD, 2006, 118)

Quando Debord refez o termo o intitulado de *ditadura anti-estatal do proletariado*, o fez com o objetivo de tentar apagar a visão, até aquele momento comumente aceita e difundida, de que ditadura do proletariado se referia a um processo de tomada de Estado e de constituição de um Estado de transição entre o capitalismo e o comunismo, denominado de socialismo.

Apesar de este termo aparecer em apenas duas passagens<sup>70</sup> ele remete a ideia global da Internacional Situacionista, uma vez que, ela traduzia a primazia das análises de Marx e Engels sobre a Comuna de Paris em detrimento dos primeiros textos dos fundadores do marxismo em que a conquista do Estado era dada como um objetivo a ser alcançado. Para os situacionistas, as condições a que foram alçados os operários em todo o mundo, desde a experiência da Comuna de Paris, trouxeram definitivamente a negação total da necessidade de realização de uma revolução burguesa, para depois, realizar-se uma revolução comunista.

Os situacionistas viam a defesa de uma ditadura do proletariado do tipo russo um retrocesso no processo de constituição de uma sociedade comunista, visto que, este tipo de processo de transição acarretava grandes problemas por não ter, em primeiro plano, as demandas do operariado e sim, as demandas do partido que, para os situacionistas eram encaradas em planos totalmente distintos. Isto porque, os situacionistas enxergavam o partido – no sentido leninista – como um grupo dirigente que tinha o objetivo de ser o condutor do

---

<sup>69</sup> Os comunistas de conselho foi uma corrente que surgiu na década de 1920, na Alemanha e na Holanda, e que defendia os conselhos operários como os organismos responsáveis pela revolução dos trabalhadores e pela constituição da nova sociedade a ser instituída.

<sup>70</sup> A outra passagem é no artigo *Preliminares sobre os conselhos e a organização conselhistas* de René Risiel (*Internationale Situationniste* nº12).

processo revolucionário, muita das vezes, deixando as organizações operárias e os próprios operários fora das decisões daquilo que seria uma sociedade comunista.

A existência de um período de transição como Lênin denominou em *O Estado e a Revolução*, chamando-o de socialismo, foi vista pelos situacionistas como uma prática inconcebível, pois o que se tinha ali não era a ditadura da classe, mas a ditadura de uma fração que se dizia representar a classe e que criava, na verdade, a estrutura de um Estado centralizador em vez de uma estrutura social baseada no poder dos conselhos operários. Além disso, avançar no combate ao Estado, fosse ele de qual tipo fosse, socialista ou capitalistas, era para a IS uma das suas principais funções. Isto porque, os situacionistas enxergavam que o proletariado não necessitava mais de organizações que tomassem decisões por eles próprios, porque as suas experiências, desde a Comuna, passando pelas revoluções do século XX demonstraram o alto poder de auto-organização, sendo assim que o Estado e o partido se colocavam como itens dispensáveis no processo de transição para uma sociedade comunista. Raoul Vaneigem expôs a posição da IS da seguinte maneira

*El proletariado ha demostrado ya que se puede responder a la complejidad opresiva de los Estados capitalistas y "socialistas" con la sencillez de la organización ejercida directamente por todos y para todos. En nuestra época no se plantean cuestiones de supervivencia más que con la condición de no resolverlas nunca; con el proyecto de los consejos obreros, por el contrario, los problemas de la historia por vivir se plantean claramente a la vez como positividad y como negatividad; es decir, como elemento básico de una sociedad unitaria industrial y como anti-Estado. (Internationale Situationniste n°12, pg 603).*

A superação destas formas de Estado e da luta anti-Estatal que as lutas operárias tomaram foi demonstrada claramente na formação dos conselhos operários nestas lutas, partindo de ações que procuravam trazer para o cerne da questão a autonomia do operariado frente à opressão das necessidades do capital contra as necessidades reais.

A IS procurou construir essa sua visão sobre o Estado levando em consideração os escritos de Marx sobre a Comuna de Paris, pois era ali que ele avança para questões além da estatização dos meios de produção, pois ele enxergava que este não era mais o objetivo do proletariado. Assim, na sua construção de uma noção de uma *ditadura anti-estatal do proletariado*, os situacionistas levavam em consideração o que Marx denominou de *livre associação dos produtores*, que, para a IS, seria a formação dos conselhos operários, aliada a

implementação do *autogoverno dos produtores*, isto é, o fim de toda forma de Estado e de intermediação entre o proletariado e o poder instituído.

Observando o conceito de ditadura do proletariado em Marx Adler, que foi tratado no primeiro capítulo, observou-se que a IS teve uma postura muito próxima das suas formulações, não discutindo muito, no entanto a questão da democracia. Pode-se entender esta discussão partindo do pressuposto que os situacionistas se utilizavam do conceito de autogestão<sup>71</sup> – que era entendido como uma forma de governar baseada na democracia direta e na capacidade dos trabalhadores conduzirem o processo produtivo, sem intermediários– que não era existente no período de Adler que, desta maneira, recorreu ao termo democracia para demarcar o seu território e fazer a diferenciação entre a democracia burguesa e a democracia baseada nos conselhos operários, porque quase sempre que os situacionistas se referiam à democracia estavam ligando-a à democracia burguesa e a sua forma representativa, que servia, na realidade, como uma forma de podar o processo de expressão da classe trabalhadora.

A reapropriação do termo ditadura do proletariado foi somente um dos que os situacionistas se apropriaram ou construíram baseados em Marx ou no marxismo. O conceito de *espetáculo* foi o mais profícuo e o mais difundido dos estudos e formulações situacionistas e o foco das análises a partir deste momento.

No artigo *O declínio e a queda da economia espetacular mercantil (Internationale Situationniste n°10)*, Debord realizou a primeira análise mais aprofundada do que seria o espetáculo e fez uma análise pormenorizada do processo de alienação produzido pelo espetáculo. Um dos primeiros pontos a se destacar neste texto foi o fato de demonstrar a não existência de somente um tipo de espetáculo, mas, de vários, que mudavam de acordo com a sociedade e com a classe social atingida. A revolta dos negros no bairro de Watts, que é analisada por Debord, ocorreu justamente por existir esta diferenciação de um espetáculo dirigido aos brancos e outro, aos negros, sendo que estes não tinham acesso ao primeiro. O cerne destes espetáculos separados nem foi tanto o produto em si, mas a falta de condições materiais para ter acesso ao fato colocado por Debord de que muitos manifestantes, ao saquearem as lojas levavam geladeiras, sendo que nem energia elétrica existia em suas casas,

---

<sup>71</sup> O conceito de autogestão surgiu no início da década de 1960, como fator de explicação da diferenciação entre o socialismo soviético e o socialismo iugoslavo, que permitia uma maior participação dos trabalhadores nas decisões do processo de produção.

demonstra o fetiche extremo que a mercadoria atingiu. Apesar de que, este exemplo trazido por Debord era um pouco problemático, pois a geladeira, a despeito de ter esse papel para Debord, de representação da mercadoria, ela, ao mesmo tempo, representava uma melhora de vida para essas pessoas, porque trazia possibilidades antes inexploradas.

Depois desta caracterização em *O declínio*, Debord fez, no seu livro, outra formulação mais específica a respeito dos tipos de espetáculos existentes. Ele colocou a existência de dois tipos de espetáculo, um baseado no modelo capitalista desenvolvido pelos Estados Unidos e outro, desenvolvido através do “capitalismo de Estado” que a URSS aplicava. Este primeiro modelo foi chamado de espetacular difuso e teve por característica a pseudo-liberdade desenvolvida nos limites do capitalismo, assim como, a fabricação e, acima de tudo, a necessidade de se consumir mercadorias, sendo que, o consumo não precisava se consumir para existir a necessidade, a marca mais clara da forma de desenvolvimento econômico deste tipo de capitalismo. O segundo modelo foi denominado de espetáculo concentrado e traduziu-se em um tipo burocrático, de economia mista, em que a produção de mercadorias era menos desenvolvida do que o seu concorrente (o espetacular difuso), mas que, em compensação, esta detinha todo o controle do trabalho social, que era colocado para a sociedade como o meio de sobrevivência frente à destruição total. Talvez, o principal ponto a ser destacado neste tipo de sociedade, é o peso dado a um destacado líder que exercia um poder quase patriarcal, sendo que, mesmo após a sua morte, esta sociedade procuraria seguir os seus preceitos. Em geral, Debord colocou que este líder, apesar de se apresentar como o pai salvador, utilizava-se de meios totalitários para manter este Estado em coesão. O que Debord tentava fazer, neste segundo modelo, era a substituição da mercadoria pelo líder, no “consumo” das massas.

Debord procurou criar o conceito de espetáculo para que ele fosse capaz de abarcar todos os principais tipos de sociedade que existiam no mundo, naquele momento. A forma como ele conduziu essa criação, assim o permite fazer, como foi observado acima. Tanto essa ideia é verdade que Debord se vangloria deste fato em seu texto de 1974.

Uma teoria concebida com a finalidade de se tornar geral deve evitar, antes de tudo, aparecer como visivelmente falsa; logo, não se deve expor ao risco de ser desmentida pela seqüência dos fatos. Mas também é preciso que seja uma teoria perfeitamente inadmissível. Que ela possa declarar mau, diante da estupefação indignada de todos que o acham bom, o próprio âmago do mundo existente, do qual ela descobriu a natureza exata. A teoria do espetáculo satisfaz essas duas exigências. (DEBORD, 2006, 150 – 151).

No entanto, na posterior ampliação (e atualização) que Debord fez da sua obra em 1988 (*Comentários sobre a Sociedade do Espetáculo*), ele disse que estes dois tipos de espetáculo já não poderiam ser considerados unicamente, uma vez que surgiram novos elementos que superaram e integraram estes dois modelos. Este novo tipo ele chamou de espetáculo integrado e colocou as sua origem e características

“O lugar predominante que a Rússia e a Alemanha tiveram na formação do espetáculo concentrado, e os Estados Unidos na formação do Espetacular difuso, parece ter pertencido à França e Itália no momento da instalação do espetáculo integrado, através de uma série de fatores históricos comuns: papel importante de partido e sindicato stalinistas na vida política e intelectual, fraca tradição democrática, longa monopolização do poder por um único partido governamental, necessidade de acabar com a contestação revolucionária surgida de repente.” (DEBORD, 2006; 172-173).

É interessante notar que este tipo de Estado surgiu principalmente nos dois países onde o movimento rebelde, nas décadas de 1960 e 1970 (França e Itália, teve um maior peso e impacto e que chegaram ao ponto até mesmo de ameaçar a estrutura vigente e que esta mesma, para se preservar, necessitou criar um novo tipo de Estado em que fosse possível colocar em voga as novas diretrizes que o capital colocava naquele momento.

A publicação, em 1967, da obra *A sociedade do espetáculo* de Guy Debord, veio suprir a necessidade pela qual passava a IS de ter uma obra teórica<sup>72</sup> de referência que fosse responsável por demarcar claramente as novas bases sobre as quais o grupo estava assentado.

Foi no primeiro capítulo do livro que Debord lançou as bases para a conceitualização do que veio a ser o *espetáculo*, apesar de conter, em todo o livro, elementos que levavam a uma possível conceitualização deste. Como ocorreu ao longo do livro, esta exposição foi formada a partir de teses isoladas umas das outras que, apesar de terem uma ligação de sentido, deixavam a leitura do texto um tanto quanto confusa e problemática, não aparecendo, desta maneira, claramente o conceito de *espetáculo*, mas somente as suas características.

No entanto, através dessas características foi possível situar, de maneira compreensível, o papel que o *espetáculo* veio assumir na sociedade do pós-Segunda Guerra Mundial. O primeiro ponto a ser levantado foi que não era possível compreender o *espetáculo* sem levar em consideração a totalidade, até mesmo porque não era possível construir uma

---

<sup>72</sup> Neste mesmo ano é lançado o livro *Traité de savoir-vivre à l'usage des jeunes générations* (A arte de viver para as novas gerações) de Raoul Vaneigem, que compõe junto com *A sociedade do espetáculo* as duas obras individuais mais importantes para a IS.

categoria analítica sem levar em consideração a totalidade<sup>73</sup>. Este não se desenvolveu como uma parte da sociedade, mas sim, como um componente que estava no cerne da sociedade moderna, que atingiu todas as suas ligações, destacando-se, porém, sobre alguns elementos, como a mercadoria.

A principal característica do *espetáculo*, apontada por Debord, foi a alienação. A alienação – uma das tantas leituras realizadas e apropriadas por Debord que buscavam em Marx a resposta para a nova configuração que o capitalismo tomava no período em que o livro foi escrito – agora, não se situava somente na produção, mas também no consumo, o que fez com que a mercadoria atingisse um *status* diferente daquele que foi enunciado por Marx. A mercadoria agora, não era somente um produto, ela era a organizadora da sociedade, a portadora suprema do *espetáculo*. Esta nova ordem foi instalada como mais um meio de controle social, visto que, o consumismo fez com a mercadoria (compreendida aqui não somente enquanto produto, uma vez que o espetáculo abria a possibilidade de tudo se tornar mercadoria) se tornasse um novo “ídolo” a ser alcançado. “O espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social” (DEBORD, 2006, 30), fazendo com que o espectador se tornasse alienado em relação a sua própria vida, em sua própria realidade, procurando viver, não a partir de aspectos reais, mas assumindo as projeções criadas pelo espetáculo como reais. O ponto que Debord pretendia avançar era no sentido de compreender que essa alienação, que veio desde o processo de produção desta mercadoria, ou seja, do próprio trabalho realizado por este operário, ele tendia a avançar para toda a sociedade fazendo com que esse processo de alienação ganhasse contornos mais elaborados, não ficando somente no âmbito da mercadoria.

Marx, ao abordar o tema da alienação, nos *Manuscritos de 1844*, o fez com o foco no trabalho, ressaltando a maneira como o desenvolvimento do capitalismo fazia com que os homens não se reconhecessem mais no seu trabalho, uma vez que, este servia puramente como meio de garantir a sua sobrevivência e, o que era para ser um meio de conhecimento e afirmação do homem, tornou-se a sua própria negação.

O ser estranho a quem pertencem o trabalho e o produto deste, a quem o trabalho é devotado, e para cuja fruição se destina o produto do trabalho, só pode ser o próprio homem. Se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas o enfrente como uma força estranha, isso só pode acontecer

---

<sup>73</sup> Colocou-se a importância deste ponto devido ao surgimento de análises a partir da década de 1990 que tentavam restringir a questão do *espetáculo*, principalmente aos problemas dos meios de comunicação.

porque pertence a *um outro homem que não o trabalhador*. Se sua atividade é para ele um tormento, ela deve ser uma fonte de satisfação e prazer para outro. Não os deuses nem a natureza, mas só o próprio homem pode ser essa força estranha acima dos homens. (MARX, 1962, 103)

O que foi possível observar nos escritos situacionistas é que o trabalho nunca foi o aspecto central e, quando o tema da alienação foi tratado por Debord, ele veio muito mais para agregar na discussão realizada posteriormente por Marx ao papel da mercadoria na sociedade moderna do que a alienação produzida pelo trabalho. Nos mesmos *Manuscritos* foi possível observar, de um modo mais claro, a ligação realizada entre a necessidade do ser humano de se desenvolver e a sua capacidade de compra, expressa nesta sociedade através do dinheiro, isso porque, “o dinheiro é o *meio e poder*, externo e universal (não oriundo do homem como homem ou da sociedade humana como sociedade) para mudar a *representação em realidade e a realidade em mera representação*.” (MARX, 1962, 156).

Procurando observar a nova configuração que o dinheiro alcançou no período em que desenvolveu a sua teoria, Debord chegou a uma conclusão muito próxima da desenvolvida para Marx. Se, na época de Marx, o dinheiro já começava a ter um status de autonomia, tornando-se ele próprio a mercadoria, uma vez que, a sua utilização como simplesmente um meio para se ter acesso a mercadoria começava a ser ultrapassado, como demonstrado acima, na época de Debord, esse novo status atingiu um patamar nunca antes visto, sendo que a simples acumulação de dinheiro se torna o fim último da sua conquista, a representação final do poder.

O espetáculo é a outra face do dinheiro: o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias. O dinheiro dominou a sociedade como representação da equivalência geral, isto é, do caráter intercambiável dos bens múltiplos, cujo uso permanência incomparável. O espetáculo é seu complemento moderno desenvolvido, no qual a totalidade do mundo mercantil em bloco, como uma equivalência geral àquilo que o conjunto da sociedade pode ser e fazer. O espetáculo é o dinheiro que *apenas se olha*, porque nele a totalidade do uso se troca com a totalidade da representação abstrata. (DEBORD, 2006, 34)

A elevação do dinheiro a esse papel central no desenvolvimento do processo do consumo, que se transformou em um consumismo exacerbado, foi um dos grandes processos de configuração da especificidade do capital desenvolvido no pós-Segunda Guerra e que serviu como forma de renovação das estratégias de conquista do proletariado, uma vez que, a elevação do status decorrente da compra da mercadoria só era aceita como tendo sido mediada através do dinheiro. Os saques no bairro de Watts, questão trabalhada mais acima, mostravam como os valores dominantes da sociedade punha em ojeriza a conquista de objetos

através de saques, pois essas pessoas que adquiriram estes produtos, por esse meio, não realizavam os trâmites legais do capitalismo para obtê-los. Remetendo a Watts ainda, mas servindo para os eventos de saques em geral, pode-se colocar que os saques funcionavam como uma reconquista deste produtor sobre o seu produto que lhe foi expropriado, pois, muitas vezes, era ele quem produzia, mas não tinha acesso a aquisição deste bem.

Junto com a alienação, Debord trouxe o debate da ideologia que para ele era a base do pensamento da sociedade de classes. Como em quase todas as questões, o papel da ideologia na sociedade espetacular teve uma nova questão, uma vez que

O espetáculo conserva ao mesmo tempo, e impõe no pseudoconcreto de seu universo, os caracteres ideológicos do materialismo e do idealismo. O lado contemplativo do velho materialismo que concebe o mundo como representação e não como atividade – e que afinal foi idealizada a matéria – se completa no espetáculo, no qual as coisas concretas são automaticamente donas da vida social. Reciprocamente, a *atividade sonhada* do idealismo em geral se completa no espetáculo, pela mediação técnica de signos e sinais, que afinal materializam um ideal abstrato. (DEBORD, 2006, 139)

Outra característica fundamental destacada por Debord foi a separação. A separação que para ele era a peça fundamental do modo de produção capitalista ao separar o produtor do seu produto ganhava um novo impulso com o *espetáculo*, uma vez que, “perdem-se todo ponto de vista unitário sobre a atividade realizada, toda comunicação pessoal direta entre os produtores” (DEBORD, 2006, 22). Para compreender a crítica da separação era preciso colocar o fato que o *espetáculo* tinha que ser compreendido como uma mediação social, que perpassava a sociedade, uma vez que ele era, na perspectiva de Debord, o meio através do qual se processava as forças de perpetuação da sociedade capitalista.

Foi neste ponto talvez que uma análise mais equivocada do que veio a ser o *espetáculo* apareceu. Debord destacou, em algumas teses, o novo papel que a mídia passou a ganhar neste novo momento: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediadas por imagens” e “O espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 2006, 14 e 25). Porém, relacionando com as características acima enunciadas, observou-se que o papel da mídia no *espetáculo* foi um papel complementar, não a relação em si, como muitas vezes enunciadas pelos estudos da área da comunicação, que colocavam o *espetáculo* como sendo o domínio da mídia sobre a vida social e, a partir desta afirmação, fizeram toda uma análise mutilada do que vinha a ser a sociedade espetacular, colocando, sobretudo a televisão como a responsável pela alienação,

esquecendo-se que esse processo era fruto do capitalismo e a televisão só como mais um elemento de controle social.

Ao construir o conceito de *espetáculo* – ainda que mal acabado – Debord não pretendia somente uma teorização abstrata, mas sim construir um conceito capaz de ajudar na luta contra o capitalismo e assim o fez ao analisar os processos históricos que iriam dar origem aos diferentes tipos de sociedade espetacular. Em linhas gerais, ele agrupou em dois grandes grupos as sociedades espetaculares: o espetacular concentrado e o espetacular difuso.

O primeiro tipo que ele colocou foi o baseado no modelo espetacular concentrado. Este se traduzia em um tipo burocrático, de economia mista, em que a produção de mercadorias era menos desenvolvida do que o seu concorrente (o espetacular difuso), mas que, em compensação, esta detinha todo o controle do trabalho social, que era colocado para a sociedade como o meio de sobrevivência frente à destruição total. Talvez, o principal ponto a ser destacado neste tipo de sociedade espetacular, consistisse na figura de destaque de um determinado líder e que, mesmo após a sua morte, esta sociedade continuaria se pautando em seguir os seus passos e ser o seu espelho. Em geral, Debord colocava que este líder, apesar de se apresentar como o pai salvador, utilizaria de meios totalitários para manter este Estado em coesão, isso ocorreria porque este culto a este líder viria para suprir o papel da mercadoria, pois esta não se desenvolveria de uma maneira completa como ocorreu no modo capitalista de produção. Esta substituição pode ser encarada como sendo o meio de perpetuar a forma de dar, para a população, um elemento capaz de atrair rotineiramente a sua capacidade de se doar a alguma tarefa, uma vez que, quando se fazia isso, estava engrandecendo o seu líder e o seu país e não, como no capitalismo, si mesmo. Já, o segundo tipo, baseava-se no espetacular difuso. Este tinha como sua principal característica o domínio da mercadoria em todas as esferas da vida. Ele se baseava-se pela pseudonecessidade criada pelo espetáculo do consumo de mercadorias, como se esse consumo fosse capaz de suprir as necessidades não somente materiais, como também espirituais.

Um dos aspectos mais abordados em relação ao conceito de espetáculo foi a ligação feita por Debord, no segundo capítulo, relacionando-o com a mercadoria, uma ligação clara com o primeiro capítulo, a mercadoria, d'O Capital de Marx<sup>74</sup>. Debord teve como objetivo, no capítulo, demonstrar como a mercadoria sofreu uma série de mutações desde o tempo de

---

<sup>74</sup> Para ver mais aprofundadamente sobre estas comparações ver: JAPPE (1999) e VIANA (2011).

Marx até aos seus dias. Para Marx, a principal modificação que o capitalismo trouxe para a mercadoria foi a mudança do valor de uso para o valor de troca.

Os valores de uso são imediatamente meios de subsistência. Mas, inversamente, esses meios de subsistência são eles próprios produtos da vida social, resultando de força vital humana gasta, *trabalho objetivado*. Como encarnação do trabalho social, todas as mercadorias são cristalizações da mesma unidade. É preciso considerar agora o caráter determinado dessa unidade, isto é, do trabalho que se apresenta no valor de troca. (MARX, 1999, 58)

Marx observou que o preço da mercadoria era fixado a partir dos tempos de trabalho dos indivíduos, sendo que isso foi sempre encoberto para parecer que a mercadoria e o seu valor de uso eram determinações autônomas, quando, na verdade, não o eram. Talvez, o ponto mais importante a ser destacado era a explicitação feita por Marx “que um valor de uso se relaciona com um outro valor de troca é que o trabalho das diferentes pessoas se relaciona entre si como igual e geral. Por isso, se é correto dizer que o valor de troca é uma relação entre pessoas, é preciso contudo acrescentar: relação encoberta por coisas.” (MARX, 1999, 63).

Explicitar que este processo de produção e venda de mercadoria era uma relação entre pessoas abria as portas para se entender como ocorria o processo de inserção do trabalhador neste contexto. Sem dúvida, a principal diferença entre o período de Marx e de Debord, foi que, enquanto no tempo de Marx, o trabalhador era visto como o mero produtor de mercadoria e o seu processo de consumação desta mercadoria estava ligado ao de sua reprodução da força de trabalho; no tempo de Debord, a lógica permaneceu a mesma, porém, com uma pequena modificação: a burguesia necessitava que estes trabalhadores não produzissem somente, mas que eles se tornassem os principais consumidores das suas próprias criações. De fato, eles se tornaram e foram alçados, durante o período da política do Estado de bem-estar social, em um dos principais grupos a quem eram voltadas as propagandas para consumo<sup>75</sup>.

Na fase primitiva da acumulação capitalista "a economia política só vê no *proletário o operário*" que deve receber o mínimo indispensável para a

---

<sup>75</sup> É preciso frisar que essa política voltada para estes trabalhadores foi uma realidade quase que totalmente europeia, especialmente francesa e, mesmo assim, não atingiu a totalidade dos trabalhadores destes países, ficando restrita a trabalhadores de áreas consideradas estratégicas, como a de automóveis. A grande maioria dos trabalhadores no resto do mundo não tinha acesso a consumir nem mesmo o básico para a sua sobrevivência, quanto mais consumir produtos por eles mesmos fabricados. O exemplo de Watts pode ser utilizado novamente aqui para expressar este fato.

conservação da sua força de trabalho; jamais o considera "em seus lazeres, em sua humanidade". Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. Subitamente levado do absoluto desprezo com que é tratado em todas as formas e organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. (DEBORD, 2006, 31).

Além desta discussão, um ponto que é determinante na mudança no sistema capitalista da época de Marx para o período de atuação da Internacional Situacionista é o papel da propaganda como difusora da sociedade de consumo. O Estado de bem-estar social foi fundamental para aprofundar o acesso do proletariado ao mercado consumidor e com isso melhorar significativamente a vida deles. A propaganda adquire a partir dos anos de 1950 um peso extremamente importante no papel de difusão dos desejos de consumo da população, essa sensação é reforçada pelo fato da publicidade situar-se

[...] entre os domínios da produção e do consumo. O primeiro é marcado pela impessoalidade, pela fabricação em série de objetos idênticos; o segundo, pela presença da dimensão pessoal, em que os objetos são consumidos como se fossem únicos, feitos para cada consumidor individualmente (COELHO, 2003; ROCHA, 1995). Os indivíduos, na ânsia de se afirmarem na sociedade, consomem cada vez mais mercadorias padronizadas embaladas pelo discurso publicitário, persuasivo e sedutor. (SILVA, 2007, 5).

Com a publicidade começa-se a produzir novos meios de integrar o trabalhador a essa sociedade de consumo, uma vez que ele passa a se sentir excluído socialmente se não tiver acesso a essas novas mercadorias difundidas por essa propaganda. É não e somente mercadorias (no sentido material) que são anunciadas, mas também novos modos de vida, hábitos que devem ser incorporados como meios de se sentirem incluídos.

Os próprios situacionistas compreendem a importância da publicidade para o capitalismo nesse período histórico, onde incitar os trabalhadores a consumir e a adotar um hábito de vida que os faça sentir-se integrados e partes da sociedade, se tornou um dos principais meios de sedução adotados.

Quem desistiu de despender sua vida já não deve reconhecer sua morte. A publicidade de seguros de vida, apenas insinua que o indivíduo é culpado de morrer sem ter garantido a regulação do sistema depois dessa perda econômica; e a *american way of death* insiste na capacidade de manter nesse encontro a maior parte das *aparências* da vida. Nos bombardeios publicitários restantes, é nitidamente proibido envelhecer. É como se houvesse uma tentativa de manter, em todo indivíduo, um "capital-juventude" que, por ter sido usado de um modo medíocre, não pode

pretender adquirir a realidade durável e cumulativa do capital financeiro. Essa ausência social da morte é idêntica à ausência social da vida. (DEBORD, 2006, 108-109).

O avanço da publicidade, mostrado neste trecho, deixa claro que a mercantilização da vida atingiu todos os aspectos da vida. Debord deixa claro como a própria morte torna-se uma relação econômica em que a publicidade ganha destaque, em especial, com a importância dos seguros de vida como meio de garantir uma segurança de um além-vida, mas que acima de tudo demonstra que a morte, uma etapa natural da vida, adquire um caráter de mercadoria.

Um tema referente à mercadoria que era trazido por Debord, e que foi alvo de uma série de indagações e, não sendo de maneira nenhuma um consenso neste meio, foi o fato de que o valor não era mais permeado pelo seu valor de uso e de troca, mas era determinado pela sua representação. Enquanto que, no tempo de Marx, o material e o tempo gastos para se fazer a obra eram determinantes do seu valor, apesar de já considerar a existência de valores não produtivos sobre o preço da mercadoria; na segunda metade do século XX, as suas representações é que foram responsáveis pela fixação do seu valor, uma vez que, agora, um simples incremento a mais em uma mercadoria a fazia ser mais valiosa do que todas as suas semelhantes, mesmo que o seu valor de troca fosse o mesmo ou até inferior, pois o desejo de se ter este objeto foi que se tornou importante, sendo que a publicidade era a grande desenvolvedora da aspiração dessas novas paixões. Este fato, para Debord, foi refletido, especialmente, pelo motivo de se criarem mercadorias, não pela sua função essencial para a sociedade, mas sim, para atenderem um nicho específico de reprodução do processo de reificação. O exemplo trazido por ele foi a fabricação de chaveiros, única e exclusivamente, para coleções e não para a sua real função.

Estas características colocadas por Debord do que vinha a ser o *espetáculo*, veio servir de base para que outros autores procurassem complementar ou procurar uma definição mais específica para o conceito. Também começava a ser utilizada como meio de interpretação para se compreender processos sociais que ocorreram, posteriormente à publicação do livro, e que não foram, deste modo, abordados pelo autor.

Um dos aspectos mais interessantes a respeito do conceito de *espetáculo* foi que o próprio Debord já imaginou no seu livro em 1967 que o conceito poderia ser desvirtuado para tornar-se uma apologia do sistema reinante e não uma teoria crítica como ele teria elaborado. Nas suas palavras: “Sem dúvida, o conceito crítico de *espetáculo* pode também ser divulgado

em qualquer formula vazia da retórica sociológica-política para explicar e denunciar abstratamente tudo, e assim servir à defesa do sistema espetacular”. (DEBORD, 2006, 131). Na comunicação social, em especial, a utilização deste conceito com um caráter totalmente diferente de como foi trabalhado por Debord foi muito usual, sendo até dominante. Apesar de não ter as mesmas referências, estes trabalhos<sup>76</sup> se referem sempre a Debord e a “sociedade do espetáculo”, retratando, em geral, o *espetáculo* como uma referência positiva ou reduzindo-o a uma questão de moralismo e qualidade das mídias, geralmente a televisão.

### 3.2 – OS CONSELHOS OPERÁRIOS E A REVOLUÇÃO

Quando a IS surgiu, em 1957, como um grupo artístico preocupado com o fazer artístico e com os problemas que a arte, sobretudo a arte de vanguarda, enfrentava naquele momento, sem uma inovação e, geralmente, como mera repetição do que já havia sido feito pelo dadaísmo e pelo surrealismo, levando os situacionistas a pensarem e agirem com o objetivo de não somente se apropriarem, mas também superarem estas antigas vanguardas. “O dadaísmo quis *suprimir a arte sem realizá-la*; o surrealismo quis *realizar a arte sem suprimi-la*. A posição crítica elaborada desde então pelos situacionistas mostrou que a supressão e a realização da arte são aspectos inseparáveis de uma mesma *superação da arte*.” (DEBORD, 2006, 125). Assim, acreditavam os situacionistas, que a revolução, naquele momento na Europa, deveria ser realizada a partir da arte e levando em consideração os seus aspectos mais inovadores, não rejeitando as influências anteriores, mas sim, incorporando-as e sendo capazes de construir novas formas artísticas que fossem capazes de ser uma autocrítica ao mundo artístico como ao mundo em geral. Por este motivo, a IS se definia como “uma tentativa de organização de revolucionários profissionais da cultura” (IS nº1) e a sua concepção era de fazer uma revolução cultural, não nos moldes da chinesa, mas sim, uma que afetasse prioritariamente a vida cotidiana e que trouxesse um novo modo de pensar e agir através de uma nova expressão cultural que não se baseasse no que ela entendia por espetáculo e no consumismo, símbolos áureos do capitalismo daquele período.

---

<sup>76</sup> Para ver a diferença entre a utilização dos conceitos entre Debord e os comunicadores sociais ver o trabalho CONCEIÇÃO, Marcus. “*Espetáculo: Recepção e assimilação do conceito no Brasil (1990 – 2009)*” In: Anais em CD das IX Jornadas Nacionales y VI Latinoamericanas “El pensar y el hacer en Nuestra América. A doscientos años de las guerras de la Independencia”. Buenos Aires: Imago Mundi, 2011.

Diferentemente da revolução política com uma base social, como a exemplo do que ocorreu na Rússia, é que não trouxe uma mudança de mentalidade efetiva; a revolução cultural que a IS propunha teve por base, primeiramente a mudança de mentalidade, pois eles acreditavam que não adiantava nada ter uma revolução social se as pessoas não estivessem preparadas para esta mudança. Por isso, neste momento, os situacionistas se preocuparam tanto com a questão do lúdico, porque acreditavam que este era um meio de preparação para esta revolução cultural, visto que “O exercício dessa criação lúdica é a garantia da liberdade de cada um e de todos, no âmbito da única igualdade garantida pela não-exploração do homem pelo homem. A libertação pelo jogo é sua autonomia criativa, *que supera a antiga divisão entre o trabalho imposto e os lazeres passovivos.*” (*Internationale Situationniste* nº4)

Baseados nesta visão sobre a arte, os situacionistas realizavam as suas atividades, como exposições artísticas, intervenções urbanas e todo tipo de produção teórica, principalmente a revista *Internationale Situationniste*, como meio de alcançarem seus objetivos e colocarem em prática suas formulações, como ficou demonstrado no excerto abaixo

Toda revolução nasce da poesia, se faz em primeiro lugar pela força da poesia. É um fenômeno que escapa e segue escapando aos teóricos da revolução – é verdade que não podemos compreender isto se nos escapa, todavia, à velha concepção da revolução ou da poesia –, mas que é pressentido pelos contra-revolucionários. A poesia, ali onde existe, lhes dá medo: tratam desaforadamente de se desentvergonhar dela com ajuda de diversos exorcismos, desde o auto de fé até a investigação estilística pura. O momento da poesia real, que tem “todo o tempo adiante”, pretende sempre reorientar de acordo com seus próprios fins o conjunto do mundo e o futuro. Enquanto dura, suas reivindicações não podem cair no compromisso. Volta a por em jogo as dívidas não liquidadas da história. Fourier e Pancho Villa, Lautréamont, os marinheiros de Kronstadt ou de Kiel, e todos os que se prepararam no mundo, com ou sem agente, para a larga revolução, são também os emissários da nova poesia. (*Internationale Situationniste* nº8, 88).

A revolução para o grupo se daria justamente no cruzamento entre o fazer-desfazer artístico e a vida cotidiana, pois seria neste espaço da vida, desprezado e pouco estudado, que eles poderiam experimentar a criação de situações e a elevação da vida cotidiana a uma condição revolucionária. Neste projeto, a cidade tinha uma importância fundamental, pois, era neste espaço, que se desenvolviam todas as atividades da IS, uma vez que, para Debord (2006), o capitalismo foi responsável – segundo Marx – por subordinar o campo à cidade trazendo uma nova dinâmica populacional responsável pela luta pela liberdade. Caberia ao

proletariado fazer da cidade, segundo Debord, o lugar da liberdade, pois “a cidade é o *espaço da história*”.

A cidade, até 1962, teve uma importância central na fundamentação do processo revolucionário para a Internacional Situacionista, passando, depois deste período, a ter uma posição marginal, já que o urbanismo, antes considerado no seu aspecto revolucionário, passava a ser entendido como uma ideologia. As artes que, até 1962, tinham um peso tão grande ou até maior que a cidade, passaram por um processo semelhante de marginalização, só que a posição situacionista não foi de considerá-las uma ideologia, mas de compreender que somente as artes não seriam mais as responsáveis por levar à Revolução, mas sim, que elas seriam um elemento de apoio nesta caminhada. Tanto que, os situacionistas continuaram a publicar quadrinhos com aspectos críticos, fizeram filmes e escreveram um pequeno manual na *rIS* - Os situacionistas e as novas formas de ação na política e na arte (IS nº11) – como meio de absorver as mudanças acontecidas na IS após 1962.

Desde a sua fundação, os situacionistas, mesmo não recorrendo, em um primeiro momento, às teses marxistas, já almejavam, com as suas atividades, a construção de uma sociedade sem classes, baseada no que Marx chamou de uma “sociedade livre e igual dos produtores”. Na sua primeira fase, eles acreditavam ser possível alcançar essa sociedade através do que eles denominavam de *jogos revolucionários*, que eram práticas baseadas nas suas técnicas urbanas e artísticas que vislumbravam a crítica do capital e a incitação para a criação de uma nova vida cotidiana. Porém, com o amadurecimento das análises que vinham sendo feitas na *rIS*, a entrada de novos membros no grupo, o expurgo do grupo puramente artístico e, acima de tudo, o contato com outros grupos (como o Socialismo e Bárbarie) e outros intelectuais (como Henri Lefebvre) abriu as portas do marxismo e um novo tipo de percepção sobre a revolução aportada na IS. É preciso frisar que, apesar da nova noção de revolução que a IS passou a trabalhar, baseada em uma noção mais “tradicional” marxista, ela nunca abandonaria a sua premissa de que a revolução partia da vida cotidiana e que a mudança de mentalidade era algo fundamental para a vitória da revolução, pois como a IS definiu:

...el proyecto revolucionario no puede aceptar la idea clásica de juego limitado en el espacio, en el tiempo y en su profundidad cualitativa. El juego revolucionario, la creación de la vida, se opone a los residuos de pasados

juegos. [...] La revolución de la vida cotidiana no podrá sacar su poesía del pasado, sino solo del futuro<sup>77</sup>. (*Internationale Situationniste* nº 6)

O primeiro documento a trazer esta nova posição situacionista sobre a revolução foi o *Preliminares para uma definição da unidade de um programa revolucionário*, escrito em 1960 como um programa conjunto entre os situacionistas e o grupo Socialismo e Barbárie. Este documento nunca foi publicado na *rIS*, apesar de uma ter, na revista de nº5, uma menção a sua publicação. Ele era a junção da visão da revolução cultural situacionista com a revolução social operária do Socialismo e Barbárie. O ponto alto deste panfleto foi o reconhecimento pelos situacionistas que o movimento revolucionário era a expressão da luta do proletariado,

O movimento revolucionário não pode ser outra coisa a não ser a luta do proletariado pela dominação efetiva, e a transformação deliberada, de todos os aspectos da vida social; e em primeiro lugar pela gestão da produção e a direção do trabalho pelos trabalhadores que assumem diretamente a totalidade das decisões. (CANJUERS e DEBORD, 1960).

Este reconhecimento foi importante porque, a partir deste momento, os situacionistas, começaram a enxergar qual era, realmente, o seu papel diante das atividades revolucionárias e passaram, até mesmo, a negar a sua antiga visão enquanto um grupo de vanguarda artística e colocaram-se enquanto um grupo de produção de apoio para a revolução.

No entanto, ao tomarem consciência da posição do trabalhador enquanto o responsável por conduzir a revolução e a construção de uma nova sociedade, os situacionistas chegaram a outro impasse. Como se chegaria a este processo revolucionário? Como os trabalhadores se organizariam? A resposta veio do mesmo grupo que apresentou o sujeito revolucionário para a IS.

Os conselhos operários apareceram para a IS como os responsáveis pelo processo de criação da nova sociedade. Porque, ao mesmo tempo em que eles se portavam como uma unidade de produção, eles também carregavam o embrião da nova sociedade sem classes, uma vez que, a regulação das relações, no interior do conselho, ocorreria de forma horizontal, sem a divisão entre dirigentes e dirigidos, algo tão caro ao partido e ao sindicato.

Ao mesmo tempo em que os situacionistas começaram a fazer a defesa dos conselhos operários como forma de organização, o seu ataque às estruturas do capital e as suas formas

---

<sup>77</sup> O texto *Instruções para tomar as armas* foi o primeiro texto em que houve a defesa aberta e irrestrita dos conselhos operários como meio revolucionário.

organizativas se tornaram mais fortes e mais contundentes. Isto se deve a uma premissa que já tinha sido formulada pelos comunistas de conselhos que não bastava a defesa dos conselhos, era necessário o ataque e o desmascaramento das outras formas burocráticas de organização, em especial, desmistificar o papel da URSS enquanto sendo um país socialista. Neste momento, os situacionistas confluíram com as principais correntes da extrema-esquerda ao considerarem a União Soviética como sendo uma sociedade Capitalista de Estado, pois o que aconteceu foi “A tomada do monopólio estatal da representação e da defesa do poder dos operários, que justificou o partido bolchevique, fez com que *ele se tornasse o que era*: o partido dos proprietários do proletariado, eliminando no essencial as formas anteriores de propriedade.” (DEBORD, 2006, 69).

Um dos pontos da crítica situacionista contra a URSS se deveu ao fato de que a elevação do Partido Bolchevique, em outubro de 1917, representou o começo do fim do poder dos conselhos operários. Isso ocorria pelo motivo de que, para os situacionistas, os bolcheviques enxergavam os sovietes mais como uma ameaça ao seu poder do que um parceiro para construir a futura sociedade comunista. Por este motivo, a subordinação dos sovietes ao Partido Bolchevique. Mas, o ponto que mais demonstrava este distanciamento de objetivos para os situacionistas foi o massacre de Kronstadt.

Kronstadt era visto pelos situacionistas como o bastião dos sovietes em uma Rússia que caminhava para um processo de burocratização e de morte dos sovietes. O ataque ao soviete de Kronstadt pelo exército vermelho liderado por Trotsky foi encarado como o fim de qualquer possibilidade de construção de uma sociedade comunista na URSS, pois, diferentemente do partido que procurava ligar o poder a sua estrutura, a palavra de ordem de Kronstadt era: “Todo Poder aos Sovietes”.

A IS encarava os conselhos operários enquanto um elemento de combate ao processo de burocratização da sociedade soviética, como ocorreu com as reivindicações do Soviete de Kronstadt<sup>78</sup>. Para os situacionistas, os sovietes por se portarem como órgãos de poder dos

---

<sup>78</sup> Os marinheiros de Kronstadt redigiram uma resolução em 26 de fevereiro de 1921 em que expunham 15 pontos as suas reivindicações. Destacaremos os seis pontos que consideramos mais importantes: “1º Dado que los soviets actuales no expresan la voluntad de los obreros y de los campesinos, organizar inmediatamente nuevas elecciones a los soviets por voto secreto, cuidando de organizar una propaganda electoral libre; 2º Exigir la libertad de palabra y de prensa para los obreros y los campesinos, los anarquistas y los partidos socialistas de izquierda; 3º Exigir la libertad de reunión y la libertad de las organizaciones sindicales y de las organizaciones campesinas; 5º Liberar a todos los presos políticos de los partidos socialistas así como a todos los obreros y campesinos, soldados rojos y marinos presos de los diferentes movimientos obreros y campesinos;

trabalhadores e terem na sua estrutura uma horizontalidade nas suas decisões e com cargos que poderiam ser delegados e retirados pelas decisões das assembleias, os conselhos contribuíram assim para combater o avanço da burocracia. No entanto, a derrota de Kronstadt colocou por terra toda a perspectiva de combate contra esta nova classe dirigente.

A burocracia foi descrita como a classe dominante da sociedade Capitalista de Estado, uma vez que, ela veio substituir a burguesia e estabelecer os novos parâmetros de controle da sociedade e da produção. Debord (2006) colocou a burocracia como uma classe capaz de se adaptar às mudanças e conferir a essas, mudanças necessárias para a sua perpetuação de poder. Partindo desta premissa, a IS definiu como burocracia “um poder estabelecido com base na posse estatal da nação, devendo obedecer à lógica da sua própria realidade segundo os interesses particulares impostos pelo nível de desenvolvimento do país que ela possui.” (IS nº11). Esta característica foi reforçada pelo fator da burocracia representar o poder do Estado e por somente este ser o detentor dos meios de produção e dos principais recursos, a sua capacidade de impor as suas vontades, como ocorreu com os soviets, nem que fosse pela força da repressão que era elevadíssima e representava o seu maior trunfo.

O ataque não ocorreu somente com a Rússia, mas também com os outros países que adotavam o chamado “socialismo realmente existente”. Cuba, os países que faziam parte da cortina de ferro e, principalmente, a China<sup>79</sup> foram alvos das análises situacionistas sobre a sociedade e sobre a revolução que estes países levaram adiante.

A China era um caso interessante. A sua revolução e, posteriormente, o seu rompimento com a URSS<sup>80</sup>, no início dos anos de 1960, fez com que ocorressem alguns rachas nos Partidos Comunistas – como a cisão que ocorreu, no Brasil, com a criação do PCdoB – ao redor do mundo. No entanto, foi com a Revolução Cultural liderada por Mao Tse-tung, a partir de 1966, que os situacionistas começaram a se interessar em analisar a

---

*7º Suprimir todos los Politotdiel (Secciones políticas) pues ningún partido debe tener privilegios para la propaganda de sus ideas ni recibir del Estado recursos para este fin. En su lugar, deben ser creados círculos culturales elegidos con recursos provenientes del estado; 10º Suprimir los destacamentos de combate comunistas en las unidades militares y hacer desaparecer el servicio de guardia comunista en las fábricas y talleres. En caso de necesidad de estos servicios de guardia, designarlos por compañía en cada unidad militar teniendo en cuenta la opinión de los obreros.” (METT, 2006, 49 – 51).*

<sup>79</sup> A maior evidência por parte da China se destaca pela entrada na IS de René Viénet que era um pesquisador sobre a História da China, especialmente sobre o período da Revolução de Mao.

<sup>80</sup> A relação entre a URSS e a China foi denominada pela IS de *Internacional Burocrática*.

China, visto que, a explosão de grupos maoistas no mundo inteiro foi considerável e, na França, ela teve um peso a mais, como também em Portugal.

No principal artigo de análise sobre a China – O ponto de explosão da ideologia na China (IS nº11) – a revolução cultural chinesa, originalmente denominada de A Grande Revolução Cultural Proletária, foi encarada, pela IS, num primeiro momento, como a briga entre as diversas facções da burocracia estatal para se firmar no controle do Estado. A partir das divergências, Mao, ao levar o seu plano de revolução cultural para imprimir a sua vontade no corpo do Estado chinês, tendo como base as massas insatisfeitas com o processo de burocratização e de aparelhamento do Estado chinês, ele entrou em um círculo vicioso. Isto ocorreu porque, ao levantar as bandeiras contra a burocratização do Estado, a igualdade entre os chineses e a destituição de aspectos culturais burgueses da cultura chinesa, privilegiando a antiga cultura de origem camponesa, Mao dá, de certa forma, uma autonomia para a massa de operários e camponeses chineses, pois, apesar de apontar seus inimigos e estes serem defenestrados do poder, toda e qualquer pessoa que passasse a ser enquadrada em qualquer um dos itens se tornava algo de perseguições.

Esta autonomia que a população chinesa adquiriu começou a se voltar contra o próprio Mao, pois a população começou a se insurgir nas fábricas e nas cidades criando estruturas de poder que iam além do Estado chinês. Este fato, para a IS, demonstrava o descontentamento da população com as políticas adotadas até aquele momento e também refletia a fragmentação que tinha atingido a burocracia estatal, uma vez que, várias tendências no seu interior se encontravam em posições distintas às ações dos trabalhadores chineses.

A criação de comunas livres do poder de Pequim, em províncias mais distantes da capital, e, até mesmo o esmagamento de grupos maoistas nestas regiões foi a prova para os situacionistas de que a revolução cultural chinesa tinha se tornado independente de quem a começou e demonstrava o grau de amadurecimento pelo qual os trabalhadores tinham passado desde a implementação do Capitalismo de Estado. Assim como ocorreu com Kronstadt, os situacionistas enxergavam que, somente com a força das armas e com a costura de várias alianças, muitas das quais prejudiciais a Pequim, foi possível conter a autonomização que a revolução cultural tinha atingido, com a presença do exército nas fábricas para normatizar a produção e a reunificação parcial da burocracia.

Outro aspecto que foi criticado e mostrado como um ponto ainda falho foi o processo de personificação do Estado chinês na figura de Mao Tse-tung. A veneração de um líder, demonstrado pela incessante publicação e citação como um novo mantra do *O pequeno livro vermelho* de Mao, comprova uma prática comum que a IS enxergava nos regimes Capitalistas de Estado. Era necessária a existência de um grande líder, ou a sua memória (como ocorreu com a de Lênin na URSS), para dar a sustentação ideológica deste tipo de Estado, pois a não existência deste ou a sua contestação (como ocorreu com Mao) poderiam levar – na visão da IS – a uma processo revolucionário de derrubada desta estrutura social.

Outra visão referente à revolução cultural chinesa foi a desenvolvida por João Bernardo (1975) e que confluía, em alguns aspectos, com as análises situacionistas. O ponto de maior conversão foi a afirmação de que o regime instaurado na China pelo PCC era um Capitalismo de Estado, ou seja, não correspondia ao que estes autores consideravam como sendo o comunismo. Mas, o fato a destacar era a diferença entre essas análises, sobretudo ao que dizia respeito ao caráter da revolução cultural. Enquanto a IS observava a revolução cultural como sendo iniciada por uma disputa entre a burocracia estatal, a análise de João Bernardo era muito mais interessante e trazia elementos importantes que precisam aqui ser analisados.

Para João Bernardo<sup>81</sup>, a revolução cultural começou fora dos âmbitos do PCC e este agiu com o intuito de integrar o processo de contestação iniciados por estudantes proletários que formaram as guardas vermelhas como meio de lutar contra as dificuldades de acesso ao ensino superior, tendo como objetivo “não pretendiam melhorar o ensino, mas destruir o monopólio do ensino pela burguesia de Estado e o seu carácter de elemento activo no processo de transmissão da propriedade e das regalias sociais dos exploradores.” (BERNARDO, 1975, 254). A integração deste movimento às esferas do PCC por este não ter as condições de reprimi-lo foi o que Bernardo denominou como sendo o início da revolução cultural.

---

<sup>81</sup> João Bernardo definiu que o impedimento do acesso de famílias operárias e camponesas ao ensino superior era uma forma da “burguesia de Estado” perpetuar o seu poder, porque o acesso a este tipo de ensino era facilitado aos seus filhos. Além disso, o autor destaca a existência de escolas especiais reservadas aos filhos dos quadros do partido que preparavam estes jovens para o ensino superior e para as funções que seriam exercidas posteriormente nos quadros da administração estatal.

Para Bernardo, existiram cinco fases<sup>82</sup> da revolução cultural que foi de julho de 1966 a outono de 1968. E todas essas fases estavam ligadas ao movimento das ações do proletariado e do contraponto realizado pelo Estado chinês para deter as iniciativas autônomas, como as Comunas, que surgiam em várias partes da China. João Bernardo enxergava a revolução cultural como o único levante operário que foi capaz de por em xeque um Capitalismo de Estado, mas que, com as devidas repressões e acertos do governo central, foram talhadas e acabaram sendo extintas.

Esta visão de João Bernardo nos servia para ver como os situacionistas muitas vezes se equivocavam em alguns pontos no que se referia a algumas de suas abordagens<sup>83</sup>. Muitas vezes por quererem tratar de temas demasiados amplos e por fontes francesas, a IS via os eventos de forma atravessa e que acabou gerando alguns problemas nas suas análises. A própria diferenciação entre esses, as visões sobre o que seria e quem começou o processo da revolução cultural demonstravam bem esta questão.

Os primeiros escritos em que a IS tratava dos conselhos operários remetiam ao início da década de 1960, na ocasião da viragem política do movimento, tornando-se mais constantes ao longo da década em especial nos anos precedentes aos eventos do Maio de 1968 e logo no seu período posterior (com destaque para os números 10 a 12 da *rIS* e os livros *A sociedade do espetáculo* e *Enragés e situacionistas nos movimentos das ocupações*). Os escritos situacionistas sobre os conselhos operários podem ser divididos em três grupos: O primeiro que remetia a análises históricas de revoluções e de insurreições em que a presença dos conselhos foi importante; o segundo que eram textos teóricos sobre o papel dos conselhos e da autogestão nas lutas e a importância das suas funções e o terceiro que eram textos que retratavam a participação da IS nos conselhos.

A primeira forma foi a mais explorada e a que serviu de sustentação para a construção das outras duas formas de análises realizadas pela Internacional Situacionista. Procurando realizar um histórico das lutas operárias, a partir da emergência dos conselhos operários, a IS

---

<sup>82</sup> As cinco fases da revolução cultural para João Bernardo são: Primeira fase (julho – agosto de 1966) – protagonizada pelos estudantes; Segunda fase (setembro de 1966 – fevereiro de 1967) – “proletariado conduz o processo” e “movimento das comunas”; Terceira fase (janeiro – março de 1967) – “os capitalistas de estado conduzem a repressão contra o proletariado”; Quarta fase (agosto – setembro de 1967) – “o contra ataque do proletariado”; Quinta fase (outono de 1967 – outono de 1968) – “os capitalistas de estado derrotam o proletariado”.

<sup>83</sup> Coloca-se este ponto, principalmente pelo fato de João Bernardo trabalhar com um conjunto muito mais amplo de textos e fontes que remetiam ao processo chinês e que traziam dados exaustivos sobre os processos por ele explorados.

teve como alvo demonstrar que esta forma de organização esteve presente em praticamente todas as principais revoluções do século XX – além da Comuna de Paris – e que ela sempre se constituiu como a expressão do proletariado em luta.

No artigo *Preliminares sobre os conselhos e a organização conselheira*, René Riesel procurou avançar na interpretação da importância dos conselhos operários no decorrer das revoluções, demonstrando que somente os conselhos eram capazes de estabelecer a ditadura anti-estatal do proletariado e promover a superação da sociedade capitalista. Para definir o que vinha a ser um conselho dos trabalhadores, separando-o do que ele enxergava como deformações dos conselhos – as formas existentes na Rússia ou na Argélia – ele os definia como “la forma de *unificación práctica de los médios materiales e intelectuales para cambiar todas las condiciones existentes y realizan soberanamente su historia. El Consejo puede y debe ser la organización en acción de la conciencia histórica.*” (*Internationale Situationniste* nº12, 588).

Partindo desta premissa sobre os conselhos, Riesel concluiu que muitos dos movimentos que tiveram os conselhos operários como forma de organização, não chegaram a desenvolvê-los completamente. Ele atribuiu essas dificuldades tanto à existência de partidos e sindicatos nas tarefas dos conselhos como também na própria dinâmica da luta que muitas vezes não possibilitava a expansão das ações dos conselhos para fora das fábricas.

Ele enxergava na Rússia e na Alemanha (especialmente em Berlim) os principais polos no quais o partido foi responsável por não aceitar o desenvolvimento dos conselhos de uma forma que os permitisse expandir como forma de organização geral da sociedade. O caso russo foi novamente o mais explorado, até mesmo pela importância histórica da Revolução Russa. O Partido Bolchevique foi encarado como adversário dos conselhos, apesar destas organizações não conseguirem enxergar a relação naquele momento. O fato de Lênin vislumbrar os conselhos como órgão de fiscalização do Estado e não como os órgãos de poder dos trabalhadores, era visto, pelos situacionistas, como a prova cabal da ação pretendida pelos bolcheviques, desde a tomada do poder em outubro, eles enxergavam a palavra de ordem de Lênin, “todo poder aos soviets”, como uma forma de agradar aos operários e ganhar a confiança dos conselhos. Para os situacionistas, a visão estadista de Lênin nunca o permitiria compartilhar o poder do partido com outras organizações que não fossem a ele subjugadas e é isso que os soviets acabaram se tornando para os situacionistas, um mero fantoche.

Esta visão do processo russo foi compartilhada por Debord (2006) que, ao destacar o papel dos bolcheviques no processo de burocratização das lutas na Rússia, sempre destacou o papel pelo qual os conselhos eram submetidos no processo dos conselhos, destacando o papel de não permitir o acesso de operários a cargos mais altos dentro das esferas de sindicatos, partidos e até do governo. Apesar de não concordar com essas formas de organização, Debord tinha, com o intuito, mostrar como os operários não detinham de fato o poder nas esferas representativas do poder na Rússia.

Este processo, os situacionistas definiram como a ideologização dos conselhos operários que estava presente em outras revoluções como a alemã e até mesmo se manifestava de outra forma nos grupos conselhistas alemães da década de 1920.

Esta ideología se manifiesta, no solamente bajo formas de ideologías hostiles o bajo formas de ideologías *sobre los Consejos* edificados por fuerzas políticas que quieren someterlos, sino también bajo la forma de una ideología favorable al poder de los Consejos que restringe y dosifica la teoría y la praxis total. (*Internationale Situationniste* nº12, 591).

O destaque no texto de Riesel foi, sem sombra de dúvidas, as críticas perpetradas aos conselhistas alemães da década de 1920/30 na Alemanha. Para o autor, a criação de partidos como o KAPD<sup>84</sup> e a sua auxiliar A.A.U.E (responsável por organizar os conselhos operários) foi um típico exemplo de como o surgimento de organizações que defendiam os conselhos operários, mas ainda se baseavam na dicotomia entre formas de organizações que atuavam na defesa desses conselhos operários. A existência de um partido, o KAPD, que atuava em separado das massas apesar de apoiarem as ações da A.A.U.E foi inconcebível, pois elas eram instituições separadas das organizações operárias e criavam práticas como a volta da noção de vanguarda. A única ressalva que a IS fez foi em relação a A.A.U.D-E que era um racha do KAPD e que se propunha a ser uma organização unitária que, enquanto persistisse o movimento revolucionário na Alemanha, a sua razão de existir estava presente, passado esta, ela cairia em uma perspectiva da ideologia conselhista.

Não era pelo fato da IS fazer essas críticas aos conselhistas, como também ao austro-marxista Max Adler, que significa que eles não incorporaram muitas das premissas

---

<sup>84</sup> Era o Partido Comunista Operário da Alemanha. Foi fundado como uma fração conselhista do Partido Comunista Alemão e que tinha, como princípio de atuação, o apoio e a defesa dos conselhos operários e não aceitava a atuação em parlamentos como definido no 2º Congresso da Internacional Comunista foi exposto por Lênin em *O Partido Comunista e o Parlamentarismo*, por acharem que a partição nesta forma de organização burguesa traria mais prejuízos que aspectos positivos para a luta do operariado.

conselhistas, pelo contrário, eles incorporaram e readaptaram muitas de se suas ideias. Como já observado no decorrer das análises, a IS sempre procurava criticar e atacar mesmo aqueles com os quais eles tinham ideias semelhantes e poderiam ter alguma proximidade. Como visto acima, as ideias desenvolvidas pelos conselhistas tinham sim, um peso nas formulações posteriores de grupos que reivindicavam os conselhos operários como o principal impulso revolucionário e a IS não se encontrava fora destes grupos, apesar das suas abjeções e ataques.

Além de fazer a análise das revoluções, partindo da perspectiva dos conselhos operários, a IS também realizava a análise das lutas contemporâneas do operariado em que os conselhos se desenvolveriam como a base da sua luta. Foi assim com o processo de Independência da Argélia, visto no capítulo 2, e também no diagnóstico empreendido sobre os novos modelos de oposição que estavam surgindo, na Espanha, em contraposição ao regime franquista.

Após a Guerra Civil Espanhola e a repressão franquista a partir da vitória em 1939, um movimento baseado nos conselhos só voltou a se tornar forte, na Espanha, a partir de 1962, segundo Nils Ynoones, quando emergiu a greve dos mineiros nas Astúrias que mobilizaram em torno de 60 mil operários e logo se expandiram para o resto do país.

Sobre este primeiro movimento nas Astúrias, a IS não publicou nenhum texto específico, porém, ela trouxe outro meio de difundir e trabalhar esta greve, sendo realizado através de uma fotomontagem (publicada na *rIS* 9), como meio de transgredir a própria imagem difundida como símbolo da sociedade capitalista. A utilização de fotos com caráter pornográfico para o *detournamento* foi o primeiro item do texto-manifesto *Os situacionistas e as novas formas de ação na política e na arte (Internationale Situationniste n°11)*, pois eles acreditavam que este tipo de foto atrairia mais a atenção do público e, assim sendo, era um meio mais fácil e rápido de difundir a sua mensagem.



**Tract clandestin en Espagne.** « Je ne connais rien de mieux que coucher avec un mineur asturien. Voilà des hommes ! »

Figura 1 – Colagem realizada pelos situacionistas na *Internationale Situationniste* nº9, 164.

Estas fotomontagens eram muito comuns na *rIS*, pois os situacionistas a enxergavam com um alto poder crítico. Além de montagens realizadas com fotos, outro item muito utilizado por eles também era as HQs (também presentes no texto manifesto da *Internationale Situationniste* nº11) de super-heróis que tinham as suas frases *detornados* com o objetivo de transmitirem as suas mensagens ou de própria criação situacionista. Essa forma de intervenção social ganhou destaque com as HQs *detornados* publicadas durante o Maio de 1968.

Depois da fotomontagem, foi somente na *rIS* nº10 que apareceu uma apreciação mais acabada sobre a constituição do conselhos operários na Espanha. O principal meio de análise que os situacionistas realizaram foi através de uma revista denominada *Acción Comunista*. A *IS* procurou perceber quais eram os principais acertos e o que eles enxergavam como diagnósticos equivocados.

A *Acción Comunista* se propôs a ser uma ferramenta de luta contra o franquismo, mas, rompendo com a esquerda tradicional e a política, que ela denominava de conciliação, feito

pelo PCE. Para isto, o principal ponto defendido pela *Acción* foi a defesa dos conselhos operários como órgãos de organização e mobilização revolucionária das massas.

A IS aceitou a maioria dos pontos de ação definidos pela *Acción* como sendo responsabilidade dos conselhos de operários e da própria revista. Todavia, o alvo que os situacionistas miraram foi a não definição e combate constante da revista contra o que a IS denominou de inimiga dos conselhos operários, os países capitalistas de Estado. Para os situacionistas, a defesa dos conselhos não poderia, de forma alguma, estar desconectada da crítica realizada a esses Capitalistas de Estado e ao seu modo de encarar a condução da sociedade, realizando a opressão constante da classe trabalhadora, como meio de perpetuar o poder da separação.

Para pensar o papel dos conselhos nos escritos considerados mais teóricos era preciso compreender que essa construção não ocorreu de maneira nenhuma separada da noção de autogestão social. Esses escritos foram abordados utilizando o conceito de autogestão social para dar uma definição daquilo que Marx chamou de “livre associação dos produtores” e “autogoverno dos produtores”. Apesar de o termo ser criado na década de 1960 ele remetia bem a ideia definida por Marx, pois nele, a presença do Estado seria eliminada e ocorreria a passagem à sociedade comunista. Caberia aos conselhos operários serem os responsáveis por conduzir a sua luta e ampliar para toda a sociedade o projeto de autogestão social baseado nas suas experiências a partir das lutas conduzidas, tanto no interior da fábrica contra as burocracias técnicas, quanto a sua luta travada no exterior da fábrica contra a opressão estatal, uma vez que não era possível conduzir essas lutas separadamente, pois a opressão do trabalho dentro da fábrica só cairia quando o Estado fosse destruído.

Das três formas de análises realizadas sobre os conselhos operários pelos situacionistas, a última que abordada foi a mais profícua de todas e referia-se aos escritos situacionistas sobre o Maio de 1968, tanto analisando a sua participação como os eventos e as limitações de partidos e sindicatos na sua atuação.

Como foi discutido no primeiro capítulo, a sociedade francesa na década de 1960, apesar de ainda estar imersa no Estado de bem-estar social, já não conseguia mais atender a demanda das novas gerações de jovens que nasceram especialmente nos anos de 1950. Para eles, não bastava um bom salário, uma casa e um carro, era preciso algo a mais. As próprias formas de representação tradicionais começavam a ser rechaçadas por estes jovens, visto a

diminuição da juventude do PCE e o aumento de grupos e pequenas facções que iam do Maoísmo ao anarquismo, passando pelas correntes trotskistas e pelos conselhistas. O próprio governo de De Gaulle passou a ser contestado por estes jovens, pois as suas reformas que visavam à integração destes jovens no cenário social francês, como a reforma universitária, mas que acabaram causando, em um primeiro momento, mais problemas do que soluções.

Foi na ânsia destes jovens, de procurarem essas novas formas de organização, que os situacionistas realizaram a sua primeira intervenção política em um movimento e que os fizeram sair de uma posição de grupo desconhecido, a “inimigos” número um do *establishment*.

A primeira atuação dirigida pelos situacionistas a um movimento se referia a publicação do panfleto *A miséria do meio estudantil – considerada em seus aspectos econômico, político, psicológico, sexual e, mais particularmente, intelectual, e sobre alguns meios para remediá-la*,<sup>85</sup> em novembro de 1966, na Universidade de Estrasburgo. Este panfleto foi escrito pela IS a pedido de um grupo de estudantes desta Universidade que eram simpáticos aos situacionistas e que, ao ganharem a eleição para o diretório central dos estudantes (AFGES), com a promessa de extingui-lo, não sabiam como fazê-lo. Como não sabiam um modo de fazê-lo entraram em contato com os situacionistas que tiveram a ideia do panfleto e o publicaram com o dinheiro do diretório fazendo com que este fosse levado à falência. A partir deste momento, os situacionistas se tornaram conhecidos da grande mídia francesa, uma vez que suas antigas intervenções (ligadas ao mundo das artes) não tinham tido grande respaldo da mídia.

Quando a IS publicou o panfleto, ela teve o intuito de demonstrar qual o papel que o estudante tinha dentro do sistema social, em especial o francês. A sua principal tese era que o sistema de ensino servia como meio de reforçar a alienação já presente na sociedade, tentando passar para este estudante que, quanto mais ele estudasse, melhor se portaria no degrau social do capitalismo. Porém, para a IS, esta era a maior ilusão que o capitalismo pode criar em relação ao sistema de ensino, pois para ela, quanto mais se avançasse, mais repressora e hierárquica se tornaria a educação, além do fato de que a própria estrutura social não

---

<sup>85</sup> Este texto foi somente publicado na forma de panfleto e diferentemente de outros panfletos ele não foi republicado na *r/S*. A primeira versão que foi distribuída na Universidade, em novembro de 1966, teve uma tiragem de 10.000 mil exemplares. Em março do ano seguinte, saiu a segunda edição com a mesma tiragem e, em 1967, surgiram traduções integrais em países como Inglaterra, Estados Unidos e Suécia e excertos do texto em países como Espanha e Itália, segundo dados da própria IS (publicados na revista de nº11).

conseguiria absorver toda a mão de obra produzida , sendo que a maioria destes estudantes alcançaria no máximo um cargo de “*pequenos funcionários* (ou seja, o equivalente à função de operário qualificado no século XIX – mas sem a consciência revolucionária. O operário não tinha a ilusão de ser promovido).” (IS, 2001, pg 33).

Não bastava, contudo, para a IS, denunciar e demonstrar o papel que este estudante detinha na sociedade, era necessário também mostrar as bases pelas quais ele deveria se assentar para sair desse processo de alienação e integrar-se no processo revolucionário. Os situacionistas viam um potencial revolucionário na juventude daquele momento no mundo (enxergando acertadamente como o “prelúdio da próxima época revolucionária”), mas, para eles, não era possível que essa juventude, em especial a estudantil, achasse que as suas organizações seriam capazes de conduzir uma revolução. Para que essa juventude pudesse demonstrar todo esse potencial revolucionário seria preciso a integração entre organizações estudantis e organizações operárias, pois, para os situacionistas, “o proletariado é o motor da sociedade capitalista e, portanto, seu perigo mortal” (IS, 2001, 45), a existência das organizações, em separado, reproduzia a separação reinante no capitalismo.

A IS enxergava que esta integração só ocorreu plenamente ainda no Japão e que por isso, os estudantes e trabalhadores de todos os países deveriam buscar essa mesma integração, como meio de superar o *espetáculo* e conduzir ao nascimento de uma organização unitária capaz de conduzir o processo revolucionário. Esta organização para os situacionistas teria que ter no seu programa necessariamente a defesa dos conselhos operários como elemento de emancipação do proletariado e também ter a crítica aos estados que compreendiam como “Capitalismo de Estado”, visto que os dois eram partes de uma mesma moeda.

Ainda no panfleto, com o intuito de demonstrar os problemas enfrentados pelos partidos e sindicatos frente às novas demandas encabeçadas pelos jovens, os situacionistas escreveram aquela que foi uma das passagens mais lúcidas do que eles consideravam como sendo a função contrarrevolucionária que essas organizações cumpriam .

Os sindicatos e os partidos políticos forjados pela classe operária para a sua própria emancipação tornaram-se simples reguladores do sistema, a propriedade privada de dirigentes que trabalham em prol de suas emancipações particulares e encontram um status dentro da classe dirigente de uma sociedade que eles jamais pensam em colocar em questão. O programa desses sindicatos e partidos apenas repete, de forma grosseira, a fraseologia “revolucionária” e aplica na realidade, palavras de ordem do

mais edulcorado *reformismo*, visto que o próprio capitalismo se torna oficialmente reformista. (IS, 2001, 51).

O panfleto pode ser encarado como uma prévia das posições que os situacionistas iriam defender quando explodisse a Revolução do Maio de 1968 em Paris. Tanto os ataques às organizações que consideravam burocráticas, da união entre estudantes e operariado e à defesa incondicional do poder dos conselhos operários eram algumas das principais bandeiras pela quais os manifestantes do Maio de 1968 iriam lutar.

Um problema ao final do evento que ficou conhecido como Escândalo de Estrasburgo foi o fato de que os estudantes da Universidade, ao final do “sucesso” do evento, quiseram ingressar como membros da IS, pedido que foi repellido totalmente pelos situacionistas. A não integração destes jovens no seio da organização elevou a fama de um grupo restrito e sectário que, apesar de se dizer defensor da autogestão generalizada da sociedade, não conseguia aceitar em seus grupos estudantes que lhe deu a “fama” na Europa. Para conter a onda de notícias e boatarias que corria a respeito da IS, até aquele momento desconhecida do grande público, ela publicou, na sua revista de nº 11, o artigo *Nossos objetivos e métodos no escândalo de Strasbourg* que tinha por finalidade esclarecer a visão da IS a respeito dos fatos posteriores ao acontecimento da entrega dos panfletos. Dos pontos a destacar do artigo, o mais importante se referia justamente a polêmica do não ingresso dos estudantes na IS. A resposta situacionista a questão foi bem reveladora do papel que a IS entendia que uma organização revolucionária deveria demonstrar perante uma situação como aquela.

A dúzia de estudantes de Strasbourg que tinha efetivamente participado do escândalo cindiu-se em dois grupos iguais. Àqueles que permaneceram “partidários da IS”, não tínhamos, evidentemente, *nada a prometer* para o futuro e frisamos bem que não o fazíamos em nenhum nível: a esses bastava ser, incondicionalmente, os partidários da verdade” (*Internationale Situationniste* nº11).

Esta passagem é talvez uma das que demonstram de uma maneira mais bem acabada a visão situacionista sobre como funcionava o ingresso de membros na organização. Porém, ao mesmo tempo, essa passagem demonstra um alto grau de sectarismo e vanguardismo por parte da IS, uma vez que ela se utilizava desses estudantes para o seu fim, mas não os via como aptos a integrarem a organização.

Entre o final de 1966 e os acontecimentos do Maio de 1968, os situacionistas gozaram de certo “prestígio” intelectual em alguns meios estudantis e intelectuais. Neste período, mas especificamente em 1967, ocorreu a publicação das duas obras teóricas do movimento A

*Sociedade do Espetáculo* de Guy Debord e *A arte de viver para as novas gerações*<sup>86</sup> de Raoul Vaneigem.

A IS, diferentemente das outras análises, observava o início das manifestações do Maio francês não em março, com o movimento dos 22, mas em janeiro quando um grupo de estudantes passou a agir na Universidade denunciando a presença de policiais a paisana. Parte destes estudantes formou, posteriormente, os *Enragés*, que era um grupo que compartilhava as ideias situacionistas, tinha uma prática de ação semelhante (como a realização de escândalos na Universidade com a interrupção das aulas e denúncia do seu conteúdo) além de que, atuavam de forma conjunta, a IS e os *Enragés* na ocupação da Sorbonne.

Quando, no início de maio, a revolta estudantil explodiu na França e, posteriormente, e alastrou-se para todo o proletariado, com a ocupação da Sorbonne e de várias fábricas tanto em Paris quanto em outras cidades francesas, os situacionistas enxergaram nessas manifestações a concretização das suas teorias e análises.

É fato que, apesar da crise que o Estado francês passava, principalmente tendo a frente à figura de Charles De Gaulle e seu caráter centralizador, e com as suas reformas em curso, os acontecimentos de Maio não eram esperados por ninguém do *establishment* francês. A impressão de que seria só uma manifestação estudantil permitiu o nível de repressão que foi desencadeado. Porém, o que o Maio demonstrou que o fator principal pelo qual a manifestação se espalhou por toda Paris e por todo país era que o Estado francês não conseguia conter as ânsias da população, uma vez que, o seu maior trunfo – o Estado de bem-estar social – já começava a dar sinais de declínio.

Os eventos de maio começaram quando alguns estudantes de Nanterre foram expulsos da Universidade – entre eles Daniel Cohn-Bendit e René Riesel (*enragés* e situacionista) – e foram convocadas manifestações na Sorbonne contra esta decisão. A partir deste momento, o movimento de caráter estudantil começou a ganhar conotações revolucionárias, porque as manifestações não ficaram restritas ao campo estudantil, mas foram além.

---

<sup>86</sup> Vaneigem no prefácio de seu livro coloca que antes do Escândalo de Estrasburgo o seu livro já tinha sido rejeitado em 13 editoras, somente depois que aquele evento ocorreu que a Gallimard reavaliou a sua posição e decidiu pela publicação do livro.

Os situacionistas participaram ativamente desde o início do movimento no dia 3 de maio, participando do Conselho de Ocupação da Sorbonne, mas tendo seu papel de maior destaque na criação do Conselho de Manutenção das Ocupações.

Desde a sua criação, o Conselho de Ocupação da Sorbonne tinha por objetivo organizar a luta na Universidade e conectá-la com os outros movimentos que estavam ocorrendo nas regiões da cidade, como as ocupações de fábrica ou de greve. Na sua primeira assembléia, o Conselho definiu como sua plataforma a defesa dos conselhos operários como único meio de se atingir a transformação da sociedade. Porém, é preciso ter em mente que o Conselho era formado por uma série de correntes que, no geral, não tinha quase nenhuma convergência teórica, o que resultara no decorrer dos eventos de um imobilismo por parte do Conselho e, desde sempre, uma luta para se chegar a posições comuns e encaminhá-las. Vienét definiu assim a diferença entre a teoria e a prática do funcionamento do Conselho:

El Comité de Ocupación estaba compuesto por quince miembros elegidos y revocables cada día por la asamblea general, responsables ante ella, encargados de organizar y mantener la ocupación de la Sorbona. Todos los servicios improvisados, o que debían organizarse, para el funcionamiento y la defensa del edificio y lo que allí se hacía estaban bajo su control. Se trataba de hacer posible permanentemente la discusión libre, de asegurar y facilitar la continuación de las actividades en curso, desde la distribución de salas a la organización del abastecimiento; de la difusión democrática escrita u oral, al mantenimiento de la seguridad. La realidad era muy distinta: burócratas fracasados de la U.N.E.F., el viejo tándem Kravetz y Peninou, resurgido del olvido que le había justamente enterrado, se habían deslizado por los pasillos que conocían muy bien para instalarse en cualquier sótano, desde donde se ocupaban de recuperar todos los hilos del *poder real* y coordinar la acción de los técnicos benévolos de toda especie, que resultaban ser amigos suyos. (VIENÉT, 1978, 20 – 21)

Um dos principais pontos de divergência se baseava no comitê de imprensa que começou a agir como um elemento destacado do Conselho e não se reportando a ele sobre seus feitos e as notícias que chegavam. Esses desentendimentos levavam ao desmantelamento do Conselho e à formação do Conselho de Manutenção das Ocupações capitaneado principalmente pelos *Enragés* e pela Internacional Situacionistas, que já tinham firmado um comitê de ação próprio no dia 14 de maio.

O objetivo do Conselho de Manutenção das Ocupações era continuar com a ocupação da Sorbonne e estender de um modo mais eficaz o apoio aos trabalhadores que estavam ocupando a fábrica e que também iam para a Universidade como meio de apoio mútuo. Por ser formado por um grupo mais reduzido e mais afinado teoricamente, este segundo Conselho

foi capaz de levar ao extremo a defesa do projeto dos conselhos operários e atacar mais fortemente a burocracia, que para a IS constituía o verdadeiro perigo nessa revolução, sendo até mesmo superior à presença da repressão estatal.

Em um dos últimos panfletos do Conselho para manutenção das ocupações foi expresso o processo pelo qual entendiam o que deveria ser a constituição do poder dos conselhos operários e de que forma ele deveria ser construído.

A dissolução de todo poder externo, democracia integral e direta, unificação prática da decisão e execução, delegados que podem ser revogados a qualquer momento por aqueles que os investiram de mandato, abolição da hierarquia e de especializações independentes, gestão consciente, transformação de todos os condicionamentos da vida libertada, participação criativa das massas, prolongamento e coordenação internacionalistas. (IS, 2001, 153)

Através dessas características, pode-se observar que a noção de conselhos operários para a IS era uma visão completa da transformação social e não somente a gestão das fábricas pelo operariado. Esta noção englobava o que Vaneigem chamava de autogestão generalizada, ou seja, a expansão do poder dos conselhos por toda a sociedade. Vaneigem viu que o Maio foi justamente isso, “el paso a la autogestión generalizada mediante la instauración de los consejos obreros”. (IS nº12).

Os situacionistas tinham plena convicção de que era impossível ocorrer a revolução somente em um lugar, por isso, durante todo o momento, durante as ações de Maio, os Conselhos da Sorbonne procuraram estabelecer contatos internacionais com vistas a procurar saber como andavam os movimentos revolucionários e seus desdobramentos nos diversos países. Desta iniciativa, os telegramas eram o melhor exemplo de adoção desta tática, como foram os telegramas enviados pelo primeiro Conselho a Tchecoslováquia e ao Japão, parabenizando-os pelas suas lutas e desejando a vitória da revolução.

No entanto, este projeto só foi possível de ser posto em prática naquele período porque ocorreu a confluência de dois principais grupos vistos pelos situacionistas como revolucionários, a juventude e os trabalhadores, formando uma espécie de organização unitária<sup>87</sup>. Não há como negar, que foi através das manifestações estudantis que tudo começou, porém foi somente quando os trabalhadores começaram a participar efetivamente

---

<sup>87</sup> Essa organização nunca existiu de fato e que quando nos referimos a essa pretensa organização, queremos nos remeter a união em luta dos estudantes e trabalhadores. A IS já tinha preconizado no panfleto *A miséria*, analisado acima, que somente com um organização deste tipo a revolução caminharia.

das manifestações que começou a ocorrer o processo de formação dos conselhos e que ela se tornou uma verdadeira revolução. Ademais dos que consideram o Maio somente como uma revolta ou um agrupado de manifestações estudantis com participação dos trabalhadores, não conseguiam perceber como as reivindicações destes grupos sociais não se encaixavam na estrutura lógica do capital, pois a reivindicação não era somente por aumento de salário, mas sim, por uma nova forma de vida e a construção de uma nova sociedade.

Riesel (IS nº 12) ao afirmar que “la victoria de los Consejos no se situa al fin sino en el principio de la revolución” procurou demonstrar que as revoluções já deviam nascer baseadas nos conselhos operários e não o terem como um fim a perder de vista ou ser alcançado após um período de transição, como previa Lênin, e que os conselhos deveriam ser instalados e se tornarem os órgãos de poder da sociedade em detrimento do desaparecimento do partido.

Para os situacionistas, uma das principais positivities que foi a marca dos eventos de Maio foi a recusa dos sindicatos e partidos tradicionais na condução das lutas. Tanto o PCF como a CGT demoraram muito tempo para ter o acesso e conseguir fazer com que as massas aceitassem minimamente o seu processo de negociação para o término das manifestações. E também, a figura do líder revolucionário ficou apagada nestes eventos, apesar da proeminência de Cohn-Bendit, uma vez que a organização se apresentava muito mais em termos de facções e grupos (diversas correntes anarquistas, maoistas, trotskistas, situacionistas, *enragés* entre outros). O *Solidarity*<sup>88</sup> (2003) trouxe a discussão da dificuldade que a CGT, principalmente, tinha de fazer com que os jovens operários se filiassem ao seu sindicato.

O motivo pelo qual a IS via essa recusa se baseava nas práticas que esses partidos e sindicatos tinham há muito tempo, em especial de colaboração com o regime de De Gaulle e de se posicionar criticamente em relação aos próprios países que tinham o chamado socialismo real. Por isso, quando as manifestações de Maio eclodiram, a principal forma de organização foi a criação de comissões operárias e a ocupação de fábricas, estas começaram a ocorrer no dia 14 de maio, sendo a Sud-Aviation a primeira, seguidas de muitas outras como a Renault, Citroën entre outras. Em um panfleto dos trabalhadores da Renault expressaram bem essa concepção de ir além do que essas organizações tradicionais ofereciam.

---

<sup>88</sup> Grupo autonomista francês principalmente na década de 1960 na Inglaterra. Seu principal membro conhecido foi Maurice Brinton autor do livro “Os bolcheviques e o controle operário”.

Se quisermos nosso aumento salarial e condições de trabalho seguras, se não quisermos que elas sejam constantemente ameaçadas, devemos lutar agora por uma mudança fundamental na sociedade... Sendo trabalhadores, deveríamos procurar controlar o funcionamento de nossa empresa. Nossos objetivos são similares aos dos estudantes. A gestão da indústria e a gestão da universidade deveria ser realizada democraticamente por aqueles que lá trabalham... (SOLIDARITY, 2003, 69)

Este processo de autonomização do operariado frente ao seu sindicato foi o que o fez desenvolver a maior greve geral de todos os tempos na França, pois a luta pelas suas utopias ultrapassou, naquele momento, a esfera das necessidades econômicas e das negociações a portas fechadas da CGT.

Estas visões dos situacionistas sobre os conselhos operários, apesar de reivindicarem toda a tradição histórica desta forma de organização operária, trazia alguns elementos graves em relação à forma que os situacionistas trabalhavam com ela.

O primeiro erro que foi apontado por Jean Barrot (1979) no seu texto *Critica da Internacional Situacionista* disse respeito à diferença entre a teoria e prática dos conselhos adotadas pela IS. Para Barrot, o fato da IS defender os conselhos operários e o poder dos trabalhadores e negar o trabalho era um contrassenso, visto que os dois eram as faces de uma mesma moeda.

Porém, compreende-se que, ao negar o trabalho, a IS o fez com o intuito de rechaçar completamente as formas de dominação e alienação que o trabalho submetia o trabalhador na sociedade capitalista. Esta negação do trabalho e a defesa do poder dos trabalhadores estavam interligadas a uma dialética que dizia respeito ao processo de construção da sociedade sem classes que viria a ser instalada através da revolução realizada pelos conselhos operários.

Esta negação ao trabalho atingiu níveis tão extremos, que em uma entrevista de Henri Lefebvre (2008) em que ele relatava o seu convívio com a IS, ele explicava a forma como Debord (que em sua autobiografia se definiu como “doutor em nada” em uma clara ilusão aos títulos que deixou de adquirir por não frequentar a academia) e Michèle Bernstein (sua companheira) faziam para sobreviver. Além de Debord ter uma pequena herança, Bernstein escrevia horóscopos para cavalos, numa clara visão de subversão dos valores burgueses dados, uma vez que isso, para ela, tornava-se mais um piada que propriamente um serviço.

Um ponto problemático dos escritos situacionistas foi em relação à negação do trabalho e a sua perspectiva de automação das forças produtivas. Eles acreditavam que o

homem desenvolveria a tecnologia de tal forma, na sociedade comunista, que as máquinas seriam capazes de realizar quase todos os serviços, deixando assim, o tempo livre para a criação do homem. Porém, este tempo livre, seria ele mesmo revertido para o processo criador desta automatização.

Esta posição situacionista desenvolvida ainda nos seus tempos artísticos, mas não contestada nos posteriores, produziu a sensação de uma sociedade em que o homem perderia sua capacidade criativa, apesar dos situacionistas enxergarem totalmente ao contrário esta proposta. Esta hipótese desenvolvida pelos situacionistas via a automatização como uma possibilidade de substituir e afetar de modo drástico as formas de produção, mas daí a se tornar um elemento central da produção foi uma derivação perigosa de tentativa de alcançar uma sociedade capaz de se autorreproduzir.

Mas, o maior problema das análises sobre os conselhos operários pelos situacionistas dizia respeito a sua incoerência em relação a sua organização. Em todos os escritos situacionistas sobre os conselhos operários, eles apontavam a necessidade da existência de organizações unitárias para que a revolução avançasse. Mas, ao se observar toda a trajetória da Internacional Situacionista o que se vê é o movimento sempre se colocando como um organismo externo as organizações operárias, sendo que este era o principal foco das críticas realizadas por eles para os conselhistas alemães da década de 1920. Até mesmo no Maio de 1968 em que ele teve a possibilidade de formar essa organização unitária, ele não a realizou.

Ora, como seria possível a IS realizar a defesa desse tipo de organização para todas as outras organizações e ela mesma não assumir tal posição? Talvez, o que diga respeito a isso ainda seja o fato da IS ter possuído, nos seus quadros, um número restrito de operários e só aceitar para o quadro de seus membros pessoas que pudessem se dedicar quase que integralmente as suas atividades, o que, para o operariado, tornava difícil a sua participação. Além do que, a IS nunca foi ela mesma amplamente conhecida no meio do operariado, nem mesmo após o Maio – sua influência ficou restrita a poucos operários mais radicais. A sua influência ficou circunscrita entre estudantes e intelectuais, o que de certa forma acabou levando a sua autodissolução em 1972 por Guy Debord e Gianfranco Sanguinetti.

As análises realizadas neste capítulo procuraram trazer de maneira mais conclusiva as formas através das quais os situacionistas desenvolveram a sua práxis. Percebendo os pontos em que os situacionistas avançaram, mas também as questões em que eles traziam

contradições fundamentais propiciou conhecer de maneira mais aprofundada a verdadeira dinâmica da organização e não somente ficar restrita a sua fala como sendo simplesmente a realidade dada.

## CONCLUSÃO

A Internacional Situacionista sempre procurou, durante o período da sua existência, articular as demandas que estavam postas na sociedade com os pontos que ela achava importantes para construir uma práxis revolucionária capaz de fazer com que as contradições existentes na sociedade levassem a uma ruptura que ocasionasse a construção de uma nova forma de organização social.

Ao longo da dissertação, procurou-se mostrar como esse projeto situacionista foi construído ao longo do tempo, levando em consideração tanto os aspectos teóricos quanto as ações realizadas pelos integrados do movimento.

A realização das análises mais teóricas e históricas do primeiro capítulo foram fundamentais para dar a base adequada através da qual fossem desempenhados os debates concernentes aos demais capítulos em que a abordagem dos aspectos situacionistas ganharam o enfoque principal. O fato de não priorizar uma análise mais focada sobre a IS no primeiro capítulo se mostrou acertado pelo fato de que, ali, pode-se trazer elementos para a discussão que não necessariamente seriam abordados se discutisse especificamente pontos situacionistas, mas que, ao serem debatidos foram sendo remetidos ao longo dos outros capítulos como pontos de sustentação das ideias através das qual os situacionistas se embasaram.

Outro fato que apareceu ao longo da dissertação e que, de início, não estava totalmente claro, era a posição situacionista sobre os intelectuais do seu período. Nestes pontos, as discussões realizadas no segundo capítulo desnudaram de maneira um pouco límpida a visão situacionista de suas relações intelectuais. O ponto que ficou deste processo foi a maneira como eles procuravam, a todo custo, desprenderem-se de toda e qualquer ligação com grupos ou intelectuais do período. Esta postura seria responsável, na visão deles, por permitir uma atitude independente das grandes correntes que orientavam o pensamento social francês daquele período.

O mais interessante deste ponto foi que eles procuraram fazer esse distanciamento através da desqualificação das obras desses intelectuais. Com Sartre, esta visão se tornou muito mais acabada e desenvolvida, pois era justamente Sartre o intelectual capaz de unir os

dois extremos da esquerda francesa em uma única causa, como foi o caso do Manifesto dos 121, escrito durante as lutas para a independência da Argélia.

Um dos principais objetivos da IS foi demarcar o seu território de atuação política e social. No entanto, para fazer esta demarcação não bastava somente defender a sua posição, era necessário atacar as posições rivais, como ocorria repentinamente nos escritos da IS a grupos políticos que eles consideravam contrarrevolucionários, como era o caso dos bolcheviques. Ao longo da dissertação, pode-se perceber como os ataques aos bolcheviques e a repetida acusação de burocratas servia para demarcar a posição extremamente contrária da IS, uma vez que, os situacionistas acusavam os bolcheviques de terem conduzido a Revolução Russa para a burocratização. Neste ponto, ficou muito clara a posição defendida pelos situacionistas de que não era possível conquistar o Estado, mas era necessária uma Revolução que fosse capaz de ter, na sua base, os princípios da autogestão social.

Porém, a questão que mais ficou evidenciada e que se mostrou como a principal relevância deste trabalho foi a diferença entre o modo como os situacionistas se imaginavam ser e por isso reproduziam esta visão nos seus escritos e como eles realmente eram e agiam procurando atender aos seus interesses.

Devido às leituras prévias que já existiam sobre a IS, já se sabia que os situacionistas procuravam se portar como um grupo que se pautava pela horizontalidade e pelos princípios da autogestão social na organização do movimento e no apoio aos trabalhos. A IS defendia uma revolução social em que o único grupo, capaz de levar em frente esse processo, seria os operários organizados em conselhos operários, ou seja, em organizações de decisões igualitárias. Aceitava-se de uma maneira até meio acrítica esta visão, porque era essa a própria imagem que os situacionistas procuravam construir nos seus textos, em especial na revista *Internationale Situationniste*. Para eles, a função do seu grupo seria ajudar esses trabalhadores durante o processo revolucionário, colocando assim as “armas” da IS a serviço do operariado. Foi por isso que eles se dedicavam tanto na revista e na escrita dos seus livros, pois eles acreditavam piamente que estes iriam ter um impacto significativo na luta destes trabalhadores.

Porém, com o decorrer da pesquisa, o que começou a ficar mais claro foi que, em muitas das vezes, os situacionistas não queriam somente apoiar aos trabalhadores, eles queriam se colocar como os condutores desta luta, organizando e dirigindo, porém, nunca

aceitando que estivessem fazendo este papel. Esta posição ficou muito viva quando eclodiram os eventos franceses em 1968. O número de artigos na *rIS* nº12, a última que foi editada, que procurava demonstrar como os situacionistas estavam certos sobre os rumos dos eventos e como, na percepção deles, aqueles eventos tinham sido uma expressão da sua teoria, serviria para demonstrar que eles tinham acertado na condução do processo.

Isto ficou evidente na posição dos situacionistas em ter a clareza de que a década de 1960, pelo menos seu início, foi uma década em que o movimento revolucionário estava em retração. Neste ponto que eles entraram, pois a formulação da sua teoria, em especial a do *espetáculo*, serviria justamente para demonstrar como a política do Estado de bem-estar social era uma miragem e assim, abrir os olhos desses trabalhadores e que essa atitude incitasse a abertura de um novo período de convulsões sociais. A passagem a seguir demonstra claramente este objetivo: “O papel de uma publicação revolucionária não é somente dar razão aos insurretos de Los Angeles, mas contribuir para lhes fornecer as suas razões, esclarecendo teoricamente a verdade se exprime pela ação prática” (DEBORD, 2001, 120).

Ao destacar ali o papel da revista em relação à teorização de um movimento que não tinha aquela pretensão, demonstra como o próprio grupo se enxergava em relação aos movimentos dos trabalhadores.

Porém, não se pode negar que, apesar desta contradição encontrada, os situacionistas procuraram sempre focar que a Revolução não poderia ser conduzida senão pelos trabalhadores a partir de suas organizações, os conselhos operários. Por mais que a *IS* demonstrasse essa contradição que aqui ficou expressa, que poderia de certa forma compreender como uma posição vanguardista, ela nada mais foi do que a posição de um grupo de artistas que, ao realizarem a sua volta política em direção à defesa de uma revolução proletária, não conseguiu se desfazer de suas antigas contradições, mas no geral, como foi demonstrado ao longo desta dissertação, conseguiu ser coerente no seu objetivo mais geral: construir uma práxis crítica radical capaz de ajudar a abalar as estruturas da sociedade capitalista existente.

## FONTES

### Livros

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

DEBORD, Guy. *Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo. In: A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

VANEIGEM, Raul. *A arte de viver para as novas gerações*. São Paulo: Conrad, 2002.

VIENET, René. *Enragés y situacionistas en el movimiento de las ocupaciones*. Disponível em: <http://sindominio.net/ash/enrages.htm> Acesso: 20/07/2008.

### Revista *Internationale Situationniste*<sup>89</sup>

Tabela demonstrativa da distribuição dos doze números da revista *Internationale Situationniste* segundo a edição espanhola *Internacional Situacionista. Textos íntegros em castellano de la revista Internationale Situationniste (1958 – 1969)* publicado pelas editoras Literatura Gris e Traficantes de Sueños entre 2001 e 2004.

<b>Volume 1: La realización del arte (2001)</b>	<b>Volume 2: La supresión de la política (2004)</b>	<b>Volume 3: La práctica de la teoría (2001)</b>
<i>Internationale Situationniste</i> nº 1 – novembro de 1958	<i>Internationale Situationniste</i> nº 7 – abril de 1962	<i>Internationale Situationniste</i> nº 11 – outubro de 1967
<i>Internationale Situationniste</i> nº 2 – dezembro de 1958	<i>Internationale Situationniste</i> nº 8 – janeiro de 1963	<i>Internationale Situationniste</i> nº 12 – setembro de 1969
<i>Internationale Situationniste</i> nº 3 – dezembro de 1959	<i>Internationale Situationniste</i> nº 9 – agosto de 1964	
<i>Internationale Situationniste</i> nº 4 – junho de 1960	<i>Internationale Situationniste</i> nº 10 – março de 1966	
<i>Internationale Situationniste</i> nº 5 – dezembro de 1960		
<i>Internationale Situationniste</i> nº 6 – agosto de 1961		

DEBORD, Guy. *Perspectivas de modificación conscinete de la vida cotidiana*, nº 6, 215 – 222.

<sup>89</sup> Nas citações da revista *Internationale Situationniste* (originalmente publicada em francês) em que não ocorreu a menção do autor, foi porque o texto era uma posição do grupo e não vinha assinado.

- DEBORD, Guy. Declive y caída de la economía espectacular-mercantil, nº10, 168 – 177.
- DEBORD, Guy; KOTÁNYI, Attila; VANIEGEM, Raoul. Sobre la Comuna, nº 12, 644 – 649.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. ¿Por qué miente I.C.O?, nº11, 623 – 626.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. All the king's men, nº 8, 86 – 89.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Ahora, la I.S., nº9, 126 – 128.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Definiciones, nº 1, 14 – 15.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Documentos: Razones para una reedición; ¡Al basurero de la historia!, nº12, 641 – 644.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Dominación de la naturaleza, ideologías y clases, nº8, 58 – 69.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. El cuestionario, nº 9, 146 – 149.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. El historiador Lefebvre, nº 10, 243 – 244.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Instrucciones para tomar las armas, nº 6, 196 – 198.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. La caída de los intelectuales revolucionarios, nº 2, 44 – 45.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. La lucha de clases en Argelia, nº10, 177 – 186.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Llamada a los revolucionarios de Argelia y de todos los países, nº10, 207 – 212.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. “Le Monde” como reflejo, nº 10, 231 – 233.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Los malos días pasarán, nº7, 11 – 18.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Manifiesto, nº4, 144 – 146.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Sobre los libros de teoría situacionista, nº 11, 522.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Teoría de los momentos y construcción de situaciones, nº 4, 119 – 120.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Una guerra civil en Francia, nº 1, 32 – 33.
- KHAYATI. Contribuciones para rectificar la opinión pública acerca de la revolución en los países subdesarrollados, nº 11, 500 – 502.
- RIESEL, René. Preliminares sobre los consejos y la organización consejista, nº 12, 588 – 600.
- VANIEGEM, Raoul. Aviso a los civilizados con respecto a la autogestión generalizada, nº12, 600 – 606.
- VIENET, René. Los situacionistas y las nuevas formas de acción contra la política y la arte, nº 11, 494 – 496.

### **Panfletos e outros textos**

CANJUERS, Pierre; DEBORD, Guy. *Preliminares para uma definição da unidade de um programa revolucionário.* [1960] Disponível em: <http://www.reocities.com/projetoperiferia6/programa.htm> Acesso em: 12/11/2011.

ENRAGÉS. Uma rajada de vento na macieira japonesa. Nanterre, 19 de março de 1968. in: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista. Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002. pp. 136.

ENRAGÉS – COMITÊ INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Dirigida a todos os trabalhadores. Conselho para a manutenção das ocupações, Paris, 30 de maio de 1968. in: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista. Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002. pp. 150 - 153.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Tesis sobre la Internacional Situacionista y su tiempo. In: *Textos situacionistas sobre los consejos obreros*. Madrid: Campo Abierto ediciones, 1977. pp. 69 – 120.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. A miséria do meio estudantil. In: INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Situacionista. Teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002. pp. 27 – 60.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, Max. *Conselhos operários e revolução*. Coimbra: Centelha, 1976.
- ABENDROTH, Wolfgang. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- BARROT, Jean. *Crítica de la Internacional Situacionista*. Disponível em: [www.comunizacion.klinamen.org](http://www.comunizacion.klinamen.org) Acesso em: 03/01/2010.
- BEIRED, José Luís Bendicho. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Unesp, 1998. pp. 121 – 132.
- BERNARDO, João. *Para uma teoria do modo de produção comunista*. Porto: Afrontamento, 1975.
- BOURDET, Yvon; GUILLERM, Alain. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro, 1976.
- BRINTON, Maurice. *Os bolcheviques e o controle operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado. Por uma teoria materialista da filosofia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- BULARD, Martine. Meio século de sabotagem. *Le monde diplomatique Brasil*, ano 4, nº 45, agosto de 2003. Disponível em: <http://diplo.dreamhosters.com/2003-10,a761.html> acesso: 17/01/2011.
- CARNOY, Martin. *Estado e Teoria política*. Campinas: Papyrus, 2006.
- CARRILLO, Santiago. *Eurocomunismo e Estado*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.
- CASTRO, CARLOS; ECHEVERRÍA, Bolívar (org.). *Sartre, los intelectuales y la política*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/19735332/Sartre-JeanPaul-Sartre-los-intelectuales-y-la-politica-compilacion-1965-1968> acesso: 03/06/2010
- CIAM. *Carta de Atenas (1933)*. Disponível em: [http://www.icomos.org.br/cartas/Carta\\_de\\_Atenas\\_1933.pdf](http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Atenas_1933.pdf) Acesso em 10/03/2011.
- CHICK, Victoria. *A Teoria Geral de Keynes 50 anos depois: o que resta?* In: AMADEO, Edward J. (org.). *John M. Keynes: Cinquenta anos da Teoria Geral*. Rio de Janeiro: IPEA, 1982
- CLAUDÍN, Fernando. *Revolução e esferas de influência*. In: *A crise do movimento comunista*. São Paulo; Global, 1986.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Bolchevismo, Gramsci, Conselhos*. In: DIAS, Edmundo Fernandes (org.). *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 193- 219.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O partido como “intelectual coletivo”*. In: *Gramsci: Um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 167 – 180.
- CROZIER, Michel. *O Fenômeno burocrático*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

- DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1982.
- FEDRERICO, Celso; TEIXEIRA, Francisco. *Marx, Weber e o Marxismo Weberiano*. São Paulo: Cortez, 2010.
- FELÍCIO, Erahsto (org.) *Internacional Situacionista: deriva, psicogeografia e urbanismo unitário*. Porto Alegre: Deriva, 2006.
- FERRO, Marc. Argélia 1958. Um movimento colono captado pelo gaullismo. IN: *História das Colonizações: das conquistas às independências, século XII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 264 - 273.
- GALBRAITH, James Kenneth. A ordem mundial segundo Keynes. *Le monde diplomatique Brasil*, ano 4, nº 40, maio de 2003. Disponível em: <http://diplodreamhosters.com/2003-05,a633.html> acesso: 17/01/2011
- GRAMSCI, Antonio. O Conselho de Fábrica [1920]. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Escritos políticos, Vol. 1 [1910 – 1920]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp. 361 – 367.
- GRAMSCI, Antonio. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Cadernos do Cárcere. Volume 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. pp 13 – 53.
- GRAMSCI, Antonio. Sindicatos e Conselhos [1919]. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Escritos políticos, Vol. 1 [1910 – 1920]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp. 285 – 291.
- GRAMSCI, Antonio. A questão meridional: 1926. In: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). *Escritos políticos. Volume 2, 1921 – 1926*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. pp 403 – 435.
- GOMBIN, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.
- HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBBSBAWN, Eric. *História do marxismo VI: O marxismo na época da Terceira Internacional: Da internacional Comunista de 1919 às frentes populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. pp. 169 a 196.
- HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques - o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006
- HOME, Stewart. *Assalto à cultura: utopia, subversão, guerrilha na (anti) arte do século XX*. São Paulo: Conrad, 2004.
- HOXHA, Enver. *O eurocomunismo é anticomunismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1983.
- JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.
- LAQUEUR, Walter. *Europa después Hitler*. 2 volumes. Madrid: Grial, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo, Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *La significación de la Comuna*. Disponível em: <http://afavordarua.webnode.com.br/news/la-significacion-de-la-comuna-henri-lefebvre/> Acesso em: 25/02/2011
- LEFEBVRE, Henri. *A Internacional Situacionista (1983)*. In: COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk. *Maio de 1968*. Rio de Janeiro: Azougue, 2008. pp. 44 – 63.
- LÊNIN. *A Situação Internacional da República Soviética da Rússia e as Tarefas Fundamentais da Revolução Socialista (1918)*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm> Acesso: 10/04/2011.
- LÊNIN. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã [1918 – 1923]*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LUXEMBURGO, Rosa. *O que quer a Liga Spartakus? (1918)*. In: LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. pp 119 – 130.
- MARX, Karl. *A revolução antes da revolução. As lutas de classes na França – de 1848 a 1850; O 18 brumário de Luis Bonaparte; A guerra civil na França*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- MARX, Karl. *Miseria de la filosofía*. Moscou: Editorial progresso, 1979.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.
- MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: FROMM, Erich. *O conceito marxista de homem*. Rio de Janeiro: Zahar editor, 1962. pp 89 – 179
- MARX, Karl. *Livro Primeiro: Do Capital*. In: *Marx: os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. pp. 57 – 188.
- METT, Ida. *La comuna de Cronstadt*. Barcelona: Ediciones Espartaco Internacional, 2006.
- MORAES, Dênis de . *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- MOURELO, Alberto Aparício. Construir una pequeña situación sin futuro : la internacional situacionista : de la liquidación del arte a la crítica revolucionaria de la vida cotidiana. Tese de

Doutorado (História), Universidad Complutense de Madrid, 2003. Disponível em: <http://eprints.ucm.es/tesis/19972000/H/0/H0037101.pdf> Acesso: 19/07/2008.

NÉRÉ, Jacques. *História contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de bem estar social: origens e desenvolvimento. *Katálysis*, nº5. Jul/dez de 2001.

RÜHLE, Otto. *A revolução não é uma tarefa de partido*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1920/mes/tarefa.htm> Acesso em: 29/04/2011.

RÜHLE, Otto. Moscú y nosotros. In: AUTHIER, Denis; DAUVÉ, Gilles. *Ni parlamentos, ni sindicatos: ¡ los consejos obreros*. Barcelona: Ediciones Espartaco Internacional, 2004. pp. 143 – 150.

PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS. Resolución del comité central del PCF, París, 22 de agosto de 1968. In: VALLI, Bernardo. *Los Eurocomunistas*. Barcelona: DOPESA, 1977.

PENNA, Lincoln de Abreu . *Imprensa e Política no Brasil. A militância jornalística do proletariado*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PERNIOLA, Mario. *Os situacionistas: o movimento que profetizou a “sociedade do espetáculo”*. São Paulo: Annablume, 2009.

PETRAS, James. Os intelectuais de esquerda e sua desesperada busca por respeitabilidade. In: MORAES, Dênis (org.). *Combates e utopias: os intelectuais num mundo em crise*. Record: Rio de Janeiro, 2004. pp. 81 – 92.

POULANTAZAS, Nicos. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SANGUINETTI, Gianfranco. *Do terrorismo e do Estado. A teoria e a prática do terrorismo divulgados pela primeira vez*. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/terrorismoestado.pdf> Acesso: 07/07/2011.

SARTRE, Jean-Paul. O intelectual face à revolução. *O escritor não é político?* Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971. pp. 09 – 31.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e política macroeconômica americana, de Breton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2004. pp. 179 – 222.

SILVA, Livia Valença da. *A publicidade como elemento do capitalismo na propagação da cultura de consumo e da estilização da vida*. Anais eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste – Salvador – BA, 2007.

SOLIDARITY. *Paris: Maio de 1968*. São Paulo: Conrad, 2003.

TOGLIATTI, Palmiro. *O leninismo no pensamento e na ação de Gramsci*. In: *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980. pp 165 – 182.

TRAGTENBERG, Maurício. O eurocomunismo. In: *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008. pp 81 – 90.

VIANA, Nildo. *A Revolução Russa de 1905 e os conselhos operários*. Revista Em Debate. Florianópolis, n 4 , p. 42-58 , 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. *França: O fim do Gaullismo?* Disponível em: <http://fbc.binghamton.edu/209pr.htm> acesso em: 03/03/2011.

WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

YAZBEK, Mustafa. *Argélia: a guerra e a independência*. São Paulo: Brasiliense, 1983.